



XII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - PARÁ

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



**VALÉRIA MOREIRA COELHO DE MELO
KARLA LEANDRO RASCKE
ÉRICO SILVA ALVES MUNIZ
KEITH VALÉRIA DE OLIVEIRA BARBOSA (ORG)**

**VIVERES E SABERES DA
EDUCAÇÃO E DA SAÚDE:
FRONTEIRAS E TERRITÓRIOS**



**XII ENCONTRO DE HISTÓRIA
DA ANPUH - PARÁ**

Valéria Moreira Coelho de Melo
Karla Leandro Rascke
Érico Silva Alves Muniz
Keith Valéria de Oliveira Barbosa

ANPUH
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

**VIVERES E SABERES DA
EDUCAÇÃO E DA SAÚDE:
FRONTEIRAS E TERRITÓRIOS**



Copyright © by Organizadores
Copyright © 2021 Editora Cabana
Copyright do texto © 2021 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Capa e Projeto gráfico:

Eder Ferreira Monteiro

Edição e diagramação:

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

Coordenação editorial:

Ernesto Padovani Netto

Revisão:

Os autores

Foto da capa:

Karla Leandro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Viveres e saberes da educação e da saúde [Recurso eletrônico]
Fronteiras e territórios / Organizadores Karla Leandro Rasche, Valéria
Moreira Coelho de Melo, Érico Silva Alves Muniz e Keith Valéria
de Oliveira Barbosa. - 1. ed. - Belém, PA: Cabana, 2021.

Vários autores.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-994185-0-1

1. História – Estudo e ensino 2. Prática de ensino. I- Título.

CDD 907



[2021]
EDITORA CABANA
Res. Paulo Fonteles, Q-B, 24
66640-705 – Belém – PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com.br
www.editoracabana.com

Conselho Editorial ANPUH-PA

Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio (ESMAC/APM)
Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes (Programa de Estudos Culturais/
UFMS)
Dr. Gustavo Pinto de Sousa (INES/PROFHISTORIA - UFRJ)
Dr. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)
Dr. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)
Dr. Pere Petit (UFPA)
Dr. Airton Pereira (UEPA)
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)

Apoios:



SUMÁRIO

**Apresentação: Os desafios da história social
e do ensino de história em coletâneas.....8**

Prof^o Dr. Francivaldo Alves Nunes

PARTE 1: DIVERSIDADE, FRONTEIRAS E HISTÓRIA: VIVERES E SABERES NA AMAZÔNIA

Apresentação.....12

Valéria Moreira Coelho de Melo

Karla Leandro Rascke

**Robert Schomburgk e Barrington Brown a serviço
da royal geographical society, em representação
a indígenas e os interesses na guiana inglesa.....16**

Daniel Montenegro Lapola

**Experiências de ocupação da terra na ilha da
conceição (mocajuba-pará), em registros etnoecológico.....28**

MariléiaWanzeler de Souza Vasconcelos

**Caminhos do acesso: políticas de ações afirmativas
na UDESC/SC e na UNIFESSPA/PA (2009-2019).....41**

Janine Soares da Rosa de Moraes

Karla Leandro Rascke

Vera Márcia Marques Santos

**Ensino de história e políticas públicas de implementação
da lei federal 10.639/03 no município de
Marabá-Pa (2003 a 2019).....54**

Maria Raimunda Santana Fonte

**A implementação da lei federal 11.645/2008:
a educação como elemento de promoção do diálogo
intercultural no município de Redenção-Pa.....73**

José Paulo Lopes Monteiro

**PARTE 2: HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS:
SABERES, DISCURSO MÉDICO-CIENTÍFICO E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Apresentação.....88

Érico Silva Muniz

Keith Valéria de Oliveira Barbosa

**Revista saúde em debate: as discussões sobre a
privatização da saúde no regime militar.....91**

Amanda Silva Leão

Éder Mendes de Paula

As artes de curar na Bahia setecentista.....104

Mariana Dourado

**A cruz branca em ação: enfrentamentos sociais durante
a gripe espanhola em Campos dos Goytacazes (1918-1919).....114**

Cassiane Souza dos Santos

**O discurso espírita e a loucura: reflexões sobre
a experiência da loucura em Jataí.....126**

João Vítor Leal Lobato

Éder Mendes de Paula

Sobre os Autores.....139

APRESENTAÇÃO

Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas

A seção regional da Associação Nacional de História (ANPUH) em sua localização no Estado do Pará, promoveu entre os dias 2 a 4 de dezembro de 2020 a sua 12.^a edição do Encontro de História da Anpuh-Pará, em formato virtual, com o tema “Passado e Presente: Os desafios da história social e do ensino de história”.

O evento se constituiu como importante espaço de discussão sobre duas áreas específicas do conhecimento histórico, que são: a história social e o ensino de história, promovendo uma interface entre os dois campos de pesquisa, diante dos limites e possibilidades de diálogo pertinentes sobre a região amazônica. Não há dúvidas que se tratou de profícuo momento de socialização da produção de estudos e práticas acerca das relações entre história e ensino, bem como de problematização da história social e os desafios da produção historiográfica recente.

O momento permitiu a incorporação para o ensino de História da Amazônia de questões relacionadas à ciência histórica, didática, produtos educacionais e as práticas curriculares. No caso da dimensão da especialidade da história social, o diálogo com as questões contemporâneas, a relação passado-presente na pesquisa histórica, a questão dos revisionismos/negacionismos históricos e os desafios da escrita da história social, diante das questões socialmente vivas, foram também observadas.

O encontro permitiu debater os desafios do ensino e da pesquisa histórica relacionando com a es-

pecialidade da história social, no entanto, envolveu também outras áreas do conhecimento vinculadas as ciências humanas e sociais, como sociologia, filosofia, direitos, ciências políticas, antropologia, entre outras. Neste aspecto, tornou-se uma oportunidade de diálogo para os professores da educação básica, discentes de graduação, discentes de pós-graduação, historiadores e pesquisadores diversas áreas de ciências humanas que desejavam debater os caminhos da história social e o ensino de história na Amazônia e no Brasil. Incluiu-se ainda o diálogo sobre o cotidiano do espaço escolar diante dos desafios propostos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no contexto amazônico, entre outros temas que envolvem o ensino e produção do conhecimento histórico.

Os pertinazes professores e pesquisadores de diversas instituições do Pará, da Amazônia, do Brasil e do mundo, produziram um amplo e significativo debate sobre o conhecimento histórico e seus públicos (professores de história e os historiadores, principalmente), assim como buscaram formas de expandir e melhor integrar os conhecimentos sobre os debates acadêmicos e o espaço da sala de aula e a intervenção social. O que permitiu, no âmbito da educação básica, discussões sobre a prática pedagógica do docente em história e as ações em prol da formação de professores.

Como alguns dos resultados destes momentos de debates e diálogos, em que a relação passado e presente pautou os desafios da história social e do ensino de história, que apresentamos um conjunto de coletâneas, construídas de forma a agregar temáticas aproximadas de estudos e pesquisas. As coletâneas reunidas, sem dúvida, constitui um conjunto de contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação passado e presente, ten-

do como eixo central de diálogo, a história social e o ensino. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais, que percorrem searas as mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, mas também revelam formas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento, em fase de elaboração, definidas e defendidas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais, mas que gravitam no eixo que envolveu os debates no evento, no caso, a história social e o ensino de história, em contexto relacional com perspectivas de passado e presente. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

Prof^o Dr. Francivaldo Alves Nunes
Presidente da ANPUH-Seção Pará

PARTE 1 | **DIVERSIDADE, FRONTEIRAS E HISTÓRIA:
VIVERES E SABERES NA AMAZÔNIA**

APRESENTAÇÃO

Valéria Moreira Coelho de Melo¹
Karla Leandro Rasche²

Essa parte do E-book “Viveres e saberes da educação e da saúde: fronteiras e territórios” é composta de cinco capítulos que foram desenvolvidos a partir de reflexões de pesquisas em andamento, elaboradas por diferentes pesquisadores preocupados com questões que pautam a Amazônia, suas diversidades, amplitudes e elementos sociopolíticos, econômicos e culturais. Tais produções foram socializadas durante os dias 02 e 03 de dezembro de 2020, na Sessão Temática “Diversidade, Fronteiras e História: viveres e saberes na Amazônia”, coordenada pelas professoras Dra. Valéria Melo e Dra. Karla Leandro Rasche. Procurando articular reflexões/pesquisas acerca da diversidade e suas fronteiras na(s) Amazônia(s), o simpósio em questão constituiu parte das atividades do XII Encontro Estadual de História - ANPUH-PARÁ, cujo tema central foi “Passado e Presente: Os desafios da história social e do ensino”.

Com abordagens e propósitos específicos, os textos aqui reunidos nos convidam a pensar aspectos que tornam a Amazônia diversa. Evidenciando contextos, sujeitos e lugares diferentes da região norte, somos pelo conjunto desses textos remetidos a uma Amazônia que não cabe em generalizações. Assim, tomada

¹ Professora Adjunta na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculada ao Instituto de Ciências Humanas (ICH). Docente do Mestrado Profissional em Ensino de História. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

² Professora Adjunta na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculada ao Instituto de Ciências Humanas (ICH). Docente dos Programas de Mestrado PPGHIST e ProfHistória. Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

aqui como um campo que se articula com outros campos de conhecimento, a ciência histórica emerge nesta sessão, como instrumento para reflexão e compreensão de representações sobre uma Amazônia plural. Os textos reunidos lançam luz sobre modos de fazer, modos existir e sobre a agência de sujeitos e coletivos a respeito dos quais a história escrita sobre a região ainda nos diz pouco. O questionamento acerca dos motivos, consequências e formas de superação desses apagamento e silenciamentos que se estabeleceram e se naturalizaram na historiografia e no ensino de história constitui também aspecto relevante que perpassa as reflexões que seguem.

Compondo a apresentação dessa parte do E-book, destacamos alguns elementos gerais relativos às produções de cada autora e autor. Assim sendo, o capítulo de Daniel Montenegro Lapola, intitulado *Robert Schomburgk e Barrington Brown a serviço da Royal Geographical Society, em representação a indígenas e os interesses na Guiana Inglesa*, trilha nas narrativas de dois viajantes a serviço da Europa na fronteira entre o extremo norte do Brasil com a Guiana Inglesa, penetrada na região da Amazônia Caribenha das Guianas. Com base nas tessituras desses viajantes a respeito da região e das populações desta área, vislumbramos contatos, tensões e também aspectos das culturas indígenas presentes nesse vasto território.

Em seguida, *Experiências de ocupação da terra na Ilha da Conceição (Mocajuba-Pará)*, em registros etnológicos, da autora Marciléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, em diálogo com a etnoecologia, evidencia a relação da população local com o meio, bem como as formas próprias de manejo dos recursos naturais ali elaboradas historicamente. Com essa abordagem, Vasconcelos não apenas contextualiza o processo de ocupação da região da Ilha da Conceição, mas também evi-

dência como as formas diferenciadas de perceber e se apropriar do meio ambiente estão na Ilha da Conceição alicerçadas em um acervo de conhecimentos oriundos do encontro entre diferentes grupos socioculturais.

Também integra esse E-book o capítulo *Caminhos do Acesso: políticas de ações afirmativas na UDESC/SC e na Unifesspa/PA (2009-2019)*, de Janine da Rosa Soares de Moraes, Vera Márcia Marques Santos e Karla Leandro Rascke. No texto escrito a seis mãos, as autoras apontam questões suscitadas por uma pesquisa em andamento, fruto de parceria entre Unifesspa e UDESC, no sentido de compreender as políticas de ação afirmativa existentes em ambas as instituições, almejando ampliá-las, com vistas a novas possibilidades de acesso e permanência ao Ensino Superior. Nesse intento, são foco dos olhares das autoras, as políticas direcionadas aos povos indígenas, às comunidades quilombolas e à população negra, em especial.

Caminhando no âmbito do ensino, mas com foco na Educação Básica, Maria Raimunda Santana Fonte escreve *Ensino de História e políticas públicas de implementação da Lei Federal 10.639/03 no município de Marabá-PA (2003 a 2019)*. A reflexão proposta problematiza as políticas e/ou ações da Prefeitura Municipal de Marabá, em especial as da Secretaria Municipal de Educação, no que tange à implementação da Lei que obrigada o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos oficiais de ensino. A autora preocupa-se em compreender como tem sido a atuação municipal, em sua agenda de formação de professores e no desenvolvimento de ações articuladas capazes de promover a educação das relações étnico-raciais e um currículo adequado às demandas legais e à agenda antirracista, um compromisso social e político brasileiro.

Em termos de legislações nacionais e preocupação com abordagens mais plurais, conectadas à re-

alidade local, o autor José João Lopes Monteiro, no capítulo *A implementação da Lei Federal 11.645/2008: a educação como elemento de promoção do diálogo intercultural no município de Redenção-PA*, expõe questões sobre o processo educacional e o ensino de história e cultura dos povos indígenas, conforme legislação vigente (Lei Federal n. 11.645/08). Na percepção de Monteiro, a presença indígena em Redenção e no entorno é perceptível também nas escolas de educação básica do município. A partir dessa problemática o autor nos convida a pensar a implementação da lei em questão, não apenas como forma de desconstruir estereótipos, mas também como forma de promover a inclusão mais efetiva dos estudantes indígenas em escolas não indígenas. Monteiro evidencia, neste sentido, a necessidade de um currículo que atenda às especificidades da região.

As reflexões resultantes desse Simpósio Temático, aqui esboçadas em grafias diversas, procuram apontar elementos de pesquisas importantes, inovadoras, comprometidas com a realidade social, e com a produção de conhecimento sobre e na Amazônia. Diferentes intelectuais possibilitam um emergir de questões, narrativas, vivências e experiências do campo da vida social, política, econômica e educacional da região. Evidenciam-se assim, redes de saberes, estratégias e perspectivas plurais, fronteiriças e territorialmente marcadas pela diversidade de povos e culturas.

ROBERT SCHOMBURGK E BARRINGTON BROWN A SERVIÇO DA ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY, EM REPRESENTAÇÃO A INDÍGENAS E OS INTERESSES NA GUIANA INGLESA

Daniel Montenegro Lapola¹

Introdução

Através dos relatos dos viajantes a serviço da Europa, baseado na linha teórica historiográfica de Peter Burke no estudo da história cultural das representações de narrativas, analisamos a relação dos europeus junto aos indígenas, as alianças e estratégias utilizadas através da investigação científica para servir aos interesses demarcatórios e de ocupação de terras do país patrocinador no empreendimento na fronteira entre o extremo norte do Brasil com a Guiana Inglesa, penetrada na região da Amazônia Caribenha das Guianas.

No século XIX, a serviço da Royal Geographical Society Britânica de Londres, o geógrafo prussiano Robert Schomburgk e o geólogo canadense Barrington Brown, estiveram envolvidos em expedições, para fazer levantamentos geográficos físicos, econômicos, astronômicos e geológicos de área, seguindo os interesses ingleses de demarcação de território e estudar os indígenas do tronco linguístico Caribe (Macuxi, Arecuna e WaiWai) e o Arawak (Wapishana), que habitavam o local da fronteira indefinida entre o Brasil e a Guiana Inglesa. Tratamos como objetivo deste trabalho como o território e as populações indígenas foram representadas, descritas nas linguagens destes viajantes e frequentes nas suas intertextualidades.

¹ Doutorando em História Social da Amazônia na Universidade Federal do Pará (UFPA), Bolsista CAPES, Mestre em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Graduado em História na Universidade Estadual Paulista (UNESP). danielmontenegro78@gmail.com.

Também, analisamos as relações sociais verificadas e mencionadas por esses dois expedicionários sobre o protagonismo dessas populações indígenas destacadas, através dos livros publicados no exterior, periódicos, cartas, mapas, jornais e documentos escritos pelos viajantes aqui tratados, utilizaremos estudos de pesquisadores que escreveram sobre esses viajantes em artigos, capítulos de livros e trechos de dissertações e teses. Portanto, iniciaremos com um breve histórico de cada viajante, sobre a expedição no local estudado e com relatos destes sobre os indígenas da região.

Sir. Robert Hermann Schomburgk

Sir. Robert Hermann Schomburgk (5 de junho de 1804, Freiburg, Alemanha, 11 de março de 1865, Schöneberg, Berlim, Alemanha), reconhecido como viajante explorador, geógrafo, ictiólogo, diplomata, botânico, cartógrafo, agrimensor, filho de um pastor protestante (FRANK, 2007). No ano de 1834 foi convidado para missão na colônia britânica da Guiana pela Real Sociedade Geográfica de Londres, criada em 1830, através do governo britânico patrocinava expedições científicas em todos os continentes da Terra. Instituição que surgiu com o nascimento e a evolução da fotografia, se interessava além das descrições naturais geográficas, pelos povos nativos originais dos locais explorados pelos viajantes (STEWART, TABORI, CHANG, 1998).

Schomburgk esteve em expedição na Fronteira do Extremo Norte Brasileiro com a Guiana Inglesa. Reconhecida pela História como a Região Caribenha das Guianas, aonde os moradores indígenas se comunicam por terra e o meio aquático (OLIVEIRA, 2014) e na literatura como a região Circum Roraima (CARVALHO, 2017). O nome Circum Roraima é em homenagem a

região do Monte Roraima, aonde se originou o mito de Macunaima e local onde hoje há a tríplice fronteira entre o Brasil, Venezuela e Guiana, aonde cada etnia indígena se aproxima nos costumes e contato, como se identificam e se distanciam em suas particularidades.

A finalidade de Schomburgk era a de ligar dados astronômicos, levantados na Guiana Inglesa e no norte de Roraima, com aqueles 35 anos antes feitos por Alexander von Humboldt, no sul da Venezuela, por quem foi bastante influenciado. “Em setembro de 1839, voltando da primeira expedição, Schomburgk embarcou de Georgetown rumo à Inglaterra, onde fez palestras sobre os Wapishana, publicou vários mapas e pôs à venda amostras geológicas, madeiras tropicais e objetos etnográficos” (FRANK, 2007, p.99).

Na Grã-Bretanha, Robert Schomburgk foi convidado a realizar uma segunda expedição a Guiana Britânica em 1840, para elaborar propostas sobre cursos de fronteiras, desta vez recebendo apoio na expedição de seu irmão Richard Schomburgk. Ambos influenciados pelo naturalista Humboldt, a ética protestante Max Weber e com alternativas pré-formuladas ao que iria compor e influenciar na segunda metade do século XIX a escola de antropologia alemã *Völkerkunde*.²

“Em minucioso memorial, faria ver ao governo inglês a necessidade de demarcação das fronteiras da colônia, descrevendo os indígenas que habitam a região da Guiana como súditos úteis” (FARAGE, 1991, p.15-16). Com isso, a estratégia usada na disputa territorial com o Brasil, foi: a aliança com os Macuxi em laços religiosos e do reconhecimento destes a soberania inglesa, juntando a acusação de escravidão indíge-

² “A *Völkerkunde*, variedade ‘nacional’ (alemã) da antropologia, surgiu antes mesmo da unificação da vasta maioria dos estados de língua alemã (anteriormente independentes), sob a hegemonia prussiana, em 1870, e sobreviveu como tal até os tempos da República de Weimar” (FRANK, 2007, p. 96).

na do lado brasileiro, funcionaram para as autoridades inglesas como estratégias fundamentais para ganho do território do Pirara (MENCK, 2009).

Em 1844 voltou à Inglaterra, onde recebeu a nacionalidade britânica, o “título de Sir”, e emprego no Foreign Office, ao qual serviu em Barbados, na República Dominicana e até em Bangkok, antes de morrer, em 1865, em Schöneberg, Alemanha, perto de Berlim (FRANK, 2007). Schomburgk não era mais vivo há 40 anos quando o laudo arbitral saiu em 1904, dando posse a Guiana Inglesa a região do Pirara, mas sobreviveu na decisão do rei italiano Vitorio Emanuel III, acatando a demarcação da região do Pirara por ele indicada.

Robert Schomburgk e os indígenas do extremo norte Brasileiro e da Guiana Inglesa

Dentro dos relatos do primeiro viajante inglês do século XVI, chamado Walter Raleigh (na época se buscava o caminho do Eldorado, e na verdade toda essa riqueza estava lá, só que em seu subsolo), descreveu-se que a melhor estratégia para coroa britânica conquistar a Guiana era a aliança com os povos indígenas, pois estes conheciam os caminhos aquáticos e por terra do território (RALEGH, 2002). Relatou que os espanhóis eram massacrados pelos indígenas, por tomarem suas mulheres, os escravizar e desenterrar seus mortos para roubar tesouros que se acreditam ser enterrados juntos. Muitos desses viajantes, morriam também de doenças tropicais como malária, perdidos em suas águas e terras por meses, passavam fome, muitas vezes naufragavam devido ao desconhecimento geográfico (RALEGH, 2002).

Seguindo este exemplo, Schomburgk vai se aproximar dos indígenas da Guiana Britânica e do Brasil para os auxiliarem em suas expedições, na base da

troca, com produtos como faca e espelho, observava a Guiana habitada por uma população pouco dispersa de indígenas, que:

embora concordem em estatura e características, em roupas e trajes e modo de vida, diferentes, no entanto, na linguagem, e essa diferença é tão grande com tribos que vivem ao lado de um ao outro falando uma língua essencial distinta. Verificar como as seguintes línguas são é uma tarefa da maior dificuldade e exige uma aplicação mais próxima e um período mais longo do que o tempo para dedicar a ela. A analogia nas raízes dos Caribi, Macusi e Arecuna; o Wapisiana e o Parauana deixam pouca dúvida de que essas nações descendam do mesmo estoque; os Arawaak, Warrau, Taruma, Woyawaidiferem mais ou menos em sua composição. O Accawai, ou Waccawaio, é apenas um dialeto de Caribi (SCHOMBURGK, 1840, p. 49).³

Reconheceu que os Macuxi e os Arecunas (Tau-repang) eram os indígenas mais numerosos. Fortes e organizados da região de fronteira entre a Guiana Inglesa e o Brasil, como também os Wapishanas que dentro de sua equipe eram de confiança, inclusive tinha até um intérprete com nome Ocidental (SCHOMBURGK, 1848). Schomburgk além de homem a serviço da ciência era um colonialista e o que desejava para a Guiana Inglesa era progresso e desenvolvimento. Observamos alteração de opinião quanto aos indígenas estarem inseridos nesse progresso como mão de obra que não podia contar, ao mesmo tempo se achava uma atividade como o trabalho com a madeira, um entrave a colonização. Também reconhecia a dívida que os europeus e inclusive os ingleses tinham com eles, por abandonar seus lugares ancestrais se afastando com a transformação ocidental com a formação das cidades, distritos e vilas (SCHOMBURGK, 1840).

³ Tradução do Autor.

Podemos dizer que apesar de ter feito relatos de viagem sobre os nativos indígenas, Schomburgk fez etnografia ao se referir a origem e extinção dos Tarumas (conhecidos como anfíbios por viverem mais em cavernas com água) e suas proximidades com os WaiWai, Pianoghotos, Mayopitans. Mencionou todos esses como altos, com mais de um metro e oitenta, descrevia beleza como feiura, como seu irmão Richard confirmou em seus relatos (SCHOMBURGK, 1923). Robert Schomburgk, enxergava os Wapishanas como os indígenas com o formato de rosto mais bonito, inclusive em uma de suas visitas a aldeias viu uma indígena Pianoghoto, que por ser natural, apresentava o estilo de beleza que ele mais apreciava (SCHOMBURGK, 1848).

Referia-se também aos ornamentos, estatura, as armas, tamanho de arco e flecha, observou armas, construções de moradia e canoas, práticas agrícolas, pesca, caça, animais que se alimentavam, produtos como papagaios, cães de caça e raladores que trocavam por machados, facas e miçangas que trocavam com indígenas, europeus e marrons (quilombolas). Schomburgk, em viagem ao sul da Guiana inglesa em seu primeiro relatório descreveu os WaiWai como moradores da região do alto Essequibo e alto Trombetas, um povo de língua Caribe que absorveram subgrupos étnicos vizinhos (RIVIÈRE, 2006). Adentrou e observou as cabanas dos WaiWai, assim como apontou a localização e número de habitantes das aldeias e suspeitava haver mais habitantes espalhados na região (RIVIÈRE, 2001). Na sequência, o viajante Charles Barrington Brown foi designado ir à colônia Guiana Inglesa, para fazer o mapeamento e relatórios geológicos.

Charles Barrington Brown

Charles Barrington Brown (23 de agosto de 1839, Ilha do Cabo Breton, Canadá, 13 de fevereiro de 1917, Londres, Inglaterra) foi um geólogo e explorador canadense. Em 24 de abril de 1870, ele foi um dos dois geólogos nomeado pelos ingleses para ser inspetor do governo para a colônia da Guiana Britânica (BROWN, 1876). Nesse mesmo ano, ele foi o primeiro ocidental a ver as quedas de Kaieteur na Guiana Inglesa. Brown foi educado na Universidade de Harvard e na Royal School of Mines, em Londres (1862-4), tendo sua associação em geologia (BROWN, 1876).

Em 1871, Brown descobriu o New River, que ele considerou a verdadeira fonte do Courantyne. Isso deu origem à disputa de fronteira do New River Triangle entre o Suriname e a Guiana Britânica (atual Guiana). Barrington também visitou o Monte Roraima, na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, e foi o primeiro a descrever o Tok-Wasen, uma formação rochosa localizada no extremo sul da montanha, e sugeriu sua ascensão em balão (HISTORY ARCHIVE, 2020).⁴

Grande parte de sua expedição utilizou-se da canoa, do conhecimento e dos braços indígenas para adentrar em alguns locais na região de floresta e savana, aonde acampava, com isso intitulou seu livro sobre a expedição de *Canoe and Camp Life in British Guiana* (1876).

Barrington Brown, Canoa e Acampamento na Guiana Britânica

Brown, esteve em vários acampamentos junto dos Macuxi, marchando juntos com armas de fogo,

⁴ Tradução do autor. In: <<https://historyarchive.org/works/creators/charles-barrington-brown>>. Acesso em: 01/11/2020.

arcos e flechas. Por meio de intérprete, organizava as expedições com os indígenas. A principal dificuldade residia em conseguir guias que conhecessem todo o caminho. Chegando à foz do Cotingo, estive na fronteira brasileira, no entroncamento do Takutu com o Rio Branco, após isso, visitei com sua equipe o Forte São Joaquim e foram recebidos por dois soldados brasileiros:

Um dos quais me acompanhou através da entrada para o pátio do forte, e subiu um lance de escadas para a varanda de uma grande casa de telhas, onde fui recebido pelo Comandante, que me apertou cordialmente pela mão. Desejando explicar o objetivo da minha visita ao comandante do Forte São Joaquim, sem saber uma palavra de português, enquanto o Comandante não sabia nada de inglês, chamei um dos meus homens (JohannesCornelius) como intérprete. Johannes havia aprendido uma língua chamada Nicariécaru com os brasileiros que moram no Essequibo, nas proximidades da ilha de Yucurit, e um dos soldados também o conhecia. Contando a ele o que eu queria dizer ao Comandante em inglês, ele disse ao soldado em Nicariécaru, e o soldado passou em português; enquanto a resposta, é claro, funcionou na ordem inversa (BROWN, 1876, p. 296).⁵

Percebemos que foi utilizada a língua chamada Nicariécaru entre um intérprete e soldado do forte para tradução por Brown e o comandante do Forte não falarem o mesmo idioma, sobre a qual destacamos dois relatos sobre os indígenas que se comunicavam nessa língua: “Há em Brown, sobre esses indígenas, um detalhe muito interessante que os representa mais como agentes da penetração da influência brasileira, entre os outros índios, no território que habitam” (NABU-

⁵ Tradução do autor.

CO, 1903, p.210).⁶ “Os nikari-karus, são híbridos entre brasileiros e índios de várias tribos, vivem na fronteira do território britânico e brasileiro, no Essequibo, são desertores dos fortes de fronteira e fazendas de gado, onde até recentemente, o trabalho realizado era forçado” (THURN, 1880, p.475).⁷ Acredita-se que o Nicariëcaru, seja uma língua crioula usada como estratégia brasileira na região de fronteira, devido os problemas de disputa pela região do Pirara.

Os WaiWai voltam a ser mencionados na literatura, e ainda assim de modo indireto, em 1870, quando o geólogo Barrington Brown: “Passou por um grande grupo de Tarumá, Wapichana e Mawayana que acabava de voltar de uma viagem de troca a aldeias WaiWai, carregado de raladores de mandioca e de cães de caça” (HOWARD, 2002, p.33). Seu encontro com os WaiWai se deu navegando no rio Essequibo em uma expedição na qual observou a rede de trocas entre eles e outros povos indígenas, como os Wapichanas, Tarumás e Mawayanas, descreveu a habilidade destes com cães de caças e papagaios falantes, como relatado por Schomburgk.

Considerações Finais

Percebemos os interesses territoriais da Inglaterra na Guiana Inglesa, através do conhecimento organizado pelas expedições destes dois viajantes ao mapear, estabelecer as suas fronteiras, seus relatos e alianças com indígenas. Fizeram etnografia, relacionando a natureza em aliança com os indígenas, pois sem eles, não conseguiriam sobreviver e cumprir a missão destinada pela Coroa Britânica.

Schomburgk foi duramente criticado por Jo-

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

aquim Nabuco (1903), como um prussiano, vassalo político da Inglaterra que desconhecia a astronomia, cartografia e geografia feita pelos portugueses da região da fronteira do Brasil com a Guiana Britânica e que ambiciona a região do Pirara, não só por disputas territoriais e religiosas e sim por saber da riqueza de diamantes e ouro presentes. Brown, foi apontado que estava trabalhando a serviço do interesse pela mineração, pois o maior desejo da coroa britânica era que fosse realizado um mapeamento geológico para se achar principalmente ouro, influenciada pelo mito do Eldorado. A atual Guiana é um local que apresenta até os dias atuais grande quantidade de minérios, como a exploração de diamantes e a descoberta de grande quantidade de petróleo.

Com influência do romantismo humboldtiano e algumas dosagens de etnocentrismo, Schomburgk era muito ligado aos fatores científicos, estéticos e econômicos que influenciou Brown, admirador do exotismo da natureza animal e vegetal, aficionado por matar onças, acampar em aldeias indígenas e viajar de canoa e a pé.

Portanto, recorremos a esses dois viajantes em missão pela Royal Geographical Society no empreendimento em que venceram dificuldades logísticas, climáticas e doenças tropicais para compreendermos através da aliança e do protagonismo indígena, como se davam as relações sociais na definição do território.

Referências Bibliográficas

BROWN, Charles B. *Canoe and Camp Life in British Guiana*. London: Edward Stanford, 1876.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* / Peter Burke; Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

CARVALHO, Fábio Almeida de. *A produção literária da Região Circum Roraima*. In: *Literatura e Fronteira*, CARVALHO, Fábio Almeida de; MIBIELLI, Roberto; FONSECA, Isabel Maria (Org). Boa Vista: Editora da UFRR, 2017.

FARAGE, NÁDIA. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. São Paulo: Paz e Terra, ANPOCS, 1991.

FRANK, Erwin. A Beleza e Vício: O olhar etnográfico dos irmãos Schomburgk (1835-1844). In: Revista Antropológicas, ano 11, volume 18 (1): pp. 95-136.

HISTORY ARCHIVE. Charles Barrington Brown <<https://historyarchive.org/works/creators/charlesbarrington-brown>>. Acesso em: 01/11/2020.

HOWARD, Catherine. Domesticação das Mercadorias: Estratégias WaiWai. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Org.). Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. A Questão do Pirara (1829-1904) / José Theodoro Mascarenhas Menck - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

NABUCO, Joaquim. La pretension anglaise: présenté a Rome le 26 septembre 1903. Second mémoire bresilien: questions soumise a l'arbitrage de S. M. le Roy d'Italie, Paris: A. Lahure, 1903. v.1.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. Amazônia Caribenha: A regionalização, os caminhos históricos e culturais. In: Dos caminhos aos processos culturais entre Brasil e Suriname/ organizadores: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de; FERNAND, Andrea Idelga Jubithana. Boa Vista: Editora UFRR, 2014.

RALEGH, Walter. O caminho de Eldorado/ Walter Raleigh; adaptação e notas de E. San Martin.- Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.

RIVIÈRE, Peter. The Guiana Travels of Robert Schomburgk 1835-1844, V. I, London: The Hakluyt Society, 2006.

RIVIÈRE, Peter. O indivíduo e a Sociedade na Guiana: Um estudo comparativo sobre a Organização Social Ameríndia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SCHOMBURGK, Richard. Richard Schomburgk's Travels in British Guiana 1840-1844. Translated and edited with W. E. Roth. Georgetown: Daily Chronicle Office, 1923.

SCHOMBURGK, Robert. A description of British Guiana, Geographical and Statistical (1840). London: Simpkin, Marshall, and Co. Stationers Hall Court, 1840.

SCHOMBURGK, Robert. Journal of an expedition into the interior of Guyana... 1837-38. Journal of the Royal Geographical Society of London, v.15, n.2, p.1-104, 1845.

SCHOMBURGK, Robert. On the Natives of Guiana. Journal of the Ethnological Society of London (1848-1856), Vol. 1 (1848), pp. 253-276. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland. Available: <https://www.jstor.org/stable/3014089> . Acesso em: 25/09/2018.

STEWART; TABORI; CHANG. Royal Geographical Society Illustrations

ted. Division of U.S. Media Holdings, Inc. 115 West 18th Street, New York, NY, 1998.

THURN. Everaldo F. A Journey in the Interior of British Guiana. Source: Proceedings of the Royal Geographical Society and Monthly Record of Geography, New Monthly Series, Vol. 2, No. 8 (Aug, 1880), pp. 465-489. Published by: Wiley on behalf of The Royal Geographical Society (with the Institute of British Geographers) Stable URL: <<http://www.jstor.org/stable/1800576>>. Acesso em: 01/11/2020.

EXPERIÊNCIAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA NA ILHA DA CONCEIÇÃO (MOCAJUBA-PARÁ), EM REGISTROS ETNOECOLÓGICO

MarciléiaWanzeler de Souza Vasconcelos¹

A pesquisa foi realizada entre os anos de 2015 e 2016, desenvolvida na ilha da Conceição que é composta pelas comunidades de Santana, São Joaquim e Costa de Santana, localizadas no município de Mocajuba, região Nordeste do Estado do Pará. O mapa de localização da ilha nos mostra a relevância de se pesquisar os espaços operandi dos ribeirinhos. Para os primeiros registros a ilha se apresenta com um território medindo 1.635,24 hectares distribuídos entre 240 famílias assentadas, como o mapa mostra está inserida dentro do Programa de Regularização Fundiária (PAE) que são estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Mapa - Localização da área de estudo na ilha Grande Conceição.



¹ Doutoranda em História Social da Amazônia no Programa de História Social da Amazônia – UFPA/BELÉM. Licenciatura em História – UFPA/Campus Cametá. Mestre em Educação e Cultura no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – UFPA/CAMPUS CAMETÁ.

Nesse espaço estão distribuídas as unidades familiares de produção, que estabelecem relações com o “ambiente de rio e da floresta, onde os territórios são reconhecidos segundo as atividades exercidas cotidianamente neste espaço” (ALMEIDA, 2013, p. 55). Essas unidades promovem um circuito de distintas práticas domésticas e agroextrativistas destacando o manejo de açaí, cacau, pesca, caça, e outros produtos como a andiroba e muru-muru, o buriti, que são vendidos diretamente para a empresa natura, como mostraremos posteriormente. (ALVES & SOUZA, 2015. p. 00).

Com o objetivo de entender esse processo de ocupação da terra, paisagem e de produção rural em comunidades amazônicas, utilizou-se dos pressupostos teóricos da etnoecologia, como sendo um campo de pesquisa interdisciplinar, que envolve a relação entre formação histórica, conhecimento e suas diferentes formas de apropriação do ambiente natural da floresta. E por etnoecologia entendemos o “estudo interdisciplinar de como a natureza é percebida por grupos humanos, através de um anteparo de crenças e conhecimentos, e como estes grupos, através de seus símbolos, usam e/ou manejam os recursos naturais” (TOLEDO, 1990: 457), e através desses conhecimentos adquiridos pelas experiências, ou seja, pela práxis, assim a etnoecologia ajuda na compreensão que os sistemas locais abrangem um conhecimento ecológico como lógicos e complexos (Garcia e Sanz. 2007. p. 46) principalmente porque se analisa o sistema ecológico e produtivo nessas populações tradicionais.

Neste sentido buscou-se compreender a estrutura fundiária construída no interior desses espaços resultantes de uma colonização mais tradicional, que se remete ao período colonial da história da Amazônia e assim descreveu a paisagem construída pelas atividades econômicas desenvolvidas na ilha. A ocupação

engendrou conflitos e compreensões em torno ao acesso, uso da terra e os valores que seus ocupantes foram construindo.

Metodologicamente foi desenvolvido um estudo de caso na ilha da Conceição, viabilizado pela observação do espaço e o entrecruzamento das entrevistas realizadas com os ribeirinhos entre os períodos de observação, pautando as experiências desses com os espaços de floresta e rio, e ainda a análise documental que foi levantada nos órgãos públicos como INCRA, EMATER e Secretaria de Agricultura do Estado e Município.

Os homens que aqui chegaram no período da colonização aprenderam com os povos nativos a importância de compreender e de aprender com a natureza, a experiência de viver nesse locus se torna o meio viável de permanecer e manejar o ecossistema existente. E esses sujeitos da experiência não se definem por sua atividade, “mas por sua passividade”, “receptividade”, “disponibilidade”, e “abertura”, assim não em detrimento da oposição entre ativo e passivo, mas sim de suas potencialidades em ter “paixão”, “padecimento”, “paciência”, “atenção”, estando disponível fundamentalmente para aquele aprendizado visto como algo essencial. (BONDÍA, 2002. p. 19).

A ocupação da Amazônia desde o período colonial buscavam dinâmicas econômicas que atendessem ao mercado, muitos serão os projetos que incentivaram tanto os empreendimentos agrícolas do açúcar e do tabaco, quanto o povoamento das capitânicas do Estado do Maranhão e Pará, essa dominação será feita do ponto de vista militar, religioso e econômico, a exemplo, das concessões de terras para a formação de capitânicas privadas, como Tapuitapera e Cameté durante o século XVII, em que o objetivo era povoar as terras e de estabelecer empreendimento agrícolas como os cana-

viais e o plantio de tabaco. Destacam-se ainda os incentivos da coroa no cultivo de “frutos da terra”, como o cacau, o anil e cravo de casca, uma vez que esses produtos tinham grande receptividade no mercado europeu passaram também a serem estimulados (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 101).

Nessa perspectiva compreende-se que no período colonial a lógica de desenvolvimento estava relacionada ao estabelecimento de grandes empreendimentos agrícolas, principalmente de cana-de-açúcar, primeiro porque assegurava o povoamento e o próprio território da Coroa portuguesa e era um dos produtos mais lucrativos para Portugal. Dá mesma forma no período imperial o desenvolvimento está interinamente ligado à agricultura como o meio que moralizava e civilizava como apontado por Francivaldo Nunes (2011, p. 19-20).

A agricultura se revestia de um aspecto moralizador e civilizador, como atividade capaz de criar o hábito salutar do trabalho e conseqüentemente a ordem pública; assegurar a ocupação regular das terras, pois possibilitava o surgimento de proprietários e não apenas extrativistas; além do que conforme apontamos, produziria uma ordem humana no que se considerava desorganizado mundo natural, na medida em que, as terras de florestas fossem ocupadas por plantações. [...] que a dimensão tomada pela agricultura nessas bandas do Brasil, explica a ação colonizadora e redefine a função do estado Imperial nessa Região [...] da perspectiva de implantação de novas técnicas de plantio, dissociada das práticas indígenas e dos colonos locais, e de um plano de melhor aproveitamento dos recursos florestais [...] que assegura a grande propriedade e diminuía a dispersão da população pelo que se convencionou chamar de “vastidão florestal.

A densidade da floresta associada ao modo de vida das populações tradicionais condicionou um olhar carregado de preconceitos, para os viajantes do

século XVIII a descrição mostra como se construiu esse olhar a partir de uma sociedade que se considerava “civilizada”, uma comparação de sociedades que desenvolve suas atividades de forma muito distintas, para Ave-Lallemant (1980. p. 43) o homem dessa região estava dotado de uma passividade obscura, ou seja, alguém que mesmo em meio às riquezas não conseguia se ‘desenvolver’.

No entanto, a pesquisa revela que esse homem não está amesquinhado pela natureza, ele construiu um calendário a partir das experiências adquiridas, por isso, o homem só adentra na mata no tempo certo de cada produto que é extraído, no rio, na maré certa, se utilizando dos recursos naturais para a construção de suas casas, como a exemplo, da cobertura feita com as folhas das palmeiras (palha), hoje poucas são as casas com esse tipo de cobertura, mas ainda é muito utilizado principalmente nas construções dos corrais, diante desses aspectos uma visão recente sobre esses elementos etnoecológico, Witkoski (2010. p. 126) mostra que

Essas populações se reproduzem explorando uma rica multiplicidade de habitats: a terra, a floresta e a água. Contudo, a exploração desses, como a de outros ambientes, implica não só um etnoconhecimento dos recursos naturais como, igualmente, das estações de reprodução das espécies da flora e da fauna e do uso de um calendário que se ajusta não à vontade unilateral dos homens, mas à dinâmica dos diversos ecossistemas com os quais eles se relacionam, integrando-se.

Mesmo com todos os incentivos da coroa portuguesa para o povoamento, essa região se recolocará aos moldes do que já existia, pois, esse homem que vem em busca daquilo que é racionalizado entende através das experiências adquiridas com povos indígenas que a racionalidade está na compreensão dos espaços de trabalho, ou seja, a floresta e seus produtos extrativis-

tas e os rios (aprendendo a mariscar) e é só assim que poderá fixar-se a terra. Embora, a implantação de atividades agrícolas tinha a intenção de viabilizar a grande propriedade que produziria para o mercado externo, mas também para o interno, a agricultura também tinha como objetivo trazer a civilidade e moralidade (NUNES, 2011. p. 19-20). Entretanto, os homens que chegaram aqui, por si só, se adaptaram aos moldes da Amazônia.

Analisando a literatura produzida por viajantes no período colonial, pode-se observar o cotidiano do homem ribeirinho, do conhecimento empírico que se construiu ao longo de sua vivência nesses espaços, como mostra Avé-Lallemant(1980. p. 43), que descreve uma imagem bastante singular,

Por toda parte se deparam essas palmeiras bacíferas, escondidas na sombra doutras árvores; [...]. Os meninos trepam facilmente nesses troncos, que com o peso oscilam dum lado para outro, sem se quebrarem, até o topo, e cortam os cachos maduros.

O açaí era e ainda é o principal elemento na alimentação da população ribeirinha, porém, hoje a pesquisa percebeu que além de ser um alimento tradicional é um dos principais produtos de exportação dessa região e de incentivo das instituições públicas. Fato importante uma vez que se analisa a relação que este homem criou com a natureza, do conhecimento empírico que é passado de geração a geração, onde os meninos e meninas acompanham seus pais nas atividades domésticas, no manejo dos produtos oriundos da floresta, dos rios e da própria agricultura.

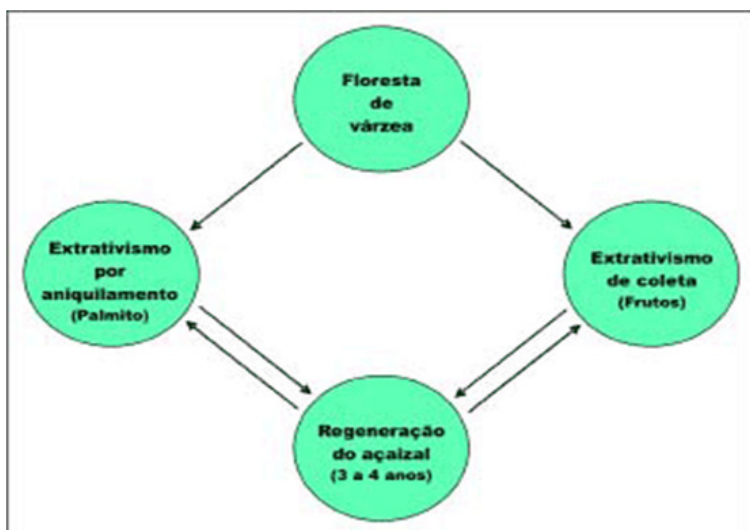
Essa produção que antes era destinada quase que exclusivamente para a alimentação das populações locais (cidades ribeirinhas), agora passou a atender uma nova rede, o mercado externo. Esses produtos

extraídos do interior das florestas tornaram-se matéria prima para às indústrias alimentícias (produção de polpa), de cosméticos e farmacêuticas, enfim, atendendo uma demanda de um mercado consumidor muito mais extenso, exigindo desse produtor ribeirinho uma nova lógica. E nessa percepção, de produto exportado, responsável pela geração de mais de 25 mil empregos diretos ou indiretos, desde sua extração, transporte, comercialização e industrialização (EMBRPA, 2006).

Nas várzeas, quando há a ocorrência de cobertura florestal, é possível fazer o manejo da vegetação visando o aumento da população de açazeiro ou o enriquecimento com o plantio de mudas dessa e de outras espécies de interesse comercial, conciliando, de modo racional e equilibrado, a proteção ambiental com o rendimento econômico. Nas áreas destinadas para a produção de frutos, normalmente, são eliminados os estipes de açazeiro excedentes das touceiras e, também, algumas plantas de outras espécies, com vistas à redução da concorrência por água, luz e nutrientes. Ambos os casos provocam sensíveis alterações nos fatores que afetam a produtividade dessa palmeira. No caso da exploração do palmito, são eliminadas grandes quantidades de estipes de açazeiro em decorrência da própria atividade. (EMBRAPA, 2006).

Essas técnicas são produzidas a partir da observação de campo e das informações oriundas dos ribeirinhos, afinal o açai é nativo e esse manejo já era realizado por populações, conhecimento científico aliado ao empírico, visando atender a uma demanda de mercado, as tendências do capitalismo globalizante. Esses elementos podem ser demonstrados no gráfico produzido pela EMBRAPA.

**Processo tradicional de uso do ecossistema
de floresta de várzea do estuário amazônico.**



Fonte: Embrapa Amazônia Oriental

Os pressupostos da etnoecologia ampliam o entendimento das sociedades tradicionais e dos seus saberes. O manuseio da floresta e dos rios por essas populações são produzidos a partir de sua capacidade de elaborar técnicas que são utilizadas no seu cotidiano, essas experiências são repassadas de geração a geração, aprendendo e produzindo conhecimento sobre a natureza em seu meio natural e real. Na ilha da Conceição as “famílias estabeleceram o ciclo entre as águas e os produtos oriundos da floresta e da terra firme para a plantação de roçados de mandioca, arroz, milho e outros produtos”. (SOUZA, 2013, p. 34).

O homem, a natureza e os meios de vida que operam na funcionalidade e na racionalidade da própria sobrevivência e do meio de produção, neste sentido o “condicionamento recíproco entre o homem e a natureza”, constituindo-se como algo integrante, vela-

dos pelo trabalho. (WITKOSKI, 2010, p. 128).

No trabalho de campo moradores da ilha da Conceição foram entrevistados, na fala do senhor Luís Cabral dos Passos, essas características de manejo de terra firme – várzea – floresta são apresentadas e fazem parte dessa sociedade multifacetada da várzea,

Eu nasci aqui no São Joaquim. Quando eu era pequenininho, meu pai trabalhava em lavoura, em roça só que não era aqui, era num lugar por nome mojutapera ali no município de Baião. Lá eles trabalharam muitos anos. Aí, de lá que eles adquiriram dinheiro e compraram esse lugar aqui, onde nós moramos agora, ele morreu sabe, aí ficou esse lugar pra nós. Depois que veio morar aqui ele, (meu pai) trabalhava com o “marisco”, olha era esses peixes que tem agora, o material dele naquele tempo era negócio de “pari” cercava assim na beira, aí pegava o peixe. Naquela época tinha muito Curimatá e tucunaré que dava muito, demais e agora desapareceu tudo, né. E depois que ele veio de lá que começou a trabalhar com a mamãe, meus irmãos já estavam grandes, já cortavam seringa, a borracha, mas continuava sempre retirando a madeira.

Outros registros dos moradores das comunidades da ilha de Conceição apontam para mais elementos, não só as diversas formas de manejar a terra, a floresta e os rios, e sim também as “casas grandes”, grandes comércios de trocas e venda de produtos oriundos da produção extrativista e agrícola. É o caso do senhor Gezo Miranda que caracteriza seu ambiente de trabalho com um saudosismo do exercício de cultivo, pesca e de extrator.

Trabalhei mais de 30 anos com a lavoura da mandioca, fazendo farinha em umas terras que tinha no Igarapé Seco. Desde a idade de 10 anos que eu pesco, eu tecia o matapi e fazia a tapagem na beira do rio e construíamos o paredão. Eu vendia tudinho lá nos comércios do senhor Danilo Costa e do senhor Marcelino Lopes. Eles compravam tudo,

andiroba, borracha, ucuúba, o nosso peixe, o cacau. E eu comprava tudo lá também. Lá era grande e tinha tudo que nós queríamos.

São comunidades que desenvolvem o caráter de coletividade relacionado ao uso dos recursos hídricos, de caça, pesca e extrativismo, o qual apenas as roças são individualizadas no plano familiar. O manejo dos recursos naturais geralmente pressupõe uma consciência ecológica, como registrado anteriormente, que definem os territórios manejados por estas comunidades. Nessa compreensão do espaço natural e social que se desenvolve a economia nessas ilhas, percebe-se o potencial extrativo das florestas e dos rios.

Assim, o uso da floresta, dos rios e da terra firme, coloca em prática muitos aprendizados que serão ainda oriundos de um momento de sua história. Cabe destacar o caso do senhor Gezo Miranda que informa que desde os seus 10 anos que atua na pesca, na fabricação do matapi e do paredão.

Informa ainda que seu pai lhe ensinou tudo que sabe hoje do ponto de vista da lida com a terra, a floresta e o rio. Este aprendizado foi adquirido acompanhando o pai quando “ia ao mato apanhar açaí, cacau”. As imagens de matapi e do paredão, que são apetrechos de pesca, tanto a confecção como montar, iscar e colocar no igarapé são práticas aprendidas no cotidiano dos homens ribeirinhos. Em seguida podemos visualizar esses materiais e a tecnologia existente na feitura como também dos pontos estratégicos onde eles são montados.

Matapi



Bing images, 2020. (<https://www.bing.com/search?form=MOZLBR&pc=MOZD&q=imagem+de+matapi>)

Paredão



Foto: MariléiaWanzeler, 2016.

Segundo Nivado Nordi (2001, p. 135) “a etnoecologia tem a função de desvendar, compreender e sistematizar, cientificamente todo um conjunto de teorias e práticas relativas ao ambiente, oriundas de experimentação empírica do mesmo por culturas tradicionais, indígenas ou autóctones”.

Outros elementos de manejo foram ainda observados na fala do senhor Raimundo Miranda, “Olha eu trabalho com o açaí, o cacau, o peixe, e tem também a andiroba, eu vendo ela em semente. O açaí eu faço umas 300 latas, o cacau acho que deu uns 200 quilos, o peixe é para comer mesmo”.

A experiência de ocupação da ilha da Conceição demonstra a importância das áreas de várzea na formação da cidade de Mocajuba. O sistema de trabalho, os produtos extrativistas impulsionam a economia da cidade. E para entender as relações criadas por esses homens a etnoecologia traz os pressupostos teóricos que ajudam nesse entendimento. Dessa forma, a pesquisa concluiu que a ocupação da ilha foi efetivada por essas experiências que organizaram as relações sociais, de trabalho.

Referências Bibliográficas

Fontes:

Entrevista com Raimundo Pereira, realizada em 01/09/2013, em Santana, Mocajuba/Pará.

Entrevista com Luiz Cabral dos Passos, 71 anos, rio São Joaquim em 28/04/2013. Mocajuba/Pará.

Entrevista com Gezo Miranda, realizada em 01/09/2013, feira de Mocajuba, Mocajuba/Pará.

Bibliografia:

ALMEIDA, Inailde Corrêa de. O papel da pesca na Eficiência Reprodutiva dos ribeirinhos do Baixo Tocantins: O caso do município de Mocajuba – PA. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará – NAEA, 2013.

AVÉ-Lallemant, Robert. No Rio Amazonas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706). Ed. Açai. Belém, 2010.

EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL. Sistema de Produção do Açai. 4 - 2ª Edição ISSN1809-4325 Versão Eletrônica. Dez./2006. http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Acai/Sistema-ProducaoAcai_2ed/paginas/intro.htm (acessado em 28/11/2015).

NORDI, N.; THÉ, A. P. G.; MOURÃO, J. S.; MADI, E. F.; CAVALLINI, M.; MONTENEGRO, S. C. S. Etnoecologia, educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: SANTOS, J. E.; SÁTO, M. A contribuição da educação ambiental à Esperança de Pandora. São Carlos: RIMA, 2001. p. 133-144.

NUNES, Francivaldo Alves. Sob o Signo do Moderno Cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia. Tese de Doutorado. 2011.

SOUZA, MarciléiaWanzeler de. Os múltiplos espaços de trabalho: sítio e centro, acomodação e conflito em Mocajuba entre 1970-1990. (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Universidade Federal do Pará, Cametá -PA, 2013.

TOLEDO, Victor M. La Perspectiva Etnoecológica: cinco reflexiones acerca de las “Ciências Campesinas” sobre la naturaliza, com especial referência a México. Revista Ciências, 4, 1990, p. 22-29.

CAMINHOS DO ACESSO: POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UDESC/SC E NA UNIFESSPA/PA (2009-2019)

Janine Soares da Rosa de Moraes¹

Karla Leandro Rascke²

Vera Márcia Marques Santos³

Introdução

Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa Estudo Comparado: Ações Afirmativas para População Negra, em Especial Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas que realiza um estudo comparado das ações afirmativas na Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC/SC e na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-Unifesspa/PA, com recorte entre 2009-2019, pensando acesso e permanência para discentes dos cursos de graduação, para população negra, em especial Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas nas referidas universidades. Por sua vez, o referido projeto surge do acordo de cooperação técnico-científico, assinado em 2019, entre a UDESC e a Unifesspa.

Gestado no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros-NEAB/UDESC, em parceria com o Laboratório Educação e Sexualidade - LabEduSex CEAD/UDESC, Grupo de Extensão, Pesquisa e Ensino: Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade - CEAD/UDESC, com apoio do Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação – NUMBUNTU/Unifesspa; do Grupo de Pesquisa Gênero, Raça,

¹ Graduanda Licenciatura em História- FAED/UDESC, Bolsista Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/NEAB/UDESC, neabjaninesoares@gmail.com.

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA, Departamento de História/UNIFESSPA, karla.rascke@unifesspa.edu.br.

³ Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/NEAB, vera.santos@udesc.br.

Estudos Amazônicos e Linguagem- GReal/Unifesspa e do Núcleo de Ações Afirmativas Diversidade e Equidade- NUADE/Unifesspa, trabalhamos na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Sobre esta base sólida de coletivos engajados em uma mudança social, na fase de formulação do problema de pesquisa nos perguntamos: como construir estratégias que possam contribuir com o acesso e a permanência de estudantes da população negra, comunidades quilombolas e povos indígenas na UDESC? Assim a formulação desta questão é, na verdade, um acúmulo de anseios e experiências do NEAB/UDESC em especial de seu projeto de extensão: Observatório de Políticas de Ações Afirmativas-OPAAS/NEAB. Trabalhamos para que a resposta a esta pergunta, possa contribuir para uma sociedade mais equânime, bem como para uma universidade com mais diversidade e pluralidade de pessoas e epistemologias. Para a Unifesspa estes levantamentos podem significar um convite a refletir sobre os avanços, conquistas, limites e possibilidades das ações afirmativas existentes.

Esta pesquisa se justifica para atender às novas demandas sociais e nossa responsabilidade política frente às mudanças que estamos vivendo em tempos de pandemia, genocídio e crise econômica. Construir diálogos entre a universidade, o poder público e a sociedade, conhecendo e aprendendo com experiências exitosas de outras instituições, bem como consultar e aprender com as comunidades quilombolas e povos originários.

Nossos objetivos envolvem refletir sobre experiências e desafios institucionais, na implementação das Ações Afirmativas na graduação da UDESC e da Unifesspa; ampliar nossa percepção e estudos, a partir da diversidade étnica, social e cultural em território amazônico. A partir destas reflexões e observações,

procuramos apresentar estratégias para ampliação do Programa de Ações Afirmativas já existente na UDESC. Para a Unifesspa estes levantamentos podem significar um convite a refletir sobre avanços, conquistas, limites e possibilidades das ações afirmativas já existentes, bem como a ampliação de ações.

Na sequência deste texto apresentamos nossa fundamentação teórica, a metodologia em três etapas, alguns resultados preliminares da primeira etapa de pesquisa documental e bibliográfica, sendo este o momento atual da investigação.

Fundamentação teórica

Mobilizamos alguns períodos e conceitos para compreender historicamente, como as desigualdades foram construídas e nos impactam até os dias de hoje. Iniciamos pelo processo de colonização (XV a XVIII) da América do Sul, que resultou em séculos de escravidão, genocídio e negação de direitos aos africanos/as escravizados/as e aos povos originários da América, em ações perpetradas pelos eurocolonizadores cristãos (SANTOS, 2015), que geraram desigualdades, revoltas e resistências, como vemos ao longo da história, até os dias de hoje.

As bases do pensamento que estrutura o processo de colonização remontam ao Renascimento (XIV e XVI), sob a égide da valorização da racionalidade e da ciência, e por consequência, subalternizado povos com diferentes cosmo percepções. O Iluminismo (XVII e XVIII) reforçou estas ideias de superioridade das sociedades europeias, como um movimento cultural da burguesia de países como França, Holanda e Inglaterra, defendiam ideias de liberdade e igualdade entre os homens. Um dos muitos resultados deste período histórico que conhecemos como Modernidade (XV-X-

VIII), são algumas engenharias sociais que perpetuam sistemas de discriminação e segregação baseados em uma ficção útil (MBEMBE, 2017) chamada racismo. O conceito de raças humanas nasce na Modernidade, a sua origem está no processo de colonização (GOMES, 2017).

O termo “raças” é introduzido na literatura especializada por um naturalista francês chamado Georges Cuvier (SCHWARCZ, 1995), tendo sua teorização e aplicação no século XIX, entretanto, desde o século XVIII o racismo transformou-se em paradigma científico e ideologia dominante. O objetivo da ciência em introduzir este termo raça era conciliar uma contradição criada pelo mundo Moderno, qual seja os ideais Iluministas de igualdade e liberdade para alguns seres humanos, e a situação de escravidão de outros seres humanos. A escravidão foi usada para justificar interesses político-econômicos (DIWAN, 2018) garantindo que o sistema produtivo funcionasse e fosse lucrativo para os comerciantes de escravizados.

O racismo é uma criação da modernidade para sustentar as relações econômicas, justificar o comércio escravista e manter o processo de colonização (GOMES, 2017) nas Américas e no continente africano. Legitimado pela religião, ciência e política, tendo nos meios de comunicação uma forma de reproduzir e reforçar o racismo. Derivam desta ideologia a segregação racial na América do Norte, o apartheid na África do Sul e as tensões étnico-raciais e desigualdades sociais, que vivemos até os dias de hoje.

Este contexto e seus impactos desencadearam diferentes formas de enfrentamento ao racismo. Acordeos internacionais e legislações nacionais, as quais apresentaremos com mais detalhes na metodologia, exigiram que governos e instituições adotassem práticas antirracistas e equânimes, juntamente com as

reivindicações dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, que pressionam e influenciam na tomada de decisão e nas resoluções dos Conselhos Superiores das Universidades brasileiras, por ações afirmativas de acesso e permanência.

Quando falamos em ações afirmativas, compreendemos que se tratam de “medidas construtoras da igualdade racial e, sobretudo, como medidas de reparação de discriminações e exclusões das populações negras, vemos sua necessidade confirmada pela História” (MATTOS, 2007). Destaca-se o protagonismo e as lutas dos movimentos negros, desde a década de 1930, sobrevivendo ao período de Ditadura Militar (1964), participando ativamente no período de redemocratização do Brasil (1988), com destaque ao intelectual e artista e político Abdias do Nascimento, e especialmente após a Conferência de Durban 2001, que intensificou o debate sobre a política de ações afirmativas no país.

A partir de 2001 iniciou-se, de forma tímida, a discussão sobre ações afirmativas no Brasil, conforme artigo publicado em 2001 por Joaquim Barbosa, ao afirmar à época, que o tema era pouco conhecido em sua concepção e em suas múltiplas formas de implementação. No referido estudo apresenta uma definição de AA,

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. (BARBOSA, 2001, p. 132)

Para pensar o contexto amazônico, neste trabalho temos um diálogo com Alfredo Wagner B. Almeida e sua leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual (ALMEIDA,

2008). Entendendo as comunidades e suas formas de organização não como uma “continuação da natureza” (ALMEIDA, 2008), que limita o entendimento da Amazônia a biologismos, geografismos e dualismos criando generalizações que não dão conta da riqueza histórica e cultural deste território. É necessário reconhecer os sujeitos políticos ou coletivos políticos, que estão na universidade produzindo conhecimento.

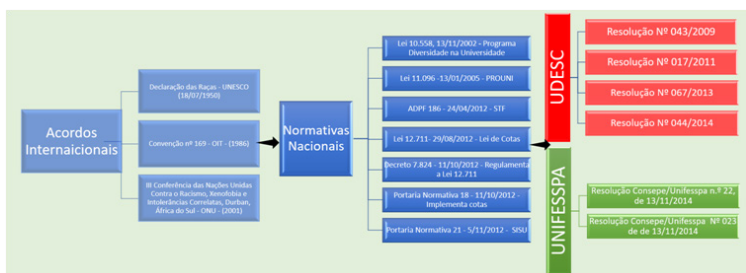
Metodologia

Esta investigação nos levou a construir uma metodologia em três etapas. A modalidade de pesquisa é qualitativa e aplicada. Quanto aos objetivos é exploratória e quanto aos procedimentos de coleta de dados se utiliza da pesquisa bibliográfica e documental para a primeira etapa, momento atual da pesquisa. Na segunda etapa trabalharemos com a pesquisa-ação e a história oral, entrevistando os/as discentes quilombolas e indígenas da Unifesspa. A terceira e última fase deste projeto de pesquisa consistirá na definição dos eixos de análise, para apresentarmos os dados coletados nas etapas 1 e 2, e entrega de um produto para UDESC e Unifesspa. Lembrando que a pesquisa foi interrompida, em parte, pela pandemia, o que nos orientou para uma pesquisa documental somente, até que tenhamos condições sanitárias no mundo e no país para dar continuidade.

Na pesquisa documental a natureza das fontes (GIL, 2002), mais diversificada e dispersa, consiste em uma análise de acordos internacionais, legislações nacionais, documentos institucionais da UDESC e Unifesspa. Internacionalmente identificadas convenções e conferências, nas quais a sociedade civil organizada pressiona seus governantes a adotarem práticas mais equânimes. A Declaração das Raças da UNESCO em

18/07/1950, Convenção Nº 169 da OIT em 1986 e III Conferência das Nações Unidas Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas em Durban na África do Sul em 2001, foram algumas movimentações e discussões em âmbito internacional dos quais o Brasil foi signatário. No quadro abaixo (Figura 1), resultado da pesquisa documental, podemos observar também as normativas nacionais, sendo que optamos por apresentar aquelas com grande impacto para as ações afirmativas no âmbito da educação, especialmente no acesso ao Ensino Superior.

Figura 1: Pesquisa exploratória documental
Fonte: Arquivo da pesquisa.



Fonte: Arquivo do projeto.

Ao investigar os documentos institucionais nos perguntamos qual o contexto das universidades com as quais estamos trabalhando? Na busca por esta resposta consultamos as resoluções do CONSUNI da UDESC que versam sobre o Programa de Ações Afirmativas (2009-2018) e os editais de quatro Processos Seletivos Especiais da Unifesspa (2014-2019): PSE (seleção de candidatos para curso de Licenciatura em Educação do Campo), PSS (processos seletivos simples destinado ao público em geral), PS (seleção destinado ao público em geral que utiliza as disciplinas da matriz curricular do ENEM) e PSIQ (seleção de candidatos in-

dígenas e quilombolas). Para este estudo centraremos nossa investigação nos processos de entrada via SISU e PSIQ, com atenção pontual aos processos PSE e PS, pois neles também encontramos a menção a Lei de cotas e entrada de indígenas e quilombolas. Ao explorar estes documentos, fomos encontrando no próprio corpo do texto indicações de Leis, Decretos e Portarias Normativas que nos proporcionaram um quadro geral das normativas internacionais, nacionais e institucionais que conduzem as AAs nas instituições.

Para a pesquisa bibliográfica estamos utilizando três tipos de materiais: Teses, Dissertações e Artigos Científicos. As bases de dados foram o site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES, Plataforma Sucupira e ScientificElectronic Library Online - SciELO.

Os descritores escolhidos para as buscas foram pensados com base nos objetivos do projeto, assim iniciamos com: Histórico das políticas de Ações afirmativas UDESC e na UNIFESSPA; Experiências e Narrativas dos/as alunos/as cotistas; Ações Afirmativas e Relação Étnico-raciais. Entretanto percebemos uma dificuldade de encontrar trabalhos sobre as ações afirmativas especificamente na UDESC e Unifesspa, acreditamos que seja pelo tempo de existência das políticas em cada uma das instituições, pois a UDESC tem ações afirmativas implantadas desde 2011 e a Unifesspa desde 2013.⁴ Desta forma optamos por utilizar os documentos solicitados à administração das instituições, como atas de reuniões, resoluções e entrevistas. Voltando aos

⁴ Em 5 de junho de 2013 a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) foi criada, pela Lei Federal 12.824, a partir do desmembramento do Campus Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA). Anterior ao desmembramento supracitado, o curso de Educação do Campo da UFPA realizava seleção exclusivo para moradores do campo. O 1º processo seletivo especial para indígenas e Quilombolas na Unifesspa iniciam em 2015.

descritores, percebemos que ao incluir o termo “Ações Afirmativas”, mesmo seguido dos termos “narrativas” ou “relações raciais”, aparecem trabalhos que tratam de ações afirmativas no mercado de trabalho, ou ainda políticas ligadas às áreas do direito e/ou saúde dentre outros.

Nesse sentido, optamos por refinar os descritores com termos combinados, quais sejam: ações afirmativas e cotas raciais na universidade; narrativas e experiências de cotistas na universidade; ações afirmativas e relações raciais na universidade; e ações afirmativas, cotas raciais e currículo. Mesmo refinando os descritores ainda tínhamos um universo muito grande de documentos, assim optamos por utilizar os textos de produção entre os anos de 2015 a 2019. Também é importante ressaltar que decidimos não incluir nos descritores povos indígenas e/ou comunidades quilombolas, pois percebemos que os descritores escolhidos já contemplam estudos que envolvem esses grupos.

Nas três bases de dados pesquisadas encontramos um total de 176 trabalhos, e destes elencamos somente os que apresentam discussões que abrangem os três termos dos descritores, pois aparecem muitos estudos de áreas como saúde e direito, com importantes contribuições, mas não diretamente a esta pesquisa. O último critério de seleção eliminou os textos que não se relacionavam com os objetivos da pesquisa, a partir da leitura do título, resumos e palavras chave, quando o trabalho apresentava as contribuições aos objetivos da investigação, seguíamos para a leitura do texto completo, assim chegamos a um total de 31 trabalhos (Figura 2).

Figura 2: Pesquisa exploratória bibliográfica

Fonte: Arquivo do projeto.

Cod.	Descritores	Base de dados				Total por Descritor
		Periodicos/CAPEs	Catalogodeteses/CAPEs	SciELO		
		Artigos	Dissertação	Tese	Artigos	
1	Ações afirmativas e cotas raciais na universidade	1	8	4	1	14
2	Narrativas e experiências de cotistas na universidade	1	4	0	1	6
3	Ações afirmativas e relações raciais na universidade	2	2	2	1	7
4	Cotas raciais e currículo na universidade	1	1	2	0	4
Total		5	15	8	3	31

No primeiro descritor encontramos a maior quantidade de textos, em especial dissertações de mestrado. Nesta busca o objetivo era encontrar estudos que apresentassem as AAs e as cotas raciais em relatos ou experiências sobre o acesso e a permanência de cotistas em universidades brasileiras, importante para a pesquisa à medida que conseguimos observar em outras instituições vivências exitosas ou indicativos de superação de dificuldades. Para o segundo descritor optamos por dois artigos, um deles disponível na base SciELO e se repetiu na base Periódicos/Capes. Nossa investigação neste descritor centrou-se em trabalhos que apresentassem narrativas e experiências de cotistas nas universidades brasileiras, com estes relatos acreditamos fundamentar a pesquisa com as dificuldades e potencialidades dos sujeitos, para assim propor ações que fortaleçam a política de ações afirmativas na UDESC. O terceiro descritor foi o segundo com mais textos encontrados. Para esta investigação procuramos por textos que apresentassem relações diretas entre AAs e tensões nas relações raciais na universidade brasileira. O último Descritor foi o que apresentou menos trabalhos. Nossa intenção neste descritor é encontrar trabalhos que apresentem saberes outros para uma visão pluriversal de polirracionalidade na epistemologia dos currículos na universidade brasileira.

A análise dos dados da pesquisa bibliográfica ocorre a partir da leitura analítica e interpretativa

dos trabalhos, estabelecendo relações com os dados obtidos e o problema de pesquisa, com atenção a consistência das informações (GIL, 2002). Por meio das fichas de leitura a apresentação dos dados levantados em forma de artigos que serão apresentados em eventos ou submetidos a periódicos, e também na construção de textos dialógicos que serão disponibilizados na sala de aula virtual do Moodle do NEAB/UDESC.

Análise e Discussão dos dados

Na análise e discussão dos dados, trazemos as contribuições da primeira fase da pesquisa documental e bibliográfica. Ao realizar a leitura dos acordos internacionais percebemos que o Brasil foi influenciado, por estes acordos internacionais, e desde o período da redemocratização com a força dos movimentos sociais como os movimentos negros e indígenas vem promovendo políticas positivas de caráter compensatório. A pesquisa documental nos mostra como as questões sobre o enfrentamento ao racismo e a construção de políticas de ações afirmativas foram discutidas em âmbito transnacional, e também conseguimos ver em âmbito nacional como a legislação brasileira construiu algumas políticas de acesso à Educação Superior. Todo este estudo nos permitiu entender o desenho da lei de cotas, compreendendo os critérios utilizados. E nos deu condições de contribuir nos debates nas comissões de ações afirmativas tanto da UDESC como da Unifesspa, dando assim nossa contribuição para uma universidade mais plural e equânime.

Na pesquisa bibliográfica, ao realizar a busca nas bases de dados com os descritores, realizamos a organização dos trabalhos que na sequência da pesquisa serão lidos e analisados para compor o estado da arte do tema.

Considerações da pesquisa

Esperamos construir diálogos institucionais cooperativos, que possam auxiliar a UDESC e a Unifesspa no desenvolvimento e aprimoramento de políticas de diversidade étnico-racial, promoção de igualdade e valorização das populações de origem africana e indígena. Em especial, a contribuição desse projeto envolve ampliar as possibilidades de acesso e de permanência de estudantes indígenas e quilombolas na universidade, proporcionando, por meio da educação, a transformação social. Por fim, seguimos com a leitura analítica dos documentos e trabalhos levantados, procurando nos adaptar a este momento tão difícil que estamos vivendo, com uma crise do capital, exposta por uma crise sanitária do novo COVID-19, que intensificou as desigualdades pelo país (ALMEIDA, 2020).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Antropologia dos Archivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Silvio.Roda Viva | Silvio Almeida | 22/06/2020. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw> . Acesso em: 22 jun. 20.

BRASIL.Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 19/09/2020

DIWAN, Pietra.Raça Pura, uma história da eugenia no Brasil e no Mundo. 2ª Ed. 4ª reimpressão. São Paulo. Contexto, 2018.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, Cristina.Igualdade e Diversidade na Democracia: Educar

contra o racismo. Curitiba: CRV, 2017.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 38 n. 151 jul./set. 2001

MATTOS, Wilson Roberto. Contribuição historiográfica ao debate sobre ações afirmativas: exclusão racial na Bahia do século XIX. NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM. (org.). Memória e formação de professores [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. 310 p. ISBN 978-85-232-0484-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

SANTOS, Antonio Bispo. Colonização, Quilombos: modos e significações. UNB/CNPQ, Brasília, 2015

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Estudos comparados como método de pesquisa: a escrita de uma história curricular por documentos curriculares. Revista Brasileira de Educação, v. 21 n. 64 jan.-mar. 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (1995). O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil(1870-1930). São Paulo, Companhia das Letras.

YOUTUBE. Canal: STF. Pleno - Julgamento da ADPF 186 sobre a política de cotas na UnB (1/10) a (10/10). Disponível em: <https://www.youtube.com/user/STF/search?query=Pleno+-+Julgamento+da+ADPF+186+sobre+a+pol%C3%ADtica+de+cotas+na+UnB+cesso+em+03+fev.+2020>.

**ENSINO DE HISTÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI FEDERAL 10.639/03
NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA (2003 A 2019)**

Maria Raimunda Santana Fonte¹

Introdução

A presente pesquisa investiga quais políticas públicas referentes à Lei Federal 10.639/03 implementadas pela Secretaria de Educação do Município de Marabá/SEMED/PA, entre os anos de 2003 a 2019 no Ensino de História, no segmento descrito como Fundamental II. O intuito é identificar as atividades e os projetos desenvolvidos pela Secretaria – equipe gestora educacional/equipe de formação -, através de um mapeamento, promovendo uma reflexão sobre as ações desenvolvidas que permeiam o processo de efetivação das atividades no período proposto. Por fim, procuraremos promover uma discussão sobre a responsabilidade do Município, em especial da SEMED, quanto a efetivação da Lei Federal 10.639/03, tendo em vista que o *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares de Educação das Relações Étnico-Raciais* (2010), menciona que os municípios têm o dever de criar medidas que garantam a sua aplicabilidade, especialmente as formações de professores.

O ano de 2003 é o ano de sanção da Lei Federal 10.639, determinando que estados e Municípios são “convocados” a adotarem medidas de implementação da mesma. Portanto, faz-se relevante, em nossa pesquisa verificar se nesse ano houve alguma mobilização por parte do Município de Marabá, via SEMED, no sen-

¹ Mestranda em História/PPGHIST/Unifesspa. Graduação em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora de História na Educação Básica. E-mail: rayfontes50@gmail.com

tido de encaminhar ações ou diretrizes educacionais para dar início a efetivação da lei.

Quanto ao ano de 2019, a escolha tem relação direta com eventos educacionais Municipais, nesse caso direcionados às ações dessa secretaria de educação. Ano em que o município finalizou o processo de sistematização da última proposta curricular, segundo o próprio documento da Proposta, ocorre:

A necessidade de construção de uma nova proposta curricular para o município de Marabá se deu, especialmente, a dois fatores: a necessidade de reformulação da proposta curricular vigente, implantada desde o ano de 2002, e pela necessidade e obrigatoriedade de ajustar o documento às orientações da Base Nacional Curricular. [...] (MARABÁ, 2019, p. 19-20).

Portanto, 18 anos após a promulgação da referida Lei, além de todos os outros “dispositivos legais” implantados com a finalidade de garantir que os sujeitos no processo de ensino aprendizagem tenham acesso aos conhecimentos que possam valorizar a “história e cultura afro-brasileiros e dos africanos” este documento, isto é, a Proposta Curricular Pedagógica do Município de Marabá “Pensando em Rede” (2019), assim como todo o contexto de sua reformulação possibilita uma relevante oportunidade de compreensão do percurso das políticas e das ações referentes à Lei Federal 10.639/03 do município em questão. Outra reflexão possível é quanto aos debates nacionais da implantação da Base Nacional Comum Curricular, e os impactos no processo de construção da proposta municipal.

As documentações em análise, além de contribuir para delimitação da pesquisa, serão fundamentais no processo de identificação das ações do município, como também verificar as alterações do currículo quanto ao cumprimento da legislação que “estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-

-Brasileiro e Africana na Educação Básica, [...]” (PARECER N°03/2004, p. 81) Além dessas documentações disponibilizadas pela secretaria/SEMED, recorreremos a outras fontes, que possam contribuir no processo de investigação desta pesquisa, como por exemplo entrevistas com gestores e gestoras. Em termos de documentação física, encontramos dificuldades em acessar os arquivos, tendo em vista que estamos vivenciando uma situação de pandemia, provocada pelo coronavírus/covid19, o que está limitando o contato físico com as pessoas e o acesso a espaços públicos.

Aspectos metodológicos

Esta investigação está sendo realizada por meio de análise de documentos escritos (produzidos pela Secretaria) e orais (conversas informais e entrevistas semiestruturadas). Quanto aos documentos que temos para início da análise, mencionamos: as propostas Curriculares (2006 e 2019), o projeto Núcleo de Pesquisa Educacional e Diversidade (NUPED), ofícios, relatórios de formação e gestão, além de folders, portfólios e fotografias.

O percurso desta pesquisa teve início com levantamento de dados, isto é, mapeamento dos documentos (propostas curriculares, relatórios de formação, pautas de reunião, plano de ação anual realizados pelos formadores de história; orientações curriculares para ensino fundamental II, programas relacionados à implementação da Lei 10.639/03) do arquivo, (localizado na Secretária de Educação/SEMED), das prováveis pessoas a serem entrevistadas (professores/as, formadoras/es), entre outros.

Dessa forma, inicialmente foi realizado uma lista desses documentos, enviado ofício solicitando à Secretaria o acesso aos arquivos, estabelecido contato

com algumas pessoas que trabalham ou já trabalharam no referido órgão. Todavia o contexto de pandemia tem dificultado o acesso aos documentos/arquivos. De toda maneira o processo de pesquisa encontra-se em andamento, com realização de algumas conversas informais e uma primeira entrevista com uma professora que atuou na formação dos professores de História entre os anos de 2011 a 2016.

Para esta pesquisa mobilizamos dois tipos de fontes: documentos oficiais e entrevistas. Ainda que não tenhamos obtido retorno da Secretaria de Educação, ou seja, permissão para pesquisa em seus arquivos, foi possível conseguir alguns documentos em arquivos pessoais, além das propostas curriculares de 2006 e 2019; o projeto das diversidades (NUPED); as pautas de reunião de formação; alguns relatórios de formação continuada e algumas fotografias dessas reuniões/formações.

Em relação às propostas curriculares mencionadas acima serão observadas se ambas, construídas após a promulgação da Lei Federal 10.639/03, estão seguindo as orientações da mesma. Do mesmo modo pretendemos proceder com os outros documentos disponibilizados pela Secretaria/SEMED. Quanto às entrevistas, certamente serão relevantes para a análise dos documentos escritos. Dessa forma, será realizado um cruzamento das fontes, assim articular elementos presentes em cada uma delas.

No sentido de pensar as fontes dessa pesquisa, recorreremos a alguns autores. Como por exemplo, Michel de Certeau (2007) em sua obra “A Escrita da História”, o capítulo II, intitulado “A Operação historiográfica” no qual explica a escrita da história como um ato “Operacional”, que exige de o pesquisador/historiador seguir um método, uma teoria e uma prática. Dentre as várias discussões presentes no texto, o “lugar social”

nos parece relevante a esta análise das fontes. Haja visto, que pensar analiticamente uma fonte requer também refletir sobre esse conceito defendido por Certeau.

A abordagem acerca do lugar social interessa na medida em que possibilita pensar inicialmente o lugar social dessas fontes/documentos, o lugar social do próprio pesquisador, entre outras questões observáveis. “Toda pesquisa historiográfica se articula com o lugar de produção socio-econômicos, político e cultural.” (CERTEAU, 2007, p. 66).

Este lugar social, quase sempre tem poder de determinar o rumo da pesquisa, assim como, orienta o método escolhido. “É em função deste que se instauraram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhe serão propostas, se organizam.” (CERTEAU, 2007, p. 67).

Para pensar, especificamente as propostas curriculares de 2006 e 2019, a leitura de artigos como “O Currículo na perspectiva das relações Etnicorraciais” (MARTINS et al, 2017) faz-se importante para que pensemos o currículo, que historicamente tem representado prioritariamente uma visão eurocêntrica. Nosso intento é uma análise desse currículo na perspectiva das relações étnico-raciais, procurando observá-lo para além de identificações da presença de possíveis “objetos do conhecimento” referente a temática étnico-racial.

As leituras realizadas até o momento, que estão contribuindo no sentido de pensar a história oral, são as autoras Marieta Moraes e Janaina Amado com a obra (2006) “Usos e abusos da história oral”. As mesmas apresentam reflexões pertinentes em relação às várias visões que se tem sobre a temática, as defesas e críticas; possibilitam que conheçamos o percurso histórico da história oral no Brasil, mesma na atualidade, sem perder de vista a visão crítica em relação ao seu uso,

mostrando as vantagens e desvantagens do trabalho com esta metodologia de análise; permitem também a compreensão de que o uso da história oral requer os mesmos cuidados no processo de análise que qualquer outra fonte ao serem mobilizadas e ainda nos possibilita uma reflexão acerca das relações estabelecidas entre o entrevistado e entrevistador, a influência desta no trabalho de pesquisa.

Outra contribuição, refere-se a obra de Antônio Torres Montenegro (2007) “história oral e memória: a cultura popular revisitada”. Dentre as inúmeras questões referentes a história oral, o autor viabiliza uma reflexão sobre a memória como uma possibilidade relevante, podendo “recuperar” determinados acontecimentos ou visões que dialogam com documentos oficiais. Além disso, apresenta “um minucioso e didático manual” que orienta o processo de realização das entrevistas.

Recorte teórico

Esta investigação será ancorada em importantes leituras e reflexões voltadas para os estudos das relações étnico-raciais, em conexão a autores dos estudos decoloniais que possam contribuir com o debate, na medida em que realizam reflexões acerca de uma construção epistemológica que possibilite uma descolonização do conhecimento e pensamento.

Quanto aos estudos das relações étnico-raciais nos embasaremos nas autoras, Wilma Baia, (2008), Nilma Lino Gomes (2017) e Karla Leandro Rascke, (2013) dentre outras/os. As pesquisadoras são referência nesses estudos, com importantes contribuições e publicações. Nesse sentido, as mesmas são relevantes porque permitem refletir as práticas de implementação da Lei Federal 10.639/03 e desafios nesse processo

de efetivação, bem como, possibilitam percebê-la como importante política de combate ao racismo. Ainda são estudiosas que dialogam com os estudos decoloniais.

Com Nilma Lino, (2017) o dialogo ocorre no entendimento de que as ações afirmativas são políticas de Estado, evidentemente reivindicado pelos movimentos negros, mas que precisam serem implementados pela sociedade como todo, sem o equívoco de considerá-las, apenas como uma legislação pertencentes as populações negras, cabendo a ela efetivá-las.

Outro debate relevante da autora, diz respeito ao movimento Negro brasileiro “como educador, produtor de saberes emancipatórios sobre a questão racial no Brasil. Saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI.” (GOMES, 2017, P.14) O que permite pensar a Lei 10.639/03 como política pública de Estado, necessária para uma construção de uma nova epistemologia, e assim, contestar o que Boaventura de Sousa Santos vai chamar de epistemologia dominante, que historicamente “suprimiu todas as práticas sociais de conhecimento” (SANTOS, 1995, p. 10) de grupos subalternizados.

Segundo o autor essa “epistemologia ocidental dominante” surge no contexto de dominação colonial, ou seja, faz parte das medidas de controle, adotada pela metrópole, contra isso Santos (1995) propõe que para combater esse colonialismo que ainda persiste, especialmente no que se refere ao conhecimento, que haja “uma iniciativa epistemológica assente na ecologias dos saberes” (SANTOS, 1995, p.14) ou seja, evidenciar e valorizar conhecimentos das populações indígenas, camponeses africana, enfim, respeitar os outros saberes, assim, teremos a chance de descolonizar o pensamento/conhecimento.

Nessa mesma perspectiva, consideramos pertinente trazer presente a obra “Ensinando a Transgredir: Educação como prática da liberdade” de Bell Hooks, que auxilia inúmeras reflexões, destacando “a diferença entre a educação como prática da liberdade e a educação que só trabalha para reforçar a dominação” (HOOKS, 2013, p. 12). A autora defende a educação como possibilidade de descolonização, o que chama de pedagogia anticolonial, uma pedagogia em que os estudantes recebam atenção especial do professor/a, e professores/as que demonstram interesse pela vida e história do seu aluno.

Uma pedagogia que permitia ao aluno apreender, terem ideias que contestassem os valores e crenças racistas da sociedade colonizada e segregada americana, com isso, podemos pensar a implementação da Lei Federal 10.639/03 em Marabá como uma forma de transgredir um modelo de educação com base eurocêntrica, com um currículo que tende a ignorar as populações historicamente subalternizada.

O conceito de subalterno nos interessa por que nos faz refletir sobre quem são esses sujeitos subalternizados, a que camadas da sociedade pertencem, a que estão sujeitos dentro dessas camadas, possuem representação políticas, quais setores do mercado de trabalho atuam, ocupam espaços de decisão na sociedade. Enfim, é uma discussão importante porque as populações as quais as políticas afirmativas visam beneficiar justamente sujeitos considerados subalterno pela sociedade brasileira: “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrado social dominante.” (SPIVAK, 2010, p. 8)

Para compreendermos o sentido do uso do conceito de colonização e descolonização mencionado

no texto e na pesquisa recorreremos a Frantz Fanon (1968) por perceber relevante analisar o contexto social na qual estão sendo investigado a implementação da legislação a qual este trabalho se propõe. Além destes, o conceito de violência como sendo a ação da colonização, pode ser entendida nesta pesquisa como os entraves para a efetivação das políticas afirmativas. O processo de violência colonial discutido por Fanon permite que compreendamos porque mesmo com a criação de dispositivos legais que possibilitaria a inclusão de populações que estiveram ausentes dos locais de decisão do país, tratado como categorias não importantes, permitindo assim que suas histórias fossem contadas, incluída nos currículos, foram negligenciadas.

Além dessa possibilidade de análise, o autor permite ainda que enxerguemos através das implementações das políticas afirmativas como oportunidade de promover um processo de descolonização, quando ele afirma que continuar contando a História das metrópoles, a partir de seu ponto de vista significaria continuar reproduzindo o processo de dominação e controle. “O colono faz a história e sabe que a faz. E por que se refere constantemente à história de sua metrópole, indica de modo claro que ele é aqui o prolongamento dessa metrópole. [...]” (FANON, 1968, p. 38).

Dessa forma, manter um currículo predominantemente eurocêntrico representa evidentemente uma continuidade da manutenção de um projeto colonizador, uma análise explicativa necessária. Nesse sentido, as políticas afirmativas, inclusive a legislação aqui mencionada, pode ser percebida como possibilidade de romper com essa relação de dominação. Conhecer a história da colônia, ou seja, do espaço habitado pelo colonizado, “criar a história da nação” de modo que a história desse território seja contada, seria

segundo Fanon o caminho para descolonização. “[...] A imobilidade a que está condenado o colonizado só pode ter fim se o colonizado se dispuser a pôr termo à história da pilhagem, para criar a história da nação, a história da descolonização.” (FANON, 1968, p. 38)

Para finalizarmos destacaremos também, as autoras Thais Regina Carvalho (2013) e Dalila Fernandes de Negreiros (2017) que contribuíram e ainda estão contribuindo para o percurso desta investigação. Carvalho (2013), em sua Dissertação de Mestrado “Políticas de Promoção de Igualdade Racial na Rede Municipal de Educação Infantil de Florianópolis/SC – 2013” contribuiu no sentido de pensar os documentos e os métodos. Os caminhos percorridos pela autora possibilitam vislumbrar mapeamentos, e também documentos para a leitura e as questões referentes a investigação das políticas públicas do município de Marabá/PA, no período de 2003 a 2019.

Carvalho, analisa as políticas de promoção de igualdade racial na rede municipal de Educação Infantil de Florianópolis em Santa Catarina. Dessa forma, permitiu a reflexão acerca do que seria uma implementação “adequada” da Lei Federal 10.639/03 e as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira* (2004) e quais as medidas cabíveis além da criação de programas e diretrizes municipais, específicas. Por outro lado, mostrou a relevância de uma sociedade comprometida com uma “Educação de relações étnico-raciais positivas” (PARECER N° 03/2004, p. 82), permitiu também perceber as diferenças regionais quanto a abordagem da temática no ensino.

Carvalho expõe as diretrizes municipais, os programas voltados ao combate ao racismo, como por exemplo a criação de uma “Comissão Propositiva de Políticas Afirmativas para a questão da Diversida-

de Étnico-Racial” em Florianópolis em decorrência a denúncia feita por integrante do movimento negro. Ações específicas organizadas pelo município de Florianópolis possibilitam refletir sobre os dispositivos criados em Marabá, como também nas ações do movimento negro do município e ainda a verificação de documentos orientadores de políticas educacionais que possam nortear o ensino.

Dalila Fernandes de Negreiros (2017), em sua obra “ Educação das Relações Étnico Raciais – avaliação da formação de docentes”, por meio dos programas Uniafro e Africanidade², analisa a formação de professores, uma demanda das políticas de educação étnico-racial que faz parte das reivindicações/ações decorrentes da implementação da Lei Federal 10.639/03. A autora constata “os entraves na execução” dessas políticas, especialmente as que visam “formação de professores para a educação das relações raciais, história e cultura afro-brasileira e africana.” (NEGREIROS, 2017, p. IX). Com base nessas considerações, a obra permite pensarmos esses aspectos da implementação da Lei em Marabá, as ações da Secretaria de Educação/SEMED, perpassando também as formações dos professores e gestores.

Outro tema relevante apresentado pela autora refere-se a discussão do conceito de política pública, inicialmente diferenciando-a de políticas sociais, elaborando um breve histórico de distinção entre uma e outra. Assim, a finalidade da política pública seria “para alcançar a inclusão dos grupos historicamente excluídos, como a população negra, as mulheres, os povos e comunidades tradicionais, entre outros, seriam

² Projeto Educação Africanidades Brasil, um programa de formação docente continuada em Educação e Relações Étnico-Raciais, ofertado na modalidade a distância; Uniafro – Programa de Ações Afirmativas para a população Negra nas instituições Federais e Estaduais de Educação Superior. Ambos os programas tiveram início em 2005.

necessárias políticas específicas.” (NEGREIROS, 2017, p. 08) A autora chama atenção para o fato de essas políticas específicas serem necessárias exatamente porque as “políticas universais não são capazes de solucionar o problema do racismo e suas consequências.” (NEGREIROS, 2017, p. 18).

Tal percepção faz-se fundamental para um refletir teórico do conceito de políticas públicas, entendendo, que estamos realizando uma pesquisa sobre uma legislação que é considerada uma política educacional, e também uma política de promoção de igualdade racial, Por fim, além dessas/es autoras/es discutido no referido texto, serão incluídas/os outras leituras também necessárias para a produção das análises dessa pesquisa, autoras e autores que contribuirão para entendimento de conceitos, contextos político-sociais, bem como, relevante para a investigação das políticas públicas de implementação da Lei Federal 10.639/03 no Município de Marabá/PA.

Resultados preliminares da pesquisa

Procuramos evidenciar agora alguns apontamentos realizados até esse momento da pesquisa, que consiste em analisar alguns dados coletados, especialmente a entrevista realizada com uma professora do município e ex-formadora dos professores de História do Fundamental II. Partindo do pressuposto de que a pesquisa pretende investigar a implementação da Lei Federal 10.639/03 em Marabá/PA, apresentamos alguns trechos da entrevista para observar essa questão, assim como estabelecer diálogos com a proposta curricular “Pensando em Rede”, de 2019, em processo de implantação. É importante destacar que a mesma já foi aprovada pelo Conselho de Educação do Município, ainda que esteja passando por revisão técnica, nesse

primeiro semestre do corrente ano. No que se refere a implementação da Lei Federal 10.639/03, observa-se, a partir do depoimento da professora, que nos períodos de 2011 a 2016, ano de atuação da entrevistada, a Secretaria de Educação desenvolveu ações de implementação através das formações.

Quando eu cheguei, em 2011 no Município para assumir as turmas, as formações, o formador [...] estava exatamente tratando dessas questões, eram formações específicas. Eu lembro que quando eu comecei a frequentar as formações, [...] quando eu assumir, as formações estavam acontecendo era nesse sentido, trabalhar a lei e trabalhar a temática [...].

No final do ano de 2011, era abordado, tanto a questão Africana e Afro-brasileira, quanto a questão indígena tiveram formações nesse sentido (Regina Batista, Marabá/PA, via Meet 30/10/20)

Observando algumas pautas de formação– documentos escritos, construídos pela equipe formativa contento o assunto das formações – é possível constatar algumas atividades voltadas para essas temáticas, mencionada pela entrevistada, ainda que, algumas delas façam referência ao mês da Consciência Negra, o que pode denotar ações pontuais.

Levando em consideração que estamos nos aproximando de uma data bastante significativa para a sociedade brasileira em geral e, particularmente para a população afro-brasileira, o mês de novembro, mês da consciência negra, construímos uma proposta de formação que atente para esta discussão e dê suporte para auxiliar o trabalho dos professores nos seus respectivos ambientes de trabalho. (Pauta n°2, 23/09/2014)

Enfim, tanto a fala da entrevistada quanto às informações contidas na pauta de formação apontam

para a realização de ações referente à Educação ético-raciais através das formações de professores.

Em relação ao processo de construção da Proposta Curricular de 2019, observa-se informações divergentes. A entrevistada afirma que o início das discussões e dos debates, bem como dos estudos, formações de equipes composto por professores com a finalidade de construir o documento, ocorreu a partir da compreensão de que todos os professores de História precisariam participar do processo/construção. Outra preocupação mencionada por ela era quanto a preocupação que a equipe tinha em construir uma proposta que pudesse “abarcara a necessidade do Município” assim como, inserir as temáticas étnico-raciais. O processo de construção da proposta curricular de 2019, a partir do olhar da entrevistada correu bem antes da demarcação inicial mencionada no documento/proposta.

[...] bem, então 2015 já para 2016, nós começamos essa discussão no município, então, nós fizemos primeiramente internamente na Semed reunião pra discutir como que nós iríamos conseguir a metodologia que nós iríamos utilizar [...] chegamos à conclusão que deveria ser feito juntamente com os professores né, os professores cursistas, os professores de sala de aula. Eles teriam que participar do processo e foi o que nós iniciamos. (Regina Batista, Marabá, via-meet, 30/10/20)

Observa-se que no contexto descrito pela professora, já ocorreriam nacionalmente as primeiras discussões da versão da base nacional comum curricular - que de acordo com a professora Flavia Caimi, (youtube, 29/10/20) era uma versão bem mais interessante que a versão aprovada em 2019 (terceira versão), interessante no sentido de que fugia um pouco do eurocentrismo.

Por outro lado, esse processo de construção, registrado no texto da Proposta Curricular “Pensando em Rede”, de 2019, se configura a partir de uma perspectiva oficial, isto é, construída do ponto de vista de uma instituição.

“Percurso metodológico da construção da proposta pedagógica curricular Pensando em Rede” assim está escrito no corpo do documento.

No primeiro momento, maio de 2018, foi realizada uma reunião interna com os coordenadores de departamentos e as diretorias de ensino Urbano e do Campo. Nessa reunião foi definido um roteiro prévio que constituiria as várias etapas para a construção da proposta. Uma das ações definidas foi a organização de um seminário com duração de dois dias, no mesmo mês, denominado dia “D” da BNCC, que contou com a participação de gestores, Coordenadores Pedagógicos, equipe técnica da Semed e o Secretário de Educação, quando foi anunciada a necessidade de reelaboração de um novo currículo municipal, pontuando a importância da participação de toda a Rede de Ensino. (MARABÁ, 2019, p. 20)

Observamos, no trecho acima, um percurso que ignora as discussões anteriores realizadas nos anos de 2012 e 2016 pela equipe de formadores mencionada pela entrevistada em relação ao que deveria ser priorizado dentro da Proposta Curricular do Município. Trata-se de um texto oficial, cuja preocupação parece consistir em descrever a presença da gestão educacional no percurso, como também, impô-la como idealizadora do processo, mostrando a iniciativa de mobilizar a constituição do documento. É perceptível também, o pouco tempo que se teve para esta elaboração, o curto prazo para consulta pública disponibilizado no site da prefeitura. Além disso, a prefeitura contratou a Fundação Lemann para sistematizar o documento/proposta que realizou a revisão textual final.

Um outro aspecto interessante, que não aparece na citação em si, mas observado na análise em geral da proposta e outros documentos, refere-se ao contexto político municipal, que envolve todo o percurso aqui apresentado. As mobilizações mencionadas pela entrevistada ocorreram em período cuja gestor/prefeito era João Salame, que governou de 2013 a 2016, o Município. Já o contexto político descrito na citação retirada da proposta é de 2018, quando o Município era gerido pelo prefeito Sebastião Miranda Filho. Portanto a equipe educacional sofre modificações. Um comportamento comum na realidade de Marabá, em caso de mudanças de gestor político, além de uma mudança na equipe educacional envolve, quase sempre, a não adesão de projetos e programas desenvolvidos anteriormente. O que pode explicar talvez porque o documento/proposta omite o percurso de estudos e debates mencionado pela entrevistada.

Por fim, para essas questões analisadas neste início de pesquisa, queremos trazer presente ainda algumas impressões preliminares do documento no que tange o capítulo IV, onde está contido o “Componente de História”, e por conseguinte o “organizador curricular de História” para analisar as questões que movem essa pesquisa, ou seja, investigar, mesmo que seja preliminarmente a implementação da Lei Federal 10.639/03, no Município, nesse caso específico, no currículo de História.

Ainda que sejam observações iniciais, portanto passíveis de mudanças e evidentemente um aprofundamento no decorrer da investigação, consideramos relevante expor essas primeiras análises e percepções. A primeira constatação é de que a Lei Federal 10.639/03 propriamente não aparece no texto do Componente Curricular de História, tampouco em outras partes da proposta.

No entanto, as temáticas relacionadas são evidenciadas no corpo do texto e no próprio “organizador curricular”, assim constando: “Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, destacando os povos indígenas e africanos.” (MARABÁ, 2019, p. 332) ou expressões como “o ensino de História exerce papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, que primam pelos Direitos Humanos pela tolerância e pelo respeito às diversidades. [...]” (MARABÁ, 2019, p. 332). Chama atenção o uso recorrente da expressão “diversidade”, tanto neste capítulo, quanto nos outros. Este conceito, às vezes aparece para fazer referência a variedade de “sujeitos e histórias”, povos e culturas.

Observando todo os organizadores curriculares do 6º ao 9º ano é possível perceber a presença de “objeto de conhecimento” que discute temáticas indígenas e africanas, alguns temas já tradicionalmente abordados no currículo, como por exemplo no 6º ano “civilização da África Antiga” e no 9º ano “a descolonização da África e Ásia”. Porém, é interessante destacar como um exemplo o organizador curricular do 6º ano, mesmo aparecendo uma quantidade razoável de “objeto de conhecimento” que faz referência a população africana e afro-brasileira, o número de habilidades é tão expressivo, que podemos nos questionar sobre a possibilidade de todas serem desenvolvidas, tendo em vista a realidade que envolve o referido ano. Em caso da necessidade de escolhas, quais serão escolhidas e desenvolvidas? Haja vista que se trata de uma pesquisa ainda em andamento, essa é apenas uma das possibilidades de análise a ser feita.

Portanto, para realizarmos essa pesquisa investigativa acerca da implementação da Lei Federal 10.639/03 no Município de Marabá, mobilizaremos alguns documentos, muitos deles já mencionados, bem

como, estabeleceremos importantes diálogos com os autores que possibilitarão a identificação das ações e políticas realizadas e reflexões a respeito da responsabilidade do Município no que tange a essa implementação.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. Revista Pro-posições [online] V. 28, N.1 (82) jan./abr. 2017, 55-80. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8649160>. Acesso em: 06/04/2020.

BRASIL, Lei n.10639 de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Parecer n°: cne/cp 003/2004/DF Brasília, DF. Ministério da Educação, publicado no Diário Oficial da União de 19/5/2004. Processo N°: 23001.000215/2002-96. (Parecer incluso no Plano Nacional de implementação.) Disponível em: www.eticoracional.mec.gov.br Acesso em: 20/08/2020.

CARVALHO, Thais Regina de. Políticas de promoção de igualdade racial na redemunicipal de educação infantil de Florianópolis/SC. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2013. 267f.

CAIMI, Flavia. História, ensino e livros didáticos. Palestra: ITEMN-PO – laboratório de Pesquisa, youtube, 29/10/2020. Disponível em: <https://youtu.be/Apm2qel4vek>. Acesso em 29/10/2020.

COELHO, Wilma de Nazaré Baia, COELHO, Mauro Cezar. (Orgs.). Raça, Cor e diferença. Belo Horizonte: Mazza, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.) Usos e abusos da História oral. 8ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Editora Civilização Brasileira, 1968.

GOMES, Nilma Lino. O movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação, Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prático da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MARABÁ, Proposta Pedagógica Curricular: Pensando em Rede 6º ao 9º Ano. Secretaria Municipal de Educação, Diretorias de Ensino Campo e Urbano, Prefeitura Municipal de Marabá/PA, 2019.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e Memória: a cultura popular revisitada. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

NEGREIROS, Dalila Fernandes de. Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2017.

RASCHE, Karla Leandro. “Divertem-se então à sua maneira”: festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940). Dissertação (Mestrado em História Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal. In: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Epistemologias do Sul. Lisboa: CES, 2009.

SPIVAK, GayatriChakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI FEDERAL 11.645/2008: A EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO DE PROMOÇÃO DO DIÁLOGO INTERCULTURAL NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA

José Paulo Lopes Monteiro¹

O presente trabalho corresponde a apresentação dos elementos que compõem a versão preliminar do projeto de dissertação que estou desenvolvendo para o mestrado em ensino de história (ProfHistória) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, campus Xinguara.

Apresentarei, a seguir, as ideias e experiências que me levaram à questão que pretendo pesquisar, bem como os elementos que tomarei como referência para estruturar minha abordagem e compor o produto.

Cheguei ao Pará em janeiro de 1999, mais precisamente em Redenção, com destino à Floresta do Araguaia, município onde iniciaria minha carreira docente, e para o qual me desloquei a convite de um sacerdote amigo meu. Este, tivera me consultado ainda em 1998 sobre esta possibilidade, em razão de estar em andamento a implantação do ensino médio regular naquela municipalidade. Lá permaneci por dois anos atuando na educação básica da rede pública municipal, até que nos anos 2000, mudei para Redenção, também com a finalidade de atender a uma proposta de trabalho no Colégio Educacional Cristo Rei, sendo esta, uma escola da rede privada de ensino.

Esta mudança de cidade veio a me colocar diante de um universo de relações e questões, dentre as quais, duas sempre me chamaram mais a atenção, por serem objeto de um debate e um questionamento mais

¹ Mestrando em Ensino de História – ProfHistória/ Unifesspa/ Xinguara – Bolsista Capes – E-mail: jplmonteiro@hotmail.com

caloroso durante as aulas: a questão da posse da terra, e a questão indígena. Cada uma delas com suas especificidades, mas do ponto de vista do senso comum local, igualmente estigmatizadas.

Uma grande parte - e, sem dúvida, a mais apaixonante - de nosso trabalho de historiador não consistirá no esforço constante para que as coisas silenciosas se tomem expressivas, levá-las a exprimir o que elas são incapazes de dizer por si mesmas a respeito dos homens e das sociedades que as produziram e, finalmente, para constituir entre elas essa ampla rede de solidariedade e ajuda mútua que supre a falta do documento escrito? (FEBVRE, 1953 apud PROST, 1996, p. 77)

Aqui temos a nossa questão, o esforço de exprimir, trazer à luz questões que, por mais concretas e presentes que sejam, muitas vezes permanecem veladas, sem debate, sem ser problematizadas, e no que diz respeito a nossa seara sem abordagem acadêmica, entretanto segundo LucienFebvre, mesmo que faltem os documentos que pudessem nos servir de base, ainda assim podemos abordá-las, fazer delas objetos do estudo histórico.

Eis então o objeto de nossa pesquisa: a questão indígena

Redenção é um município localizado na porção sul do estado do Pará. Foi desmembrado do município de Conceição do Araguaia em 13 de maio de 1982 e, segundo dados do IBGE, contava em 2020 com uma população de aproximadamente 85.563 habitantes. Na região do Araguaia paraense, Redenção é o município de maior estrutura econômica, concentra a maioria dos serviços públicos federais e estaduais de alcance regional, bem como os da iniciativa privada relacionados à saúde e à educação. No campo comercial não

é diferente, possui estabelecimentos dos mais variados setores, os quais, além de servir à população local, atendem também à demanda oriunda dos municípios vizinhos. Esse destaque em relação aos serviços e ao comércio, acabou por consolidar o município como uma referência na região sul do estado.

No que se refere ao aspecto populacional e das relações sociais, chamo atenção para a presença indígena no município. O mesmo ocorre em vários municípios desta região. O grupo aqui presente é dos Kaiapó. Falantes de língua pertence à família Jê, do tronco Macro-jê, os Kaiapó contam com uma população de aproximadamente 5.205 pessoas que se divide entre os 15 municípios que compõem a Região do Araguaia Paraense.

Apesar da grande relevância histórica, a presença indígena nem sempre é reconhecida do ponto de vista social e cultural. No transcurso de minha estada nesta região, que já soma mais de vinte anos, e principalmente do trabalho docente, pude perceber em diversas ocasiões, que as relações e o imaginário local relativos aos indígenas, são permeados por uma visão pejorativa e preconceituosa. Pouco se fala, se conhece ou há registro sobre a presença e história indígena nesta região. Nos contornos da minha educação e da minha visão de mundo, pensava que o fato de haver indígenas e não indígenas convivendo num mesmo espaço nos dias de hoje, favoreceria a aproximação e a construção de relações de reciprocidade e respeito mútuo, entretanto, percebi ao longo do tempo, uma visão que coloca o indígena e sua cultura ora na condição de privilegiado, ora de subalternizado no contexto das relações sociais experimentadas localmente. Curioso é que, seja numa situação, seja noutra o conteúdo do discurso é sempre desfavorável àquilo que se pretende destacar em relação ao indígena, descaracterizan-

do-o, desqualificando-o. Estas experiências geraram o interesse de entender os fundamentos, fosse dos fatos, fosse das questões suscitadas. A impressão que tive inúmeras vezes, foi a de que os indígenas, apesar de “nativos”, parafraseando Márcia Regina tornaram-se “estrangeiros em sua própria terra”, e que a relação para com os não indígenas aconteceria numa perspectiva tipo “água e óleo”, ou seja, estão ali os dois grupos, presentes, distintos, aparentemente numa relação de polaridade e não de integração ou interação.

No ambiente escolar esta realidade não se mostrou diferente. A presença indígena apesar de pequena numericamente, também é reveladora deste distanciamento, seja dos docentes e demais servidores, seja dos alunos não indígenas em relação aos alunos indígenas. Em nosso projeto de pesquisa procuraremos delimitar os contornos dessas relações no contexto social e escolar, as visões de alteridade que sustentam estas relações, e as consequências dessas visões no modo de interagir desses indivíduos. Estas são as questões de fundo que tomaremos como referência, e como nosso projeto envolve necessariamente a realidade do ensino, buscaremos refletir sobre como estas questões se manifestam no interior das escolas, como elas impactam o processo de ensino e aprendizagem, e o que poderia ser feito através do ensino para tornar estas relações mais equânimes, respeitadas, e pautadas na reciprocidade.

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade.

Nesse sentido, a escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes. (MEC/SEF, 1997, p.117)

Uma vez que nosso trabalho se sustenta sobre a presença e inserção indígena no contexto escolar local, tomaremos como referência a lei federal 11.645/2008 que trata da inclusão da história e da cultura indígena como temática obrigatória na educação básica. Aqui nos colocamos diante de dois elementos convergentes: a possível implementação, resultados e possibilidades da referida lei no âmbito da educação básica no município de Redenção, e o modo como os diferentes atores do universo escolar se relacionam com a questão indígena. Mesmo sob recorte, as questões que envolvem nossa temática são muito abrangentes: o histórico da presença indígena e de ocupação dessa região, as relações construídas neste processo, o modo como a convivência entre indígenas e não indígenas acontece no interior das escolas, o modo como os indígenas se relacionam com o modelo escolar ofertado, as potencialidades da lei 11.645/2008 no sentido de possibilitar conhecimentos, mas também a promoção de novas relações pautadas no respeito, reciprocidade e na interculturalidade. Neste sentido teremos que nos esforçar para identificar adequadamente os elementos sobre os quais deveremos nos debruçar, bem como a correta forma de abordá-los, de modo a não darmos um trato reducionista à questão, e nem correremos o risco de deixarmos de fora elementos fundamentais.

Portanto, o que propomos é basicamente o seguinte: buscar identificar a visão que os atores escolares, indígenas e não indígenas têm de si e do outro, e como ela interfere nas suas relações sociais e escolares, verificar junto às escolas da educação básica a existência ou não de ações que sinalizam empenho relativo

a implementação da lei federal 11.645/2008, e como esse fato estaria relacionado à inclusão ou exclusão dos alunos indígenas no ambiente escolar, às relações de ensino e aprendizagem. Por fim, considerando os dados resultantes das ações anteriores, buscaremos propor ações que permitam refletir sobre como a educação pode favorecer a promoção do conhecimento histórico, mas também do diálogo intercultural no interior das escolas do município.

Somos sabedores que a historiografia tradicional, ajudou a consolidar uma compreensão sobre os indígenas e sua participação na história do Brasil, que os relegava à condição de indivíduos passivos, sem iniciativa e capacidade de autodeterminação, noutras vezes classificando os elementos típicos de sua cultura como representativos do atraso e da incapacidade intelectual. Essas compreensões acabaram por fundamentar medidas políticas de controle, exploração e até extermínios sistemáticos desses grupos. No campo social reforçaram a ideia dos indígenas como pessoas indesejadas, sua presença vista como um estorvo, suas demandas como impróprias, indevidas ou injustas, e a conduta que melhor lhes caberia, seria a incorporação dos costumes dos “brancos”, o chamado processo de “assimilação”². Noutros casos houve também quem compartilhasse da ideia que os grupos indígenas sofreriam um processo gradual de extinção.

Nessa perspectiva assimilacionista predominante, por longo tempo, no pensamento antropológico, os índios integrados à colonização tornavam-se indivíduos aculturados e passivos que, junto com a guerra, perdiam culturas, identidades étnicas e todas as possibilidades de resistência. [...]

² O termo refere-se à compreensão construída no período colonial/imperial brasileiro, que à medida que o indígena desenvolvesse convivência e incorporasse elementos da cultura do “homem branco”, passaria a ser considerado “integrado” à sociedade, perdendo politicamente o recurso à sua condição de indígena.

A cultura dos chamados “povos primitivos”, vista como pura e imutável, era objeto de investigação dos antropólogos preocupados em compreendê-la em suas características originais e autênticas. Processos históricos de mudança por eles vividos não eram valorizados por pesquisadores interessados em desvendar a lógica e o funcionamento da cultura entendida de forma essencialista, isto é, como fixa, estável e imutável. Além disso, os chamados povos primitivos eram considerados isolados e sem história. (ALMEIDA, 2010, p. 14 e 15)

Ainda hoje vemos vigorar nas escolas, uma visão caricatural do indígena que o situa apenas no passado, ligado a questões folclóricas, desconhecendo ou ignorando as reais condições de sua participação na história do Brasil, bem como suas características e demandas contemporâneas. Isto não é diferente aqui em Redenção onde sua presença é real, e o convívio com eles uma constante.

Predomina em nossa historiografia e continuamente alimentadas pela mídia e pelas narrativas históricas em escolas, colégios e universidades, essas idéias foram facilmente incorporadas no imaginário da população brasileira, com imensos prejuízos para todos, mas principalmente para os índios. Duplamente violentados, como afirmou Carneiro da Cunha (1992), pois além de terem enfrentado as trágicas consequências dos processos históricos vivenciados, sofreram e ainda sofrem os efeitos da história disciplina, na qual figuram em papéis secundários e depreciativos, entre as posições de vítimas passivas, bons selvagens ou bárbaros sanguinários. Historicídio, nas palavras de Hill (1996), que contribuiu para reforçar em nossa sociedade ideias preconceituosas e estereotipadas sobre eles. (ALMEIDA, 2017, p. 20)

Tendo em vista as relações existentes no ambiente escolar e social, é possível destacar dois aspectos que contribuem para a formação de uma visão pejora-

tiva sobre o indígena: um decorrente das abordagens e dos elementos relativos ao tema presentes no campo da educação formal, e outro resultante das próprias relações sociais locais, que reforçam uma visão negativa no que diz respeito à presença e à cultura indígena. Procuraremos, assim, verificar em que condições estas visões e relações foram se sedimentando, em que medida elas reforçam condutas e pensamentos preconceituosos em relação aos indígenas, e ainda, se há alguma convergência entre essas lacunas/vícios presentes no ensino sobre a temática indígena e as vivências experimentadas nas relações sociais locais.

Estes elementos compõem o nosso referencial. Contudo, há um movimento na historiografia recente, que toma a questão indígena sob um outro prisma, permitindo verificar que a visão histórica tradicional, principiada por Martius e Varnhagen, possui severas lacunas em relação às contribuições dos indígenas em nossa história. Esse movimento de revisão tem possibilitado uma releitura de fontes, e a revisão das abordagens, fundamentadas em outra ótica epistemológica no que tange à presença, à participação e às contribuições dos indígenas nos diferentes processos e períodos históricos, lançando luz sobre os silenciamentos e apagamentos impostos a determinados sujeitos históricos, como é o caso dos povos indígenas. Destacamos aqui alguns nomes como Jhon Monteiro, Maria Regina Celestino Almeida e Mauro Cezar Coelho, que têm ocupado posição de destaque em relação à consolidação dessa nova abordagem.

[...] pesquisas recentes que têm revelado o amplo leque de possibilidades de novas interpretações sobre as trajetórias de grupos e indivíduos indígenas. Nessas pesquisas, os índios aparecem como sujeitos ativos nos processos de colonização, agindo de formas variadas e movidos por interesses próprios.[...]

É importante assinalar que essas novas leituras não resultaram apenas da descoberta de documentos inéditos, mas principalmente de novas interpretações fundamentadas em teorias e conceitos reformulados. (ALMEIDA, 2010, p. 10)

No que tange às práticas de ensino, façamos um destaque ao recurso mais disponível utilizado na educação básica brasileira, o livro didático. É possível perceber que eles ainda apresentam a questão indígena de forma diminuta, insistindo, na maioria dos casos, numa abordagem que desconsidera o protagonismo indígena no processo histórico brasileiro. Ao mesmo tempo trata a cultura dos povos nativos como algo sem relevância, temporalmente situada no passado e produto de uma visão atrasada de mundo. A percepção dessas características, e a crítica a esse referencial de abordagem, e a esse modelo de material didático já é produto da nova perspectiva historiográfica a qual nos referimos anteriormente.

A discussão em curso sobre o ensino e o perfil do livro didático no campo da história, aconteceu num contexto de mudanças sociais e políticas, ou seja, não é produto de uma iniciativa ou percepção exclusiva da intelectualidade presente no universo acadêmico, mas também de grupos social e politicamente organizados.

Ao revisitar a problemática da disciplina na história dos últimos anos do século XX e da primeira década do século XXI, outro movimento relevante merece ser registrado e analisado: as demandas dos grupos sociais. [...] intensificou-se entre nós, de modo particular, a mobilização de mulheres, negros, e indígenas, entre outros grupos, contra o racismo, os preconceitos, a marginalização e das diversas formas de dominação e exclusão [...] conquistando espaços por meio de lutas específicas no campo da cultura, da educação e da cidadania. (SILVA; FONSECA, 2010, p. 19)

Nesses percursos de mudanças nas políticas sociais, atrelados ao movimento acadêmico multicultural crítico, surgiu a Lei Federal 11.645, de 10 de março de 2008. A referida Lei alterou a 9.394 de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.369, de 9 de janeiro de 2003 [...] para incluir, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.” (SILVA; FONSECA, 2010, p. 21)

A promulgação da lei federal 11.645/2008, possibilitou que a temática indígena ganhasse respaldo jurídico e pudesse alcançar as escolas. Este será o segundo momento de nossa pesquisa. Buscar avaliar como esta lei vem sendo implementada na educação básica em Redenção, e como a sua implementação pode contribuir para a promoção de uma consciência cidadã, humanística e de relações que reconheçam na interculturalidade um valor.

Nosso esforço, residirá, primeiramente, em fazer junto aos alunos e servidores das escolas de educação básica onde existem alunos indígenas matriculados, um levantamento do imaginário local relativo aos indígenas, e num segundo momento uma pesquisa relativa às condições de implementação da lei 11.645/2008 nestas escolas. Para isso, usaremos formulários eletrônicos com questões relativas a cada um dos temas, que serão compartilhados com alunos, servidores e gestores, para serem respondidos e analisados por nós posteriormente.

Diante dos dados coletados poderemos refletir por um lado, sobre os aspectos característicos do imaginário local, e o modo como ele influencia as relações no interior das escolas no que diz respeito à presença indígena, e por outro sobre os efeitos da lei 11.645/2008 no contexto do ensino e das relações escolares. Em relação ao nosso produto, pretendemos construir uma proposta didática, que leve em consideração os pontos

de fragilidade detectados nos levantamentos relativos às relações escolares que envolvem os indígenas, e aqueles relacionados à lei 11.645/2008. Como estas pesquisas estão por ser feitas, e conseqüentemente não temos ainda, os dados que elas produzirão, é possível dizer por hora, que esta proposta didática visa ser, ela mesma, uma iniciativa de implementação da referida lei, realizada por meio de encontros temáticos (presenciais ou remotos) nos quais seja possível pesquisar e refletir sobre aspectos da história, presença, características e protagonismo das sociedades e das culturas indígenas. As pesquisas, estudos, leituras, discussões e reflexões a serem desenvolvidas estarão articuladas com os temas transversais: Ética e Pluralidade Cultural dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e também com elementos da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, o Estatuto da Igualdade Racial.

No que tange aos recursos e metodologia a serem utilizados pretendemos, a partir de diferentes matrizes como textos acadêmicos e literários, imagens, noticiários, memórias, sites, filmes e vídeo-documentários, promover a interação, a leitura, o debate, a troca de experiências acerca do tema, com vistas a produzir uma reflexão crítica sobre o modo como a história e a cultura indígena foram tratadas no ambiente escolar e social. Outro aspecto que figura como propósito nosso, seria o de trabalhar de forma multidisciplinar, uma vez que a lei afirma que a temática deve ser tratada especialmente pelas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

Vemos aqui um horizonte generoso de interação e reflexão, pois para além dos aspectos historiográficos, somam-se os elementos da arte e da literatura, os quais sabemos que tiveram grande importância na formação da imagem e da compreensão que se tem atualmente sobre os indígenas. A ideia consiste basi-

camente em reunir professores da área de humanas e linguagens, e juntos estabelecermos os recortes temáticos, selecionarmos o material, definirmos a metodologia, a abordagem, a realização e a avaliação das atividades. No plano da sua aplicação, o objetivo é nos valermos das diferentes linguagens para possibilitarmos aos alunos o contato com o tema, sempre seguido de uma reflexão sobre os contextos e as intencionalidades da produção das respectivas obras, analisando que valores e referenciais elas reforçam ou negam. Este material seria sistematizado de modo que pudesse ser utilizado posteriormente em outras turmas e escolas. Algo que terá grande significado neste processo, é que ele acontecerá envolvendo a presença de indígenas e não indígenas, o que torna o percurso mais desafiador, mas também mais significativo, dadas as possibilidades de interação e troca de experiências.

Conclusão

Apresentamos aqui nosso projeto de trabalho, que tem como referência as relações entre indígenas e não indígenas no município de Redenção, no sul do Pará, mais especificamente no que tange ao contexto da cultura escolar. O desafio a que nos propomos é o de analisar como seria possível, a partir do que propõe a lei federal 11.645/2008, avaliar as condições de sua implementação nas escolas do município, e a construção de uma atividade de caráter multidisciplinar a ser desenvolvida junto aos alunos, com o objetivo de promover uma visão e uma relação mais equitativa e menos assimétrica a respeito dos povos indígenas.

Entendemos que este aprendizado sobre o outro e com o outro, que nesta ocasião, referencia-se num contexto de interculturalidade, pode nos permitir conhecimentos e aprendizagens que nos deixarão lições

para além da realidade local, das realidades do ensino, e até mesmo do ser ou não indígena. É uma experiência que pode alcançar a dimensão da formação/consolidação de princípios e valores, que balizarão o trato com a alteridade em toda e qualquer situação, pautando-se sempre pelo respeito, pela equidade e pela solidariedade, vivências que só são possíveis de serem experimentadas em espaços nobres da vida, como o ambiente escolar.

Lugar que assumimos como nosso, onde ousamos ser protagonistas, sem querer legar a outros papéis secundários, espaço onde sonhamos ser possível promover a igualdade de oportunidades e condições. Assim, reforçamos a crença na educação como processo social libertador, e que carrega em si possibilidades que talvez sejam impossíveis de serem experimentadas em outros ambientes sociais, muitos destes que em vez de ajudarem potencializar as virtudes humanas, atuam no sentido de diminuí-las ou sufocá-las, nesta perspectiva as escolas e a educação se confirmam como espaço e experiência que podem nos tornar mais humanas e humanos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Coleção FGV de Bolso. Série História. Vol. 15. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____, Maria Regina Celestino de. Revista Brasileira de História. vol.37, nº.75. pp.17-38. São Paulo mai./ago. 2017

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, Brasília, DF, 1996.

_____. LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008, Brasília, DF, 2008.

MEC/SEF.Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. Vol. 10 – Brasília: MEC/SEF 1997.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. Revista Brasileira de História. vol. 31, nº 60, p. 13-33. São Paulo - 2010

PARTE 2

**HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS:
SABERES, DISCURSO MÉDICO-CIENTÍFICO
E POLÍTICAS PÚBLICAS**

APRESENTAÇÃO

Érico Silva Muniz
Keith Valéria de Oliveira Barbosa

Os textos aqui reunidos são resultados de apresentações que ocorreram no Simpósio Temático “História da saúde e das doenças: saberes, discurso médico-científico e políticas públicas”, parte da programação do XII Encontro de História realizado pela Anpuh Pará, entre 2 e 4 de dezembro de 2020. Em um ano atípico, marcado por reuniões virtuais devido ao isolamento social provocado pela pandemia causada pelo novo coronavírus, nossos debates fizeram ainda mais sentido ao destacarem a interdependência social que o processo de adoecimento promove ao longo da história das sociedades. Ou seja, em 2020 ficou ainda mais evidente que os campos de História das Ciências e História da Saúde e da Doença trazem consigo diversas possibilidades de estudos da História Social, da economia às questões do poder e da política, dos estudos culturais à legitimidade dos saberes em disputa.

Em nosso simpósio foi também possível observar que as décadas de estudos no campo da saúde e da doença já ergueram seus clássicos, consolidaram cânones e assentaram debates importantes em interface com estudos sobre escravidão, discurso higienista, diálogos com o pensamento social brasileiro, história das políticas públicas e história do tempo presente.

A maior parte dos trabalhos apresentados em nossas seções é produto de dissertações de mestrado e teses de doutorado concluídas ou em andamento em programas de pós-graduação das mais diferentes regiões do país. O conjunto dos temas debatidos e dos textos reunidos permite observar que a História da Saúde dá um passo a mais em seu processo de consolidação.

Gradativamente ela abandona a posição de tema transversal de pesquisa e torna-se cada vez mais o objeto central de análise dos trabalhos. Ao longo dos últimos anos ela tem deixado de ser trabalhada exclusivamente em PPGs especializados nesses temas, reforçando a diversidade de abordagens da História Social. Com isso vem o mais importante movimento, com novas pesquisas que vão além dos espaços das capitais, saem ainda mais do cenário urbano, alcançando novos territórios e novos problemas.

Essa renovação é especialmente sentida na ampliação do debate em torno da História da Saúde no contexto da sociedade escravista colonial e pós-colonial no Brasil. Nos últimos anos tem surgido interessantes reflexões que descortinam cenários sobre a vida escrava, até então pouco acessíveis ao olhar do historiador, e que apontam para as múltiplas e complexas relações tecidas nos espaços sociais marcados pela experiência do cativo. Nesse sentido, as informações sobre as moléstias de alguns escravizados e tratamentos recebidos, ainda que de modo espaçado, abrem-nos um pequeno corte na imagem estática construída e reconstruída por pesquisas sobre mortalidade dessas populações.

O que buscamos reproduzir nesta pequena coletânea é um panorama de pesquisas desenvolvidas no Brasil atualmente por jovens pesquisadores na temática da História da Saúde. Para tal, os capítulos abordam temáticas sobre as artes de cura nos setecentos, o discurso espírita e a loucura, as ações de caridade no período da pandemia de gripe espanhola e os debates sobre privatização da saúde no século XX. Os textos debatem a Bahia colonial, chegam ao norte fluminense, alcançando o sudeste goiano, descortinando até o “Brasil da ditadura”.

Esperamos que esses novos trabalhos inspirem ainda mais os necessários debates sobre saúde e doença no Brasil, nas cidades e nos sertões vividos e imaginados, na Amazônia e nas fronteiras, entre o local, o regional e o global.

Boa leitura!

REVISTA SAÚDE EM DEBATE: AS DISCUSSÕES SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE NO REGIME MILITAR¹

Amanda Silva Leão²

Éder Mendes de Paula³

Introdução

Esse artigo busca compreender o processo de privatização da saúde que ocorria na década 1970, partindo dos discursos produzidos na revista Saúde em Debate, criada pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), que nasce juntamente com a primeira edição da revista.

O CEBES, surge em 1976, partindo do movimento sanitário, composto em sua grande maioria por membros do Partido Comunista Brasileiro, tem como objetivo fazer veicular as ideias desse movimento entre o público médico que se encontrava insatisfeito com a saúde pública no Brasil.

A saúde no Brasil, sofre historicamente com a falta de políticas de Estado sobre a saúde, como demonstra Hochman (2005) a busca por maior atenção à saúde pública se inicia com a luta do movimento sanitário na Primeira República em busca da formação nacional do país, porém o Estado só irá se preocupar de fato com essa questão depois da Revolução de 1930,

¹ Texto fruto do Projeto de Pesquisa Caridade e Resistência, coordenado pelo prof. Dr. Éder Mendes de Paula, professor da Universidade Federal de Jataí-GO.

² Discente do curso de História da Universidade Federal de Jataí, participante do Projeto de Pesquisa Caridade e Resistência e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Saúde e das Doenças – Nise da Silveira/Cnpq.

³ Professor Adjunto da Universidade Federal de Jataí, coordenador do Projeto de Pesquisa Caridade e Resistência e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Saúde e das Doenças – Nise da Silveira/Cnpq.

juntamente com a mudança do sistema de produção no país.

Diante desse descaso do Estado, a saúde no Brasil é respaldada por recursos públicos, porém, conduzida pelo setor privado, que mesmo após a ampliação da saúde pública e maior intervenção do Estado nessa questão, não deixou de existir, já que o setor privado era usado como apoio para um sistema público de saúde que não comportava sua demanda.

Nesse artigo busco compreender, utilizando a análise do discurso de Michel Foucault como a discussão entre privatização e democratização da saúde se deu em meio a uma ditadura que nos anos 70 não se encontrava tão forte como antes, e porque mesmo com a ampliação do acesso à saúde a população ainda assim não conseguia ter suas questões sanitárias e de saúde atendidas pelo Estado, utilizando dos discursos veiculados na revista Saúde em Debate de 1976 a 1978.

Privatização da saúde

Durante o período ditatorial brasileiro (1964-1985), o governo se manteve entre medidas repressivas e assistenciais, na saúde isso não seria diferente. Houve a ampliação do acesso para quase todos os cidadãos, que antes era restrito somente para assalariados, deixando a deriva grande parte da população brasileira. É nesse momento que o setor privado cresce utilizando de recursos financeiros públicos, sendo essa uma grande contradição em relação a sistema de saúde público que se ampliava:

No que se refere ao subsetor de serviços, é no período da ditadura que a cobertura, antes restrita aos segmentos assalariados formais, se expande para quase a totalidade da população. Durante todo o período ditatorial, o Estado entrevistou sobre a Questão Social por meio do binômio repressão assistên-

cia, ampliando o acesso a inúmeras políticas sociais, dentre elas a saúde (BRAVO, 2010), mas essa ampliação se deu pela compra de serviços do setor privado. Sem o Estado, o setor privado não teria como forjar autonomamente um mercado consumidor, dada a pauperização da população. (BRAVO, 2020. p. 41; MENICUCCI, 2007 apud CISLAGHI, 2019, p 62.)

Em 1963, um ano antes do golpe de Estado, era discutido na III Conferência Nacional de Saúde a municipalização dos serviços de saúde, no governo de João Goulart, definindo desta forma a descentralização da saúde, pautando o atendimento básico de saúde nos serviços prestados por auxiliares e se estendendo até o nível terciário, com intenção de desafogar os serviços médicos e distribuir melhor a assistência médica para a população carente e mais necessitada.

Com a chegada do golpe as reformas de base propostas para a saúde foram impedidas de serem colocadas em prática, recorrendo então a centralização e a privatização da saúde com a contratação de serviços privados pela previdência, pois com a ampliação da saúde pública o sistema em vigência no país não conseguia abarcar toda a demanda.

Ao se pensar na privatização dos serviços públicos, Juliana Fiuza Cislagh em seu artigo “Privatização da saúde no Brasil: da ditadura do grande capital aos governos do PT” entende a existência de uma relação entre a ampliação de serviços públicos na saúde com a crescente privatização da área.

Para Cislagh (2019) com uma população pobre e necessitada de recursos básicos para sobreviver, um mercado interno fraco e dependente do capital exterior, a manutenção de um sistema de saúde privado no país se tornava inviável. Desta forma o governo que já se via enfraquecido por anos de repressão e por crises econômicas, ampliou a saúde para grande parte da

população, fazendo isso sem antes propor um projeto que conseguisse atender toda essa nova demanda que surgia. Sendo assim, recorre ao processo de privatização da saúde para suprir essa necessidade, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Nacional (INAMPS), órgãos responsáveis por contratar serviços privados de saúde para os beneficiários.

É nesse contexto de enfraquecimento da ditadura militar e empresarial que o discurso do movimento sanitarista ganha força, partindo do entendimento que o processo saúde-doença não era externo aos fatores sociais (COHN, 1989), diante disso ocorre também a ampliação do conceito de saúde que passa a ser compreendida dentro da realidade social brasileira saindo de sua esfera estritamente técnica.

Essa mudança do conceito de saúde pode ser percebida na primeira edição de 1977 da revista Saúde em Debate na matéria “Vendendo saúde o INPS e a seguridade social no Brasil segunda e última parte”, de Luis Eduardo Soares:

Acompanhemos a opinião respeitável de Ivan Lich: “A análise da morbidade mostra que o meio (noção que inclui o modo de vida) é a primeira determinante do estado de saúde global de qualquer população. A alimentação, as condições de habitação e de trabalho, a coesão do tecido social e os mecanismos culturais que permitem estabilizar a população, desempenham papel decisivo da determinação do estado de saúde dos adultos e da idade em que tem possibilidade de morrer.” (SOARES, 1977, p. 37)

Soares ao trazer essa nova noção de saúde mostra uma visão contraditória em relação a lógica privatista pela qual a saúde brasileira passava, pois leva em consideração não somente a questão técnica da saúde que seria a medicina em si, mas rompe também com a

dicotomia prevenção e cura (COHN, 1989), portanto ao enxergar a saúde como uma questão social, a lógica neoliberal de lucro pela qual a privatização se banca não pode ser mantida.

Diante disso, Cislagh (2019) apresenta como parte desse processo privatizante a organização de serviços oferecidos pelo INAMPS e INPS que se dava em forma de três subsistemas: o próprio que se responsabilizava pelos serviços menos lucrativos para o setor privado, como serviços ambulatoriais, cabendo ao estado arcar com esses gastos.

O subsistema contratado ficava sob a tutela do serviço privado, cabendo ali as internações que passavam pelo processo de remuneração por unidade de serviço. Era na unidade de serviço, problematizada na Revista Saúde em Debate, que ocorriam os maiores casos de fraudes de corrupção, já que a remuneração paga pelo Estado acontecia de acordo com o serviço prestado pelo médico. Isso levou a muitos procedimentos, por vezes desnecessários, a serem pedidos ao paciente apenas com a intenção de lucro.

No artigo apresentado na segunda edição de 1977 da RSD “A privatização dos hospitais governamentais, filantrópicos e universitários de ensino”, de Carlos Gentili de Melo, a unidade de serviço é apontada pelo autor como causa da queda de qualidade no serviço médico oferecido à população.

Para Carlos Gentili a unidade de serviço seria uma forma sutil de privatização da saúde:

Conforme assinala Murilo Villela Bastos (6) o pagamento por tratamento realizado, induz o médico a buscar no paciente, algo que resulte em lucro. Os doentes crônicos passam a ser cultivados e, de certo modo, asseguram uma receita previsível. As pessoas que têm amígdalas e apêndice, são instadas a removê-los. Os casos propiciam não corresponde ao trabalho que dão. O parto tende a transformar-

-se, de ato fisiológico, em ato operatório. O exagero de exames complementares e de aplicação terapêuticas passa a ser confundido com a boa qualidade da medicina. A assistência domiciliar tende a desaparecer, por ser menos lucrativa em comparação com as facilidades do lucro no atendimento em consultório ou hospital. (MELO, 1977, p.26)

Gentili além de acreditar que o pagamento por unidade de serviço é uma grande fonte de corrupção no sistema de saúde também aponta para questão da precarização dos serviços públicos, demonstrando não apenas preocupação com a questão financeira que envolve procedimentos médicos e serviços médicos, mas se preocupando também com a real função do médico que tende a se deteriorar diante da busca por lucro.

Gentili ao trazer tais questões para RSB demonstra em seu discurso raízes nos preceitos do movimento sanitarista, que se coloca como discurso de oposição a lógica privatista estatal, levantando também o debate ético e profissional diante da privatização da saúde.

Diante disso a Revista Saúde em Debate que possui grande viés democrático se preocupa com a ampliação dos serviços de qualidade para toda população, não sendo apenas um periódico de caráter exclusivamente científico, mas também político e social. (AMARANTE; RIZZOTTO; COSTA, 2015)

Político e social porque a Revista Saúde em Debate nasce da necessidade de se veicular o discurso do movimento sanitarista, que tinha como tática de ampliação adentrar nas instituições de poder, no caso o CEBES, por entender que ao inserir um discurso contra hegemônico em espaços institucionais se constitui então palco de luta (COHN, 1989), firmando o caráter político do movimento e assim também da revista, que era canal de disseminação desse discurso

Por fim o terceiro subsistema seria o conveniado, onde nascem os planos de saúde, nesse caso, o INPS garante

recursos as empresas para que essas os usem para cobrir as necessidades médicas de seus empregados.

Além desses subsistemas que surgiram em meio a privatização da saúde não podemos esquecer também, a problemática da indústria farmacêutica que, se aproveita da lógica privatista para vender mais e mais medicamentos para a população.

É no mesmo período da ditadura militar, que o mercado de medicamentos teve grande crescimento dentro do Brasil, principalmente com a criação da Central de Medicamentos (CEME) em 1971. Esse órgão teoricamente tinha a função de aumentar o poder de competitividade da indústria nacional frente às transnacionais que invadiam o mercado brasileiro, porém, por ser refém do capital exterior a CEME se tornou distribuidora de medicamentos para a rede oficial.

Ainda na segunda edição da RSD no ano de 1977 na matéria “Quimiobrás a defesa do consumidor nacional” publicada em nome da associação médica do Rio de Janeiro, destaca uma lista de remédios aptos para o consumo dos brasileiros e chama atenção para a necessidade de um debate sobre a mercantilização das drogas e a urgência da criação de uma indústria química nacional. O ponto da discussão era retirar das mãos internacionais a produção de drogas utilizadas no Brasil, uma problematização que buscasse compreender quais são as drogas realmente necessárias para a população brasileira, e não atender a um mercado externo que visa apenas seu próprio lucro.

Sendo parte do discurso de privatização da saúde o embate entre a medicina curativa e preventiva toma força nos discursos médicos, visto que para o sistema de saúde que está sendo engolido pelo setor privado, a medicina curativa ganha palco em detrimento da medicina preventiva, sendo essa mais uma contradição na ampliação da saúde pública no Brasil.

Ainda em “Vendendo saúde o INPS e a Seguridade Social no Brasil - segunda e última parte”, Soares apresenta essa questão da medicina curativa:

A assistência médica das associações previdenciárias brasileiras está condenada ao malogro, enquanto persistir uma medicina prioritariamente curativa e não preventiva, pois 80% dos recursos gastos no setor da saúde são investidos na medicina curativa. E uma política sanitária preventiva consequente teria forçosamente de radicar seus princípios norteadores num projeto sócio-econômico paralelo. (SOARES, 1977, p.42)

Nesse trecho, Soares demonstra a profundidade social pela qual a saúde toca, pois, ao abordar uma perspectiva de medicina preventiva, este também aponta para questão de que a medicina por si só, não consegue solucionar toda a questão de saúde necessária ao povo brasileiro. Soares aponta que a saúde brasileira estava em um processo de retrocesso, porque a fome aumentava, as condições de trabalho se encontravam cada vez mais precarizadas e a situação de habitação e higiene se tornavam piores com o empobrecimento das camadas populares e seu simultâneo crescimento.

Diante disso é preciso questionar a escolha da aplicação da medicina curativa na saúde pública, visto que grande parte da população se encontrava a deriva de políticas públicas que entendessem e atendessem suas necessidades, já que as condições financeiras da classe trabalhadora não eram capazes de suprir os gastos exigidos por uma medicina curativa, visto que a necessidade dessa população não se alicerça na cura de doenças, mas sim de estrutura social.

Saúde Pública e a luta por democracia

A Revista Saúde em Debate traz uma discussão importante sobre como o discurso médico que parte do

movimento sanitarista utilizando de seu espaço de poder, questiona uma falsa democratização dos serviços públicos, pois mesmo expandido o sistema de saúde pública no Brasil a população ainda assim, não é totalmente contemplada.

Diante disso Emerson Merhy em seu artigo publicado na quarta edição da RSB no ano de 1977 intitulado de “Democracia e saúde” aborda a questão da luta popular como única maneira de se construir uma democracia que contemple o povo e vá contra a exploração dos recursos públicos por meio de grandes empresas internacionais e nacionais:

Este quadro, visto no interior da sociedade, demonstra que - as possibilidades do setor saúde, por si, sofrem um processo no qual as necessidades populares e os interesses dos profissionais assalariados sejam satisfeitos - é limitado, enquanto não reverter todo o domínio atual que existe na Nação. Domínio econômico dos grandes grupos multinacionais e políticos do Estado sobre qualquer manifestação e organização dos grupos subalternos. (MERHY, 1977, p 12)

A fala de Merhy nos remete não somente a luta popular por democracia através da saúde, mas também é um claro discurso anti-privatização e contra o imperialismo de países desenvolvidos sobre a situação da saúde brasileira que se encontrava refém não somente do capital exterior, mas também de ideologias privatistas que vinham de fora para lucrar em terras nacionais.

Em um momento de ditadura não só militar, mas também empresarial, o povo se via de mãos atadas diante de tal situação de opressão. Porém é nesse momento de crise e enfraquecimento do Estado que a classe trabalhadora também pode se levantar em prol de uma maior atenção para necessidades sociais de responsabilidade do Estado.

Ao se falar em democratizar a saúde no Brasil, podemos pensar na questão da privatização como um obstáculo na conquista dessa democratização, visto que para que isso ocorra, não basta apenas a institucionalização e intervenção estatal na área da saúde, mas é preciso lutar contra as garras de empresas privadas, criando de fato um sistema de saúde que entenda a realidade da saúde do povo brasileiro.

Diante desse processo de democratização da saúde no Brasil, o movimento sanitário tem grande importância e influência juntamente com o CEBES, pois um de seus preceitos é a participação popular nas decisões tomadas em relação a saúde. Um ponto importante propagado pela Revista Saúde em Debate era a participação popular, considerada de extrema importância naquele momento.

Merhy percebe o impasse existente entre a questão da melhoria da saúde brasileira com a questão democrática:

Basta um pouco de bom senso para se perceber que as soluções para os problemas de saúde do povo brasileiro não serão encontradas nos esquemas técnicos e racionalizadores, se estiverem desvinculadas da problemática mais ampla da sociedade. Hoje, isso fica mais claro porque as situações em crise iluminam muito o caminho e provam que qualquer solução técnica é política, e que qualquer solução política, no Brasil atual, passa pela questão democrática. (MERHY, 1977, p.7)

Percebe-se nesse discurso forte presença dos ideais do movimento sanitarista, visto que chama atenção para a compreensão dos problemas que envolvem a sociedade em si para que assim os problemas de saúde possam ser solucionados, já que para o movimento a compreensão de saúde vai além da técnica médica, se preocupando também com as condições de vida dos cidadãos brasileiros.

Além da preocupação com o meio em que se constrói uma saúde de qualidade a revista Saúde em Debate também aponta para a grande importância da participação popular na aplicação da saúde ao povo, cumprindo o papel a que se dispõe de dar espaço ao discurso opositor a lógica governamental de privatização e centralização dos sistemas de saúde.

Além de se pensar na saúde como um movimento democrático Merhy entende que essa democracia precisa ser pensada de forma crítica, como por exemplo a quem essa democracia serve e como esta surge:

O que se coloca aqui é se este momento surgiu através de uma batalha organizada e consciente dos grupos sociais ou se ele na realidade é o resultado do movimento espontâneo destes grupos, aliado à incapacidade do atual grupo dirigente, encurralado nas contradições do seu modelo de dominação, de exercer a hegemonia. (MERHY, 1977, p.7)

Nesse interessante trecho Merhy chama atenção para como está sendo construída essa democracia e por quem, visto que tal movimentação ocorreu devido ao enfraquecimento da ditadura que não se sustentava mais em sua estrutura de opressão, e não partindo de um movimento de oposição de fato.

O que também chama atenção nessa ideia de democracia que Merhy traz é a questão de que as camadas populares da sociedade brasileira se encontravam em estado de extrema pobreza, fome e sem condições tanto de emprego quanto de habitação que fossem dignas enquanto o Brasil demonstrava acentuados índices de aumento de riqueza nacional naquele período.

Ou seja, onde essa riqueza se encontrava sendo que a população continuava em situações calamitosas e de péssimos índices de saúde, moradia e emprego?

É importante perceber esse caráter democrático e revolucionário trazido pelo CEBES e pela Revista

Saúde em Debate principalmente diante do contexto em que essa se encontrava, pois, além de partir dessa lógica ainda chamava atenção para como essa democracia estava sendo forjada. Exemplo disso é a atenção e preocupação voltada para a participação popular na tomada de decisões sobre a saúde que afinal, só faz sentido se for voltada às necessidades populares.

Conclusão

Conclui-se então, que a Revista Saúde em Debate, traz para espaços de poder, que aqui no caso seria o CEBES como instituição, um outro viés do que pode ser considerado saúde e como essa pode ser aplicada na sociedade.

Essa nova concepção tem grande importância e reflete de certa forma até os dias atuais, as contribuições do movimento sanitariaista juntamente como CEBES e a Revista Saúde em Debate, formaram uma resistência naquele momento contra as privatizações e em favor da democracia ao partir da ideia de que em um sistema totalitário a saúde brasileira nunca funcionaria.

Ainda hoje temos longos caminhos a serem percorridos na luta para que o direito a saúde seja plenamente contemplado, porém a saúde pública no Brasil se forjou na luta popular e continuará através desta.

Referências Bibliográficas

LIMA, Nísia; GERSCHMAN, Silvia; EDLER, Flávio; SUARÉZ, Julio. A Saúde na Construção do Estado Nacional do Brasil: Reforma Sanitária em Perspectiva Histórica. In Saúde e Democracia: História e perspectivas do SUS: 20. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. 7. Ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2008.

CISLAGHI, Juliana. Privatização de Saúde no Brasil: da ditadura do grande capital aos governos do PT. Revista em Pauta. Rio de Janeiro.

V. 17. F. 43. P. 60-73. 1º semestre de 2019.

COHN, Amélia. Caminhos da Reforma Sanitária. Lua Nova. São Paulo. Nº 19. Novembro de 1989.

SOARES, Luis. Vendendo Saúde o INPS e a Seguridade Social no Brasil: segunda e última parte. Revista Saúde em Debate. São Paulo. Nº 2. P. 47-38. 1º semestre de 1977.

MELO, Carlos. A Privatização dos hospitais governamentais, filantrópicos e universitários de ensino. Revista Saúde em Debate. São Paulo. N. 2º. P. 29-26. 1º semestre de 1977.

AMARANTE, Paulo; RIZZOTTO, Maria; COSTA, Ana. Memória de um movimento: a Revista Saúde em Debate e a reforma sanitária brasileira. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. 2015.

MERHY, Emerson. Democracia e saúde. Revista Saúde em Debate. São Paulo. N. 4º. P. 13-7. 2º semestre de 1977.

FLEURY, Sonia. A questão democrática na saúde. In Saúde e Democracia: a luta do CEBES: São Paulo. Lemos editorial e Gráficos LTDA. 1997.

AS ARTES DE CURAR NA BAHIA SETECENTISTA

Mariana Dourado¹

Durante o período colonial e, principalmente, o século XVIII, a Bahia destacava-se no cenário político e econômico. Funcionando como ponto de convergência sob o Atlântico tornara-se também lugar estratégico para o comércio de açúcar, tabaco e em especial, para o negócio de africanos escravizados.² Como cidade portuária e fortemente marcada pela presença do trabalho escravo nas ruas, Salvador também experimentou o sabor amargo deixado pelas enfermidades que se desenvolviam entre seus bairros. Segundo Luís dos Santos Vilhena, português e professor régio nomeado para o ensino de grego em Salvador entre 1787 e 1799, a falta de um governo político econômico, às más condições de higiene – na conservação de alimentos como farinha e carne –, os cuidados com os cemitérios e a entrada de africanos escravizados na cidade eram os principais responsáveis pelo desenvolvimento das moléstias.³

Em uma de suas passagens, o professor de grego afirma que eram as péssimas condições de moradia e o convívio com as imundices que adoeciam o corpo.⁴ O protótipo de casa existente na Cidade da Bahia, de acordo com Cândido Domingues caracterizava-se da seguinte forma: casas de pedra e cal, e também de taipa – sustentação de madeira preenchida por barro – cober-

¹ Bolsista FAPESB e mestranda em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

² De acordo com o TSTD, 1.141.629 africanos escravizados desembarcaram na Bahia durante todo o período colonial e meados do século XIX. Cf: TSTD. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org>

³ VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no Século XVIII. Salvador: Editora Itapuã, 1969, Vol. 1. (Coleção Baiana I) pp. 153-65.

⁴ Idem, p. 153-65.

tas por telhas ou palhas, e quase sempre sem janelas o que dificultava a circulação do ar.⁵ Jean Abreu por sua vez ressalta que na era colonial, as pessoas dividiam as habitações com o lixo e as imundices que produziam, e que conseqüentemente, a pouca ou nenhuma circulação do ar nas moradias influenciavam no estado de saúde dos indivíduos.⁶

Entretanto, para a população escrava outros fatores também foram decisivos para o avanço das enfermidades no período colonial. A travessia atlântica juntamente com a má alimentação, as longas jornadas de trabalho e os maus-tratos senhoriais foram cruciais para o estado de saúde dos africanos escravizados e seus descendentes. E para compreendermos como as doenças eram percebidas no século XVIII, é necessário uma análise sobre as práticas de cura desempenhadas no tratamento das diversas enfermidades que surgiam, e para isso, serão analisadas aqui algumas das terapêuticas utilizadas no tratamento dos doentes pelos cirurgiões Luís Gomes Ferreira e João Cardoso de Miranda.

Os práticos de cura no século XVIII

A doença era entendida como castigo divino e vinculada ao sobrenatural até meados do século XIX, nesse sentido, não é de se estranhar que o seu tratamento fosse baseado ao uso de ervas e plantas medicinais, e em alguns casos, em ritos mágicos. Segundo Ana Carolina de Carvalho Viotti, os padres da Compa-

⁵ OMINGUES, Cândido. Perseguidores da espécie humana: capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII.. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. p. 94.

⁶ ABREU, Jean Luiz Neves. “A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa”. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 761-778, jul.-set. 2007.

nhia de Jesus foram pioneiros no tratamento das enfermidades, eram responsáveis pela manipulação dos medicamentos, agindo muitas vezes como boticários introduzindo as ervas que até então seriam usadas somente pelos indígenas em suas terapêuticas.⁷

Fundada no século XVI, a Companhia de Jesus tinha como objetivo conter o avanço da Reforma Protestante e levar o cristianismo para o Novo Mundo. De acordo com Laís Viena de Souza entre as obras pias estavam à ajuda às prostitutas, o auxílio aos pobres e os cuidados com os doentes.⁸ Os jesuítas foram também pioneiros na introdução das ervas medicinais no tratamento das doenças, e suas práticas muitas vezes foram associadas à feitiçaria e pacto com o demônio. Exemplo de tal situação ocorrera na freguesia de Ilhéus ainda no século XVII, onde um padre jesuíta Antônio de Figueiredo era conhecido por manipular algumas medicações. Porém, segundo Pedro Teixeira que também era jesuíta os remédios manipulados por Figueiredo não curavam as enfermidades, isso por que, Teixeira encontrava-se enfermo e não vinha sentindo melhora em sua condição de saúde com o uso de uma purga preparada pelo dito padre, o que o fez acreditar que as curas realizadas pelo seu companheiro jesuíta provinham do diabo.⁹

Os curandeiros ou feiticeiros como eram conhecidos os práticos das artes de cura não licenciados, caracterizavam-se pelo uso das ervas e das benzeduras em suas terapêuticas, e também pela fabricação dos remédios, além disso, esses práticos possuíam certa pre-

⁷ VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808). Dissertação (mestrado em História) PPG/UNESP, 2012.

⁸ SOUZA, Laís Viena de. Missionários do corpo e da alma: assistência, saberes e práticas de cura nas missões, colégios e hospitais da Companhia de Jesus (Goa e Bahia, 1542-1622). Tese de doutorado apresentada a Universidade de Évora, Évora, 2018, p.20-21.

⁹ Arquivo da Torre do Tombo, cartas de Ilhéus 1660-1753.

dominância no território colonial, em virtude da ausência de médicos e cirurgiões licenciados.¹⁰ Porém, os jesuítas e os curandeiros não eram os únicos que fabricavam remédios ou mezinhas como eram conhecidos no período. Boticários e cirurgiões também exerciam essa função como é o caso de Luiz Gomes Ferreira e João Cardoso de Miranda ambos os cirurgiões licenciados que além de preparar as mezinhas, também escreveram e publicaram tratados de medicina, acerca das características e causas das doenças e suas terapêuticas de cura.

Partindo deste breve balanço sobre os práticos de cura do século XVIII, cabe agora uma análise sobre os saberes por eles desempenhados. Sendo assim, como dito anteriormente serão examinados dois tratados médicos da época, o Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira (1735) e a Relação Cirúrgica e Médica de autoria de João Cardoso de Miranda (1747).¹¹

Gomes Ferreira era um cirurgião português que havia se formado recentemente pelo Hospital Real de Todos os Santos, quando desembarcou no Brasil em 1707. Segundo Maria Cristina Cortez Wissenbach, o cirurgião prestava serviço como oficial da arte cirúrgica nos navios portugueses, morou por aproximadamente três anos na Cidade da Bahia e após a descoberta do

¹⁰ Segundo Carlos Alberto Cunha Miranda foi o crescimento da religiosidade popular durante o século XVIII, marcada pela herança africana, judaica, indígena e também católica que favoreceu o aumento dos curandeiros entre os práticos de cura. Cf: A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. – 3. ed. rev. ampl. e atual. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2017, p.295.

¹¹ FERREIRA, Luís Gomes. Erário Mineral. Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues 1735. MIRANDA, João Cardoso de. Relação Cirúrgica e Médica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo método para curar a infecção escorbútica; ou mal de Luanda, e todos os seus produtos, fazendo para isso manifestos dois específicos, e muito particulares remédios. Lisboa: Oficina de Miguel Rodriguez, impressor do eminentíssimo senhor Cardeal Patriarca, 1747.

ouro mudou-se para as Minas Gerais.¹² Nas Minas Gomes Ferreira exerceu seus conhecimentos cirúrgicos e terapêuticos nas Vilas do Sabará, Mariana e Ouro Preto até 1733, quando decide voltar para Lisboa e publicar sua obra o *Erário Mineral* dividida em doze tratados e dedicado a Nossa Senhora da Conceição.

Miranda por sua vez chegou ao Brasil por volta de 1726 e fixou-se em Salvador onde desenvolveu além das suas práticas de cura, atividades comerciais como homem de negócio resgatando escravos na região da Costa da Mina. De acordo com Carlos da Silva Jr, Miranda era também dono e senhorio da galera *Nossa Senhora da Penha de França e Boa Hora* e por meio das suas relações com o trato negreiro, se envolveu nas disputas entre os comerciantes da praça baiana e o Reino a favor do comércio de escravos com a Costa da Mina e também saiu em defesa da atuação dos cirurgiões na colônia.¹³

Na busca por ascensão social e riquezas esses cirurgiões dedicaram-se, principalmente, ao desenvolvimento de tratados da medicina voltados para as terapêuticas de cura das moléstias que acometiam a população escrava. Todavia, é importante ressaltar que dentro dessa sociedade de Antigo Regime, os cirurgiões ocupavam uma categoria inferior a dos médicos e, suas funções limitavam-se a prática da cirurgia, ventosas e a cura de feridas. Assim, de acordo com Wissenbach, eram um grupo social considerado pouco habilitado para desenvolver tratados e guias da medicina.¹⁴

¹² WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio atlântico de escravos (séculos XVIII e XIX). In: Souza, Laura de Mello et al. (Org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda. p.106-149. 2009.

¹³ SILVA JUNIOR, Carlos Francisco da. "Identidades Afro-Atlânticas: Salvador, Século XVIII (1700-1750)". (Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2011), p.178-179.

¹⁴ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Gomes Ferreira e os símplices da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil-Colônia. In: *Erário Mi-*

Para Márcia Ribeiro essa questão se justifica pelo fato da medicina na Era Moderna, fazia parte das ciências nobres e como tal, contribuiu para que o ofício dos médicos fosse reconhecido, enquanto, os cirurgiões ocupavam uma posição inferior no reino.¹⁵ Partindo de tais afirmações, cabe aqui uma análise sobre alguns remédios utilizados por Gomes Ferreira e Miranda no tratamento dos doentes.

Remédios e suas funções

Entre as várias receitas elaboradas por Gomes Ferreira encontramos a que seria indicada no tratamento das pontadas pleuríticas, doença, apontada pelo cirurgião como a que mais castigava os escravos nas minas. Conforme Gomes Ferreira,

Esta enfermidade é o flagelo, que mais tem destrocado os mineiros destas Minas, e é a que mais cuidado tem dado aos professores de Medicina, e Cirurgia; enganando-se, e tropeçando a cada passo, por dever ser o seu modo curativo neste clima, alheio totalmente do que os autores apontam; por cuja razão morrem escravos sem número: uns por darem nas mãos dos principiantes do dito clima; outros, porque lhes dá com tanta veemência, e perigo, que uns duram vinte e quatro horas, outros pouco mais, e outros ainda menos.¹⁶

Assim, para o tratamento dessa enfermidade causada pelos enchimentos do estomago, o cirurgião orientava dar um vomitório de tártaro emético, sob a indicação de que caso o doente seja forte, robusto e de

neral / Luiz Gomes Ferreira; organização Júnia Ferreira Furtado – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002, p.113.

¹⁵ RIBEIRO, Márcia Moisés. Nem nobre, nem mecânico: a trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII. Almanack Brazilien- se, v. 2, p. 64-75, 2005, p.65.

¹⁶ FERREIRA, Luís Gomes. Erário Mineral, p.1.

boa idade poderia lhe dar de um a dois grãos e se for fraco a quantidade de grãos deveria ser menor, pois caso a pontada não fosse decorrente dos enchimentos do estomago, os vomitórios se tornam perigosos à saúde do enfermo.¹⁷ As pontadas poderiam ser causadas também por lombrigas, pela corrupção do bicho e obstruções. No caso das lombrigas, Gomes Ferreira indicava “[...] Sumo de erva de Santa Maria, assim chamada nestas Minas, e de todos bem conhecida, e na Cidade da Bahia chamada mastruços, sendo os mastruços verdadeiros outros, como na cura das pontadas se verá”.¹⁸ A mezinha devia ser tomada da seguinte forma:

Do dito sumo meia xicara, sumo de dois, ou três limões azedos, se misture tudo, e se lhe lance uma colher de azeite de mamona, por outro nome azeite de carrapato, com umas pingas de vinagre forte, e uma dedada de pó de açafraão, como de tabaco, tudo bem mexido, e morno se dê a beber ao doente pela manhã em jejum com tal condição, que o doente há de tomar primeiro uma colher de açúcar, e quando tomar a mezinha lhe não há de tomar o cheiro.¹⁹

Já Miranda, em sua análise sobre o escorbuto – doença causa pela ausência de vitamina C, e mais comum entre os escravos desembarcados dos navios negreiros – aponta que como doença aguda sua causa está associada à introdução de alimentos corruptos, a exposição aos vapores do mar e ao excessivo calor.²⁰ Nesse sentido, a cura consistia em três intenções ou indicações, de acordo com Miranda:

Deve-se governar a cura desta enfermidade com três intenções, ou indicações. Primeira, ordenar, ou dispor os alimentos, de que devem usar os enfermos. Segunda, tratar de evacuar a causa antecede-

¹⁷ Idem, p.7.

¹⁸ Idem, p.8.

¹⁹ Idem, p.8-9.

²⁰ MIRANDA. Relação cirúrgica, p.4.

dente, desopilar, e abrir as obstruções, opugnar a maligna qualidade, e corroborar as partes ofendidas. E a terceira, acudir aos danos externos.²¹

Além disso, assim como Gomes Ferreira, também faz uso de ervas e plantas medicinais no tratamento do escorbuto. Outra doença investigada por Miranda e associada ao tráfico de escravos, são as bexigas, provocadas por um fermento maligno, que resultava em uma febre violenta, deveria ser observada com precisão, pois apresentava sintomas parecidos com os sintomas do sarampo, para o cirurgião. No caso das bexigas, Miranda critica o método da sangria, alegando que essa prática enfraquecia o enfermo e, sugere que o melhor tratamento para tal moléstia seria a boa alimentação, com a admissão de alimentos como o frango cozido e pela introdução de água fervida com cevada nas dietas.²²

A partir desta breve exposição dos métodos utilizados pelos cirurgiões, é perceptível que ambos, incorporaram em suas terapêuticas, elementos da medicina popular. Nesse sentido, é notória também a preocupação com o estado de saúde da população escrava principal clientela desses cirurgiões que atuando nas regiões das Minas e na capitania da Bahia conseguiu publicar seus tratados sobre a medicina mesmo ocupando uma posição inferior a dos médicos dentro da hierarquia existente no reino. Além disso, suas obras apresentam-se como fontes riquíssimas para os que trabalham com a história da saúde e da doença para o período colonial, mostrando as doenças bem como suas causas e as diversas formas de tratamento para as enfermidades.

²¹ Idem, p.7.

²² Idem, p.135.

Referências Bibliográficas

Arquivos e fontes

ANNT, Carta do Padre Pedro Teixeira para o Padre Simão Esteves, Ilhéus, 20 de junho de 1731. Maço 68, n. 343. Disponível em: <https://digitalrq.arquivos.pt/>. Acesso em: 10 de out. 2019.

FERREYRA, Luís Gomes. Erário Mineral. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1735.

MIRANDA, João Cardoso de. Relação Cirúrgica e Médica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo método para curar a infecção escorbútica; ou mal de Luanda, e todos os seus produtos, fazendo para isso manifestos dois específicos, e muito particulares remédios. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, impressor do eminentíssimo senhor Cardeal Patriarca, 1747.

TSTD. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org>.

Referências

ABREU, Jean Luiz Neves. “A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa”. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 761-778, jul.-set. 2007.

DOMINGUES, Cândido. Perseguidores da espécie humana: capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII.. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura. – 3. ed. rev. ampl. e atual. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2017.

RIBEIRO, Márcia Moisés. Nem nobre, nem mecânico: a trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII. Almanack Braziliense, v. 2, p. 64-75, 2005.

SILVA JUNIOR, Carlos Francisco da. “Identidades Afro-Atlânticas: Salvador, Século XVIII (1700-1750)”. (Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2011).

SOUZA, Laís Viena de. Missionários do corpo e da alma: assistência, saberes e práticas de cura nas missões, colégios e hospitais da Companhia de Jesus (Goa e Bahia, 1542-1622). Tese de doutorado apresentada a Universidade de Evora, Evora, 2018.

WALKER, Timothy D. Médicos, medicina popular e inquisição: A repressão das curas mágicas em Portugal durante o Iluminismo. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2013.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Gomes Ferreira e os simples da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil-Colônia. In: Erário Mineral / Luiz Gomes Ferreira; organização Júnia Ferreira Furtado – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio atlântico de escravos (séculos XVIII e XIX). In: Souza, Laura de Mello et al. (Org.). O governo dos povos. São Paulo: Alameda. p.106-149. 2009.

VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no Século XVIII. Salvador: Editora Itapuã, 1969, Vol. 1. (Coleção Baiana I).

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808). Dissertação (mestrado em História) PPG/UNESP, 2012.

A CRUZ BRANCA EM AÇÃO: ENFRENTAMENTOS SOCIAIS DURANTE A GRIPE ESPANHOLA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (1918-1919)

Cassiane Souza dos Santos¹

Introdução

Este texto objetiva analisar as principais ações de caridade promovidas em razão da Gripe Espanhola que irrompeu sobre a cidade de Campos dos Goytacazes, localizada no norte do estado do Rio de Janeiro, entre outubro de 1918 e fevereiro de 1919. Enfoca-se nos feitos da *Cruz Branca*, uma associação criada em 21 de outubro de 1918, cuja missão era a de prestar socorro médico e nutricional aos vulneráveis nos dias de gripe.

Funcionando até o dia 23 de novembro do mesmo ano de sua criação, a *Cruz Branca* foi fundada pela *Associação do Comércio* de Campos em sua sede, na Praça São Salvador número 25, sob a direção de Antônio João de Magalhães. Presume-se que a instituição tenha prestado mais de 5.334 atendimentos nos seus 33 dias de ação. Apesar de pertencer aos comerciantes, vários outros setores sociais contribuíram com a entidade. Este fato definiu a escolha deste estudo, em função de suas possibilidades analíticas.

Para alcançar o objetivo proposto, utiliza-se a *Folha do Comércio* como principal fonte. Criado em 10 de julho de 1909 por José Bruno de Azevedo, o jornal era vendido em 1918 ao preço de 100 réis. Tal periódico mostrou-se uma fonte profícua nas descrições do cotidiano da cidade durante o período da Gripe e, sobretudo, das mobilizações de caridade promovidas pela *Cruz Branca*. Reconhecendo o esforço de objetividade dos jornais, será realizada uma confrontação a partir de outros documentos primários e secundários.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Viçosa (2020).

A caridade durante a Gripe Espanhola na literatura brasileira

A Gripe Espanhola foi uma ocorrência singular. Causada por uma mutação do vírus *influenza*, ela pode ter levado entre 20 e 100 milhões de pessoas à morte em todo o mundo (KOLATA, 2002, pp. 17-18). A percepção sobre o alto grau de virulência e patogenicidade de seu agente, somada a velocidade de seu contágio num curto período de incubação, foram motivos de medo na Gripe de 1918. Com efeito, naquelas circunstâncias, pouco se sabia acerca da etiologia e da fisiopatologia da Gripe, se não da sua rápida transmissão. Nesse sentido, convém aqui lembrar de Delumeau que, ao analisar a peste na Europa entre os séculos XIV e XVIII, designou as epidemias como sendo tempos de *solidão forçada* (1996, pp. 121-125).

Mas ao contrário do que se poderia prever, a caridade foi continua no enfrentamento da pandemia. Conforme aponta Silveira, mesmo mediante ao risco de contágio, pessoas de grupos díspares uniram-se em torno das desigualdades ressaltadas por este surto (SILVEIRA, 2007, pp. 178-179). A autora, que estudou a passagem da Gripe na Belo Horizonte, nota que historiadores vêm enfatizando a caridade na superação da *Espanhola* em várias regiões (2007, p. 179). Campos não destoou do restante do país nesse quesito, dado que houve uma grande rede assistencialista durante o surto no local (LAMEGO, 1947; RODRIGUES, 1988).

Em São Paulo, Bertolli Filho (2003, pp. 177-205) e Bertucci (2002, pp. 132-138) assinalaram iniciativas de socorros públicos prestados aos necessitados durante a Gripe de 1918. Ao observarem a *salvação* efetuada por grupos paulistanos, os autores enfocaram nas ações da Cruz Vermelha, da Santa Casa, da Igreja Católica, da União dos Evangélicos, da Comunidade Portu-

guesa e da Comissão Estado-Fanfulla. De acordo com Bertolli Filho, se por um lado a experiência do flagelo ameniza os contrastes entre as classes, de outro lado a filantropia é exibicionistas. Para ambos, a caridade demonstrava a desorganização dos serviços de saúde.

Em Porto Alegre, Abrão (1998, pp. 95-116) e Olinto (1996, pp. 66-67) percorreram a mobilização e o apoio ofertados por diversos setores da sociedade, operantes na minoração da desassistência médica e da carestia. Na busca por narrar iniciativas em prol dos pobres, as autoras citam instituições atuantes na pandemia no Rio Grande do Sul, a saber: Cleros Secular e Regular, Comissariado de Abastecimento e Socorro, Associação Comercial, Maçonaria, Tiro 4, Clube Almirante Tamandaré, Indústrias e a Liga de Senhoras. Na concepção das mesmas, a *Resposta Burguesa* secundarizou as ações do governo no combate à doença. A Cruz Vermelha e as damas da caridade atuaram pouco na epidemia sendo, por isto, criticadas.

Posteriormente, na capital do Rio de Janeiro, Goulart (2003, p. 38), de igual forma, atribui ao colapso pelo déficit na Saúde os atendimentos prestados por Igrejas, Clubes, Associações beneficentes, Escolas e pela Cruz Vermelha. Segundo a autora, a precariedade das instituições sanitárias contribuiu para a limitação dos socorros públicos durante a epidemia. Outro trabalho que aborda a sociedade como preenchedora da demora no socorro público é o de Souza, sobre a Influenza em Salvador. Conforme a autora, como o governo demorou a se organizar para oferecer auxílio, empresas e instituições como a Drogaria América, a Associação das Senhoras de Caridade, a Faculdade de Medicina da Bahia e outros médicos ofereceram seus serviços, pois ficaram sensibilizados com o estado de pobreza da população soteropolitana (SOUZA, 2007, pp. 207-213). De acordo com Souza, os baianos não se calaram diante

disto, exigindo a tomada de ações do governo.

Assim como os supracitados, Silva (2018, p. 114) e Franco (et. al. 2015, pp. 420-421) discorreram sobre a caridade exercida pelos ricos em Recife e em Vitória, respectivamente. Nestes lugares, paralelamente à ação do Estado, os endinheirados investem em sua autopromoção política. Assim, é comum a aparição da lista de doadores nos jornais. Quanto maior era a oferta do doador, mais elogiado era o feito.

Como Silva e Franco, Damascena Neto disserta acerca da ajuda à população pobre durante a Espanhola, desta vez em Goiás. Assim como nas demais regiões comentadas, as ações não ficaram somente a cargo do governo, mas sobretudo nas mãos da Igreja. Para Neto, a epidemia favoreceu a promoção de discussões sobre a criação de políticas de saúde pública em Goiânia. (DAMASCENA NETO, 2011, pp. 83-114).

Outro trabalho que merece menção é o de Gama que, ao pensar nas mobilizações filantrópicas de algumas instituições de caridade em Manaus, percebeu que socorros eram omitidos às pessoas subjugadas, como as prostitutas, por exemplo. Gama relata, em seu trabalho, como o tom moralista do atendimento aos pobres fez-se presente no Amazonas. Mortes de prostitutas eram comemoradas por algumas pessoas que faziam donativos (GAMA, 2013, p. 147).

Finalmente Martins (2016, p. 82), ao avaliar a caridade em Belém durante a Gripe de 1918, apontou que as doações foram palco de disputas no Pará, principalmente entre a Igreja Católica e a Maçonaria (MARTINS, 2016, p. 80). Mais recentemente, Abreu Junior observa que em Belém, era corriqueira a notícia de doações de remédios, dinheiro, roupas e alimentos aos pobres nos jornais (ABREU JUNIOR, 2018 p. 78-92).

Como se viu, os estudos mencionados, resguardadas as suas especificidades, concordam que as ações

de caridade foram resultantes da insuficiência do poder público. Em vista disso, neste texto, sublinha-se especialmente esta mesma questão.

A Gripe Espanhola em Campos dos Goytacazes

Não se sabe, ao certo, quando a Gripe Espanhola chegou a Campos. No Rio de Janeiro, a Influenza de 1918 foi notada no dia 14 de setembro de 1918, fator que despertou a atenção dos campistas. Assim como na capital (GOULART, 2003, p. 101) Carlos Seidl, que era o diretor geral de saúde pública, foi responsabilizado pela pandemia. A *notícia* amaldiçoou, literalmente, o nome do médico (RODRIGUES, 1988, p. 198) em suas páginas, e o médico Severino Lessa, em entrevista à *Folha do Comércio*, culpou Seidl pela propagação da doença.

No dia 10 de outubro de 1918, se percebeu a presença da Gripe em Campos, no distrito de Villa Nova (O MONITOR CAMPISTA, 1918). Alberto Cruz, o então diretor de Higiene da cidade, assim como o médico e prefeito Luiz Sobral, negou que a *influenza* na cidade era a mesma que arrastava a Europa (O MONITOR CAMPISTA, 1918; RODRIGUES, 1988, p. 198). Em contrapartida, as entradas e saídas da Santa Casa de Misericórdia eram divulgadas nos jornais, e a *Cruz Branca* é fundada (FOLHA DO COMÉRCIO, 1918). Médicos e pessoas comuns recomendavam o uso da canela, do limão, do alho, de mentol, dentre outros.

Em função da emergência, Luiz Sobral contratou doutores para as regiões de Dores, Guarulhos, Barcellos e Santo Eduardo, sob chefia dos doutores Parreiras e Lontra Netto (O MONITOR CAMPISTA, 1918). O leite aumentou em muitos mil réis, e o acesso à comida era limitado. Como na época da Espanhola os direitos trabalhistas não eram garantidos, muitos mantenedores não puderam manter as suas contas “em dia”. Luiz

Sobral, que prestava atendimentos durante a Gripe, também foi acometido do mal. Se de um lado alguns fugiram para as regiões de Atafona, Gargau e Imbetiba, como meio de evitar o contágio, do outro, pessoas se submetiam ao futebol sob o sol quente (RODRIGUES, 1988, p. 198).

A sensação falsa de imunidade mudou em novembro, quando houve mais de 400 mortes num único mês. O silêncio sobre este assunto marcou o “pós-pandemia” imediato. Mas enquanto alguns choravam a dor do luto, para outros, a alta do açúcar no mercado e o fim da guerra fizeram a alegria e o esquecimento. Segundo Rodrigues, esta situação repercutiu na vida campista com o surgimento de novas casas noturnas (1988, p. 198). Para os católicos, a criação da paróquia de São João Batista fez a “ação de graça” dos devotos. Para as crianças, novos cinemas e riques de patinação fizeram a diversão dos pequenos.

Esta seção do texto relatou fragmentos sobre a passagem da Espanhola em Campos. Cumpre agora mencionar o papel da *Cruz Branca* na superação desta pandemia.

A Cruz Branca campista

Destacou-se anteriormente que o acesso ao atendimento médico em Campos extrapolava os ganhos de uma família pobre. Isto se explica não somente pelos custos das consultas, mas também pelo restrito número de profissionais de saúde (BERTOLLI FILHO, 2003). Eram 175 mil pessoas esperando ser atendidas por aproximadamente 40 médicos. Para tentar suprir esta demanda, o prefeito contrata novos doutores. O atendimento à população pobre aconteceu no hospital de assistência temporária, com capacidade para 600 pacientes. Também se autorizou que as farmácias

despachassem receitas para indigentes. Acrescentou-se, ainda, 100.000\$000 à verba destinada aos socorros públicos em 1918 (Atas da Câmara, 21/11/1918, p. 351).

Contudo, se a prefeitura fez algo pelo povo, o fez pelas pressões exercidas pela Folha dos Comerciantes. No trecho destacado abaixo, uma anedota à inércia do diretor de saúde citadino, Dr. Alberto Cruz, é lançada por Antônio João Alves de Magalhães:

E se a Influenza espanhola nos visitar? - Realmente, Fagundes, se tivermos a visita da Influenza vai ser um horror, já era tempo do poder público ir aconselhando umas tantas medidas preventivas. [...] - É que quando a estiver a glorificar o seu herdeiro gritando: *Vive le Albert!* Daqui a plenos pulmões, posso bradar... Viva o Doutor Alberto! - Cruzes! (FOLHA DO COMMÉRCIO, 10/1918, s/p.).

Se a carência médica acendeu o sentimento de ira do povo campista, a fome falou em decibéis ainda mais elevados. Produtos protéicos como o leite e a carne de frango, e carboidratos como o pão e o mel rapidamente entraram em escassez, sendo trazidos das proximidades. Assim como em São Paulo (BERTOLLI FILHO, 2003, pp. 229-234) no Rio de Janeiro (GOULART, 2003, pp. 224-244), em Porto Alegre (ABRÃO, 1996, pp. 95-116) em Salvador (SOUZA, 2007, pp. 48-50), em Belo Horizonte (2007, pp. 152-157), em Manaus (GAMA, 2013, p. 21), em Vitória (FRANCO et. al. 2015, pp. 420-421) em Recife (SILVA, 2017, pp. 59; 113), em Goiânia (NETO, 2011, p. 19) e em Belém (ABREU JUNIOR, 2018, p. 132), a fome chamou tanto a atenção, que a Elite campista resolveu estender a mão.

Inspirados pelas ações da Cruz Vermelha de Oswaldo Cruz, no dia 21 de outubro de 1918, os campistas abriram os postos de socorro, cuja frente era ocupada pela Associação de Comerciantes. Apoiada pelo Município, esta organização ficaria conhecida como

Cruz Branca, cujo *branco* remetia ao véu de Cristo. Reconhecendo que os pobres eram os que mais sofriam no surto, estes foram privilegiados nos atendimentos.

Parafraseando a *Cruz Branca*, era preciso que se esmagasse a hidra da miséria para que em Campos se morresse somente de Gripe, mas nunca de fome (FOLHA DO COMÉRCIO, 1918). O reconhecimento dos pobres como sendo as principais vítimas da Gripe remonta ao conceito de ilusão democrática alcunhado por Bertolli Filho (2003). De acordo com a *ilusão democrática*, apesar de a Gripe pandêmica ter atingido a todos, os pobres foram os mais afetados, em função de suas condições de sobrevivência. Isto sendo reconhecido, ricos e membros da classe média reuniram-se para a distribuição de caldos e dietas no Liceu de Artes, localizado na rua do Sacramento. A distribuição se deu sob aglomeração:

Ontem, até as 5 horas da tarde, haviam fornecido no liceu de artes e ofícios, comida a 686 pessoas, tendo continuado ainda, depois que daí saímos um grande movimento. Uma grande quantidade de enfraquecidos e sem trabalho, pela paralisação de todas as atividades, perambulavam pelas ruas emagrecidos a míngua de alimentação havendo muita miséria (FOLHA DO COMMÉRCIO, 10/1918, s/p).

Se os ricos se arriscavam para atender aos pobres, a ajuda humanitária foi também marcada pelo exibicionismo. As mídias impressas abriam colunas e mais colunas para registrar todo o número de doativos oferecidos em favor da *Cruz Branca*. Os registros publicados diariamente parecem ter feito surtir o altruísmo na comunidade campista. Quanto a isso, é ilustrativa a declaração da *Folha do Comércio* sobre a passagem da *Cruz Branca* às ruas:

[...] É admirável este trabalho e por isso mesmo, bem longe do despertar do susto, a passagem rápida de seus automóveis, que cruzam em todas as di-

reções, levando hasteada a bandeirola com a Cruz Branca que é o seu símbolo, desperta um sentimento de admiração porque todos reconhecem naquela obra o característico popular que emprestou a alma ao povo (FOLHA DO COMÉRCIO, 11/1918, s/p).

Além disso, muito se reclamou a respeito de pessoas que não estavam desempregadas e nem eram indigentes, mas tratavam de receber os auxílios da *Cruz Branca*. Nesse sentido, os comerciantes passaram a reclamar de abusos da parte de alguns nos jornais, como neste exemplo:

O posto não foi criado para socorrer os abastados e aqueles que possuem meios para adquirir medicamentos; o fim que tem em vista a Cruz Branca é prodigalizar os pobres os maios de se tratarem [...] Oxalá esta exploração não prossiga, desviando a tão magnânima obra do seu verdadeiro fim (FOLHA DO COMÉRCIO, 10/1918, s/p).

Outro reclame polêmico foi direcionado aos empregados domésticos, reconhecidamente negros e pobres em sua maioria. De acordo com a Folha do Comércio, tais empregados, do sexo masculino e feminino eram vistos “vadiando” pelas vielas, vendas, “espe-luncas” e sítios “onde os desocupados se reúnem”. O jornal argumentava que esta situação não seria justa, dado que chefes de família expunham suas vidas e a de amigos para a salvação dessa gente. Para a resolução deste caso, foi sugerido que os empregados fossem obrigados a servir. Em caso de desobediência, a polícia deveria ser acionada.

Há pela cidade, sabemos de fonte segura, muita casa de família que dispunha de dois ou três criados e que, agora, com pessoas enfermas, está sem um só, não porque eles tivessem tido a infelicidade de serem acometidos pelo mal, mas porque fingindo medo, aproveitam o ensejo para abandonarem o

emprego e volverem à vadiação [...] e é a polícia que cabe agir no caso FOLHA DO COMÉRCIO, 11/1918, s/p).

Quando ainda se supunha que a Gripe Espanhola continuaria com o seu baile mórbido, o número de vítimas da Gripe em Campos dos Goytacazes começou a reduzir, em meados de novembro. Isto posto, segundo a diretoria de higiene do norte fluminense, já estava próximo o fim da pandemia. Todavia, um número significativo de pessoas ainda morreria acometida pelo flagelo entre o fim de novembro de 1918 e meados de fevereiro de 1919. O prefeito da cidade, entretanto, praticamente anuncia o fim da doença na sede da planície Goitacá em 21 de novembro de 1918, e, apenas dois dias após a 14^a reunião do Conselho de vereadores na praça São Salvador, especificamente, no dia 23 de novembro de 1918, foram cortados todos os auxílios oferecidos pela *Cruz Branca*. Assim, mesmo em detrimento da inexistência de uma legislação que assegurasse o pagamento pelos dias de paralisação aos beneficiários desta entidade filantrópica, encerram-se os seus trabalhos.

Conclusão

Ao longo das páginas deste texto, foram abordados os feitos realizados pela *Cruz Branca* na cidade de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense. Explicamos que a entidade surgiu no dia 21 de outubro de 2020, como resultado da inspiração gerada pela Cruz Vermelha carioca. Viu-se que os principais responsáveis pelas ações da *Cruz Branca* foram pessoas de posse, embora pessoas de classe mediana também tenham contribuído para a realização de seus atos. Os principais beneficiados pela instituição foram pobres, indigentes e pessoas que perderam os seus empregos

durante o período de isolamento, devido à ausência de direitos trabalhistas. Pessoas mais pobres, a exemplo dos empregados domésticos, também ajudavam na sobrevivência da instituição, mas não eram citadas nos jornais.

A *Cruz Branca* encerrou as suas atividades junto à comunicação da diretoria de higiene sobre a redução no número de casos, antes do fim real da pandemia. Luiz Sobral e outros políticos não se ausentaram durante a pandemia, mas, antes, foram cobrados pelos jornais. Considerou-se legítimo o sentimento filantrópico despertado durante a pandemia, por aqueles que se arriscaram no atendimento aos pobres. Considerou-se também que a mesma ajuda contribuía para a melhora da imagem política e social de seus contribuintes.

Referências Bibliográficas

ABRÃO, J. S. Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre, 1918. EDIPCRS, 1998.

ABREU JUNIOR, J. M. de C. O vírus e a cidade: rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918). Paka tatu, 2018.

BERTOLLI FILHO, C. A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade. Paz e Terra, 2003.

BERTUCCI, L. M. Influenza, a medicina enferma: Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. UNICAMP, 2004.

DAMASCENA NETO, L. Influenza Espanhola de 1918-1919 na cidade de Goiás. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás, 2011.

FRANCO, S. P.; LOPES, A. F.; FRANCO, L. F. S. Gripe espanhola no Espírito Santo (1918-1919): alguns apontamentos. Dimensões, v. 36, 2016.

GAMA, R. M. Dias mefistofélicos: a Gripe Espanhola nos jornais de Manaus (1918-1919). Dissertação. Universidade Federal do Amazonas, 2013.

GOULART, A. C. Um cenário mefistofélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro. Dissertação. UFF, Niterói, 2003.

KOLATA, G. B. Gripe: a história da pandemia de 1918. Record, 2002.

LAMEGO, A. R. Efemérides da Terra Goitacá. Diário Oficial. 1947.

MARTINS, M. J. M. A Gripe Espanhola em Belém, 1918. Cidade, cotidiano e medicina. Dissertação. UFPA. 2016.

OLINTO, B. A. Uma cidade em tempo de epidemia. Rio Grande e a gripe Espanhola (RS – 1918). Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

RODRIGUES, H. Campos - Na Taba dos Goytacazes. Imprensa Oficial, 1988.

SILVA, A. C. Recife, uma cidade doente: a gripe espanhola no espaço urbano recifense (1918). Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco. 2017.

SILVEIRA, A. J. T. A influenza espanhola e a cidade planejada – Belo Horizonte, 1918. 2008.

SOUZA, C. M. C. de. A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. UFBA, 2009.

O DISCURSO ESPÍRITA E A LOUCURA: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DA LOUCURA EM JATAÍ¹

João Vítor Leal Lobato²
Éder Mendes de Paula³

Introdução

O Espiritismo no Brasil realizou diversas investidas em relação ao Saber Médico, onde uma das principais formas de manutenção e prática dos dogmas espíritas, era representada através da criação de instituições que efetuavam obras ditas como assistenciais: escolas, albergues, refeitórios e consultórios filantrópicos.

Neste contexto, a Sociedade de Beneficência São Vicente de Paula, permaneceu durante toda a segunda metade do século XX na cidade de Jataí, sendo uma das principais obras do grupo espírita na cidade. A instituição funcionava como Albergue e Sanatório, sendo estes muitas vezes indissociáveis para a sociedade jataense.

Partindo da catalogação das Atas referentes às reuniões da Instituição, do ano de 1967 a 1969, uma questão precisou ser discutida e analisada, o que me trouxe a esta produção. Analisar as condições de existência e permanência desta Instituição Espírita; entender de onde se dá a investida Espírita ao Saber psiquiátrico; e estabelecer as relações discursivas presentes

¹ Texto produzido a partir do Projeto de Pesquisa Caridade e Resistência, coordenado pelo Prof^o. Dr^o. Éder Mendes de Paula.

² Discente do curso de História da Universidade Federal de Jataí, membro do Grupo de Pesquisa em História da Saúde e das Doenças – Nise da Silveira/Cnpq.

³ Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Federal de Jataí, coordenador do GEPHS – Nise da Silveira/Cnpq

neste contexto, relacionando a Jataí, localizado em um construído “Sertão”.

A metodologia empregada foi alicerçada na teoria Foucaultiana de Análise do discurso, tal como observar as unidades deste discurso, as formações discursivas, as construções dos objetos, dos conceitos e das condições de existência de tais práticas e enunciados.

Jataí: Aspectos do Sertão

Localizada no Sudoeste goiano, a cidade de Jataí, emancipada em 1895, Jataí constitui-se na última fase da expansão do gado (OLIVEIRA, 2010) que, vindo da Zona Leste do Brasil, através do rio São Francisco, tomou conta de Minas Gerais, veio até Goiás e depois Mato Grosso. Neste contexto, a atividade pecuarista tornou-se a principal atividade econômica da região.

Os primeiros habitantes de Jataí se empenharam em desenvolver a região. Esse empenho se manifestou com a doação de terras feitas para que fosse construída a primeira igreja da cidade, em torno da qual foram construídas casas que passaram a formar o centro das comemorações religiosas do povoado que lá se instalou a partir de 1848. (OLIVEIRA, 2010, p. 20)

Jataí, já no final do século XIX e início do século XX se estruturava através criação de gado. As casas de comércio, presente desde a fundação da cidade, representavam um viés econômico secundário para a região.

As casas de comércio estabelecidas em Jataí no início do século passado tinham um papel complementar à economia da cidade. Essa situação era garantida a partir da condição de autossuficiência existente nas grandes propriedades rurais, que produziam quase tudo que era necessário para a sobrevivência das pessoas que nelas viviam. [...]

Em geral, as casas de comércio funcionavam não apenas no perímetro urbano, mas também na zona rural, nos povoados próximos a Jataí. (OLIVEIRA, 2010, p. 26-28)

A cidade, localizada primordialmente no “desabitado” (definido pelo discurso colonizador localizado no Litoral) estado de Goiás pós-mineração, é construída e categorizada no sentido subalterno de “Sertão”, através de discursos apoiados na dicotomia com o Litoral brasileiro.

A ideia de “Sertão”, que no decorrer de formação do Brasil sempre esteve presente no enunciado colonizador, primeiro na condição de colônia em relação a Portugal, que diante do desconhecido tinha o Brasil como um imenso “certão” (PAULA, 2020, p. 3). Segundo, após a vinda da corte portuguesa em 1808 e sua instalação no litoral brasileiro, Sertão torna-se o interior das terras brasileiras, ou melhor, todo o desconhecido, a imensidão não ocupada pelo homem branco europeu e tudo que não fosse ainda dominado, tanto indivíduos, quanto natureza.

Este enredo produzido pelo colonizador expressava não somente a questão de localidade entre os dois (Sertão e Litoral), mas sim como uma categoria carregada de sentidos estabelecidos a partir de narrativas que o compõem. Segundo Janaina Amado:

Sertão é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, especialmente no conjunto de nossa historiografia. [...] uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX como nação. [...] Sertão foi ainda largamente utilizado até o fim do século XVIII, pela coroa portuguesa e pelas autoridades lusas nas colônias. [...] De forma simplificada pode-se afirmar, portanto, que, às vésperas da independência “sertão” ou “certão”, usada tanto no singular quanto no plural, constituía no Brasil noção difundida e carregada

de significados. De modo geral denotava terra “sem fé, lei ou rei”. (AMADO Apud PAULA, 2020, p. 3).

Neste sentido, percebe-se que a categoria de “Sertão” deixa de ser definida somente por um caráter geográfico, mas principalmente pela oposição da presença do europeu, que se via como civilizado; se opondo ao interior, caracterizado como selvagem, ainda não dominado, desconhecido, não produtor e indisciplinado aos moldes Europeus.

A identidade, sendo representada através do discurso construído por essa elite estrangeira que diz sobre este Sertão, é uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dicotômica com o Outro.

Uma teia discursiva que é encontrada nos relatos de tais viajantes europeus, fundamentando um imaginário que vai reger diversas ações políticas, intelectuais e médicas eugenistas nos séculos XIX e XX.

Os sentidos atribuídos ao Outro possibilitaram uma rede de discursos que deram significado ao próprio Eu da colonização. Ao estabelecer a oposição, o que foi narrado e registrado pelos colonizadores foram as diferenças entre os dois espaços, exaltando o sucesso da violência tida como necessária ao processo de colonização. Essa teia discursiva garantiu ao longo dos anos a utilização de uma memória que não interpretou a invasão colonial de forma crítica, os enunciados corroboraram com a visão da metrópole. O que ficou cristalizado durante muitos anos, utilizado para afastar sujeitos históricos do seu lugar de luta e consciência, foi a narrativa do colonizador. (PAULA, 2020, p.4).

No decorrer do século XIX, estas bases discursivas detêm uma condição de existência proporcionada por uma elite colonizadora que mantém tais enunciados, o que garante espaço em discursos produzidos pelo saber científico. Agora além do sertanejo ser iden-

tificado e constituído através de relações discursivas do litoral para o Sertão, este também era patologizado e medicalizado.

A cidade de Jataí em conjunto com o estado de Goiás, entram neste emaranhado de discursos que o construíram como “Sertão” não moderno, insalubre e doente, em relação direta com o litoral. Essa dicotomia faz parte do processo de formação da cidade e, conseqüentemente de como a mesma se vê inserida nos discursos sobre modernização que são implantados politicamente no estado no século XX. É a partir de então, que o sanatório espírita passa a ser o foco da análise proposta.

A Instituição e a Loucura

No ano de 1952, foi criada em Jataí a Sociedade Beneficente São Vicente de Paula, por um grupo de espíritas, cujo o objetivo expressado no Registro de fundação⁴ era de; “única finalidade da prática de caridade as pessoas necessitadas, auxiliando familiares que se acham no estado de penúria, concorrendo para que a mendicância nas ruas da cidade diminua e sejam os pedintes amparados”.

A partir da análise feita por Leicy Francisca da Silva (2014), percebemos que na década de 1940 a 1960, outras entidades que agiam na ausência de políticas de Estado, também se mobilizavam criando instituições filantrópicas relacionadas a Hanseníase. A lepra, doença que em certo período de tempo, assim como a experiência da loucura, era trancafiada e excluída do grupo social, alastrou-se em Jataí no final do século XIX, e na primeira metade do século XX.

⁴ Registro dos Estatutos da Sociedade de Beneficência Albergue São Vicente de Paulo de Jataí, 01/08/1952.

Indivíduos eram categorizados e excluídos na cidade, a Lepra causava medo e anulava a liberdade dos categorizados. Os Protestantes e depois os Católicos se concentraram no desenvolvimento de ações assistenciais em Jataí:

Como a construção pelo governo federal, por meio do Plano de Combate a Lepra, do leprosário de Jataí nunca saiu do campo da promessa, a população local auxiliada por religiosos assumiu a liderança na organização da população doente. Essa ação foi iniciada na década de 1940 por missionários protestantes e continuada na década de 1960 pela Igreja Católica. (SILVA, 2014, p. 10)

Neste sentido, Jataí aparecia sob os olhares da filantropia e da assistência religiosa, porém, conseguimos perceber determinadas relações nas práticas religiosas, com o poder público. Construindo assim a ideia de que, as ações caridosas especificamente nesta análise, praticadas pelos Espíritas a partir de 1952, estão inseridas em um contexto mais amplo de interesses em comum no que diz respeito ao trabalho caridoso.

Nota-se no Registro dos Estatutos a ideia de inserção de indivíduos no projeto de mundo capitalista.

[...]não se descuidará de dar-lhes amparo moral e espiritual, procurando transformar suas vidas, de forma tal que vejam a alegria no trabalho honesto e possam se tornar útil a si, a seus semelhantes e a Pátria. (Registro dos Estatutos da Sociedade de Beneficência Albergue São Vicente de Paulo de Jataí, 01/08/1952).

A Sociedade chegou a ter quatro unidades, sendo: uma para idosos; outra para pessoas com transtorno mental; uma para pessoas fora de possibilidades terapêuticas (doentes terminais, pacientes vítimas de AVC) e um orfanato. Sendo que a unidade para pessoas fora de possibilidades terapêuticas e o orfanato funcionaram pouco tempo, por falta de verba do Governo

Federal (LIMA, 2014).

A unidade destinada ao enclausuramento de Doentes Mentais denominava-se Sanatório Espírita Antônio de Paulo Cançado, criado em 25 de janeiro de 1966, tornou-se a partir daí uma das maiores instituições manicomiais do interior goiano. Em seu primeiro ano de existência, o Hospital Psiquiátrico no imaginário social local, calcado no preceito assistencial, ocupava um papel deixado de lado pelo poder público. Como retratado na Ata da reunião ordinária de julho de 1967.

[...]Com a palavra o senhor Presidente fez uma deposição de motivos quanto a esta instituição, principalmente com relação ao Sanatório Espírita Antônio de Paulo Cansado que no dia 25 de janeiro passado completou seu primeiro ano de existência já tendo prestado a nossa Sociedade e a família Espírita valiosas colaborações no atendimento aos irmãos débeis mentais, solucionando em parte o problema que muito afligia todos nós pela falta de uma casa com esta finalidade. (Ata da reunião da Diretoria da Sociedade Beneficente S. V. de Paula de Jataí, 17/07/1967).

Nesta primeira Ata, nota-se as perspectivas e atribuições dadas às práticas do Sanatório em relação ao dito “débil mental”, visto na posição de problema em relação ao corpo social. A exclusão, portanto, é utilizada como solução para este problema, sendo que, a partir da posição de contribuinte, os Espíritas constroem determinado sentido de aceitação e legitimidade na cidade.

A situação retratada pela falta de “uma casa com esta finalidade” e o tratamento de “nós”, excluindo o categorizado “débil mental” é causado principalmente pelo ato de ignorar estes sujeitos. Os mesmos têm seus discursos invalidados através de seu comportamento, desta forma estão sujeitos ao esquecimento e a desumanização.

O discurso, sendo o principal elemento hierarquizante nas relações de poder e disputa, exalta o Sanatório e inviabiliza a existência do dito “débil”, colocando a instituição normalizadora acima do indivíduo enquadrado na categoria louco. Este que é categorizado na forma de problema a ser resolvido para o bem-estar social, ao mesmo tempo funciona como obra assistencial dos espíritas.

Neste sentido, a experiência da loucura é moldada e ressignificada seguindo padrões estabelecidos para o contexto da época, tornando-se múltipla e variável ao longo dos processos sociais, concordando com o que diz Ana Bock, sobre o fato de que cada cultura constrói suas próprias “zonas patológicas” (BOCK, 2003, p.30). “Variam de acordo com a própria sociedade, transformam a economia do corpo de acordo com as mudanças que ocorrerem e os interesses dos produtores dos discursos.” (PAULA, 2018, p.83).

Michel Foucault (1972) em seu livro *História da Loucura*, expressa profundamente e exemplifica a construção do indivíduo tido como louco em diversos períodos e contextos diferentes. Para o autor não é somente uma nova forma de conhecimento que se tem sobre a loucura que muda os discursos e, conseqüentemente, a prática acerca deste, é antes de tudo, um conjunto de regras para dispor em série os enunciados, um conjunto obrigatório de esquemas e dependências, de ordem e de sucessões em que se distribuem os elementos recorrentes que se podem valer como conceitos. (FOUCAULT, 2008).

Portanto cabia aos médicos psiquiatras dentro de um contexto assistencial regido pela Doutrina Espírita o papel de retirar da sociedade os tidos como “problema”, o direito de ser quem eram, para assim serem representados na forma de prontuários médicos.

Porém, analisa-se em partes a metodologia em

relação a este louco enclausurado neste período através do cruzamento de discursos da própria documentação da instituição, analisando a Ata do dia 24/02/1969, interligando com o enunciado do registro dos estatutos de 1952, percebemos certa continuidade em relação a experiência da loucura e indivíduo dado como louco.

[...] o Sr. Moises Franco Carvalho, que declarou por aberta a presente reunião e fez uma exposição dos motivos desta para levar ao conhecimento de todos o grave acontecimento ocorrido no ultimo sábado 22/02/1969 no pátio do pavilhão junto ao Albergue, no qual um dos internados que lá foram levados do Sanatório para fazer a limpeza dos entulhos, atingiu um dos seus companheiros de trabalho de nome Adelar Camargo da Silva, com uma pá na região da cabeça, fraturando o crânio, sendo imediatamente conduzido para o Hospital Regional local, falecendo horas depois [...] Quanto ao doente agressor de nome Manoel Araújo foi encaminhado e entregue a delegacia de polícia. (Ata da reunião da Diretoria da Sociedade de Beneficência Albergue S.V.P. de Jataí, 24/02/1969).

Através deste enunciado, percebemos a inserção dos “tipos urbanos” dentro do Hospital e a partir daí realizavam de alguma forma o uso da força para determinados afazeres ditos na função de “trabalho”, assim como no registro dos estatutos foi colocado como “trabalho honesto”. Função normalizadora dos hospitais que reafirmam o discurso de modernização onde, para ser civilizado e moderno, é necessário produzir na forma de mão de obra.

O preceito assistencialista insere as atividades da organização na aceitação social, ocultando as práticas higienistas por trás da atividade manicomial. O objetivo de erradicar da mendicância, a libertinagem, o alcoolismo e tudo que estivesse fora do “trabalho honesto”, era expressado Discurso destas documentações.

Este ato de normalizar o comportamento destes “débeis”, mesmo que fosse tido como forma de caridade, reproduzia o discurso colonizador civilizatório litorâneo de toda a primeira metade do século XX, contextualizado no Tópico I. O serviço próprio não só de limpeza das ruas, mas de evitar-se agitação em toda a Sociedade.

A estratégia discursiva de se culpar o indivíduo pelo ato, denominando-o de “doente agressor”, destituindo a Instituição de qualquer responsabilidade sobre o ato, constrói para o personagem “louco” a categoria de crime e medo, legitimando ainda mais a necessidade da exclusão e de uma instituição que zelasse sobre o domínio dos “anormais”, aprisionando-os mesmo antes de cometer qualquer ato delituoso, condenando-os a fortalezas de tijolos empilhados.

Desta forma, a Institucionalização da loucura, normaliza o comportamento e determina rótulos a quem não os segue. Não só se diz respeito a ter em si certo Distúrbio Mental, mas de vigilância sob como falar, o que falar, como pensar, como agir, como viver, como trabalhar, como se portar, como olhar, além da criminalização dos sujeitos categorizados.

A Sociedade de Beneficência, portanto, através de suas unidades, funcionou sob preceitos caridosos e assistencialistas, com objetivos comuns ao poder público, funcionando como normalizador comportamental e como um local para ocultar aqueles que eram vistos como anormais ou loucos.

A unidades da denominada Sociedade Beneficente São Vicente de Paula, também funcionavam como um importante divulgador da Doutrina Espírita na cidade, já que funcionava como referência de interinação para os municípios vizinhos, além de toda a sociedade Jataiese.

Já em meados de 1980, a Sociedade começou a desmanchar as celas de suas unidades destinadas a confinar os pacientes, iniciando um processo de mudanças após a aprovação da nova Constituição, cujo artigo 199 preconiza que: “as instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos” (BRASIL, 1988).

Neste sentido, no decorrer da década de 1980, na busca de se adequar aos novos âmbitos estipulados pelo poder público, diversas medidas foram tomadas, como a formação de uma equipe de trabalho com uma psicóloga, um psiquiatra, uma enfermeira e uma assistente social.

Considerações Finais

A partir da apropriação da Lepra pelos protestantes e católicos na cidade nos anos de 1940, e a percepção de que, indivíduos tidos como anormais andavam livremente pela cidade sem nenhum cuidado pelo poder público, o grupo de espíritas investem sobre esta situação como forma de praticar o ato caridoso. Assim fundam em 1952 a Sociedade de Beneficência São Vicente de Paula.

A Instituição, no decorrer de seu funcionamento, colocou em prática, mesmo que em suas entrelinhas, a “cura” do tal “Sertão” brasileiro, presente no ideal de modernidade reverberado pelo discurso político da época, o qual utilizou-se do Saber médico para atender tais expectativas. Normalizando as ações dos indivíduos, o qual na medida em que fossem identificados e categorizados, estes indivíduos necessitariam dos serviços de uma das unidades da Sociedade, que servira como um local disciplinador.

Nota-se que, apesar de basear-se na Doutrina Espirita para tratar os doentes mentais, ainda se utilizava os métodos psiquiátricos tradicionais, exemplificados no Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho em Goiânia, ou no Hospital Colônia de Barbacena. Enclausurar para ocultar, trancafiar para moldar padrões, esconder de toda uma Sociedade, comportamentos que não eram vistos como normais.

Referências Bibliográficas

Bibliografia:

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização e introdução de Roberto Machado. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Forense Universitária, 2008.

GIRARDI, Felipe; WEBER, Beatriz Teixeira. Espiritismo, Caridade e Assistência: Floriana da Silva e Souza e a sociedade espirita feminina, estudo e caridade em Santa Maria/RS. *História e Cultura*, Franca, v. 6, n.2, p.199, ago-nov, 2017.

JABERT, Alexander. A experiência da loucura segundo o espiritismo: uma análise dos prontuários médicos do Sanatório Espirita de Uberaba. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 513-529, setembro 2011.

JABERT, Alexander. *De médicos e médiuns: medicina, espiritismo e loucura no Brasil da primeira metade do século XX*. Casa de Oswaldo Cruz. Fiocruz, 2008.

LIMA, Leandra Assis Borges. *Residências Terapêuticas no Município de Jataí: com a palavra, os cuidadores em saúde*. Goiânia, 2014.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Revista Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, Carolina Oliveira e. *Dos Empórios aos “pegue-pague”*: A modernização das casas de comércio em Jataí. Goiânia, 2010.

PAULA, Éder Mendes. *Os Sons do Silêncio: O louco e a loucura em Goiás*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-gra-

duação em História, da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.

PAULA, Éder Mendes. A Psiquiatria em Goiás: A ideia de modernidade e o manicômio Aduino Botelho. Faculdade Evangélica de Goianésia, 2018.

PIMENTEL, Marcelo Gulão; ALBERTO, Klaus Chaves; MOREIRA-ALMEIDA, Alexander. As investigações dos fenômenos psíquicos/espirituais no século XIX: sonambulismo e espiritualismo, 1811-1860. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.23, n.4, out.-dez. 2016, p.1113- 1131.

ROSA, Alessandra. “Quando a Eugenia se distancia do Saneamento: as ideias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933)”. Casa de Oswaldo Cruz. Fiocruz, 2005.

SILVA, Leicy Francisca da. Filantropia e política de assistência às famílias de doentes de lepra em Goiás, 1920-1962. História, Ciências, Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro, v.23, n.2, abr-jun. 2016, p.321-340.

SILVA, Leicy Francisca da. Instituições Religiosas e Assistência Social: Um estudo do amparo aos leprosários em Jataí. Jataí, 2014.

VIEIRA, Tamara Rangel. Médicos do sertão: pesquisa clínica, patologias regionais e institucionalização da medicina em Goiás (1947-1960) / Tamara Rangel Vieira. – Rio de Janeiro: s.n., 2012.

Fontes:

Ata da reunião da Diretoria da Sociedade Beneficente S. V. de Paula de Jataí, 17/07/1967.

Ata da reunião da Diretoria da Sociedade de Beneficência Albergue S.V.P. de Jataí, 24/02/1969.

Registro dos Estatutos da Sociedade de Beneficência Albergue São Vicente de Paulo de Jataí, 01/08/1952.

SOBRE OS AUTORES

Valéria Melo

Professora Adjunta na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculada ao Instituto de Ciências Humanas (ICH). Docente do Mestrado Profissional em Ensino de História. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Karla Leandro Rasche

Professora Adjunta na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculada ao Instituto de Ciências Humanas (ICH). Docente dos Programas de Mestrado PPGHIST e ProfHistória. Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Daniel Montenegro Lapola

Doutorando em História Social da Amazônia na Universidade Federal do Pará (UFPA), Bolsista CAPES, Mestre em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Graduado em História na Universidade Estadual Paulista (UNESP). danielmontenegro78@gmail.com.

MarciléiaWanzeler de Souza Vasconcelos

Doutoranda em História Social da Amazônia no Programa de História Social da Amazônia – UFPA/BELÉM. Licenciatura em História – UFPA/Campus Cametá. Mestre em Educação e Cultura no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – UFPA/CAMPUS CAMETÁ.

Janine Soares da Rosa de Moraes

Graduanda Licenciatura em História- FAED/UDESC, Bolsista Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/NEAB/UDESC, neabjaninesoares@gmail.com.

Karla Leandro Rascke

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/
UNIFESSPA, Departamento de História/UNIFESSPA, kar-
la.rascke@unifesspa.edu.br.

Vera Márcia Marques Santos

Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC,
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/NEAB, vera.santos@udesc.
br.

Maria Raimunda Santana Fonte

Mestranda em História/PPGHIST/Unifesspa. Gradua-
ção em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA).
Professora de História na Educação Básica. E-mail: rayfon-
tes50@gmail.com

José Paulo Lopes Monteiro

Mestrando em Ensino de História – ProfHistória/ Uni-
fesspa/ Xinguara – Bolsista Capes – E-mail: jplmonteiro@hot-
mail.com

Amanda Silva Leão

Discente do curso de História da Universidade Federal
de Jataí, participante do Projeto de Pesquisa Caridade e Resis-
tência e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História
da Saúde e das Doenças – Nise da Silveira/Cnpq.

Éder Mendes de Paula

Professor Adjunto da Universidade Federal de Jataí,
coordenador do Projeto de Pesquisa Caridade e Resistência e
do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Saúde e das
Doenças – Nise da Silveira/Cnpq.

Mariana Dourado

Bolsista FAPESB e mestranda em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Cassiane Souza dos Santos

Graduada em História pela Universidade Federal de Viçosa (2020).

João Vítor Leal Lobato

Discente do curso de História da Universidade Federal de Jataí, membro do Grupo de Pesquisa em História da Saúde e das Doenças – Nise da Silveira/Cnpq.

Éder Mendes de Paula

Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Federal de Jataí, coordenador do GEPHS – Nise da Silveira/Cnpq



ISBN 978-659941850-1



9

786599

418501